

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RAQUEL DARÉ

**A “CRISE” DO CAFÉ E A IDEOLOGIA
DESENVOLVIMENTISTA NO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
2010

RAQUEL DARÉ

**A “CRISE” DO CAFÉ E A IDEOLOGIA
DESENVOLVIMENTISTA NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Paulo Cesar Scarim.

VITÓRIA
2010

RAQUEL DARÉ

**A “CRISE” DO CAFÉ E A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Paulo Cesar Scarim
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientador

Prof^a. Dr^a. Lídia Lúcia Antongiovanni
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Prof^o. Dr^o. Cláudio Luiz Zanotelli
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof^o. Dr^o. Carlos Teixeira de Campos Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Aos meus pais, Geraldo e Luzia,
e aos meus irmãos, Romulo e Renato.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que na horas mais difíceis me proporcionou a força e a coragem necessárias para continuar e não desistir.

Aos meus pais, pelo apoio, pela força e pelo incentivo indispensáveis a realização deste trabalho.

Ao Romulo, ao Renato e à Solange, pelo companheirismo em todas as horas.

Ao Flávio, com quem eu dividi mais de perto todas as aflições deste Mestrado e também todas as descobertas que uma pesquisa pode nos proporcionar. Obrigada por tudo: pelo apoio, pela atenção e, principalmente, pela força.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, por todo o conhecimento compartilhado e, também, pelo compromisso e responsabilidade com que assumiram a primeira turma de Mestrado do Programa.

Aos colegas do Mestrado, pelas descobertas e dilemas compartilhados e, também, pela convivência sempre bem-humorada e carinhosa do Flávio, do Thalís, da Ana, da Camila, da Lúcia, da Solis, do Fernando, da Laura, do Portuga e do Chakal.

À Professora Aurélia Hermínia Castiglioni, pela ajuda com as análises dos dados demográficos.

Ao Professor Roberto Lobato Correa, pelas palavras esclarecedoras.

À Isadora, pelo atendimento sempre muito atencioso e prestativo na secretaria do Mestrado.

Aos funcionários da Coleção Especial sobre o Espírito Santo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, em especial ao Zé Roberto, que esteve sempre muito empenhado em facilitar o meu trabalho.

À Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES) e ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FUNCITEC-ES), pelo apoio financeiro recebido durante boa parte desta pesquisa.

Ao pessoal do Observatório dos Conflitos no Campo, pela convivência e pela troca de experiências. Um agradecimento especial ao Pomerano, pela ajuda na busca por livros e materiais.

À Francieli, pela acolhida em Vitória, pela companhia e, também, por compreender (mesmo sendo difícil aceitar) minhas reclamações e meus estresses no geral.

Ao Donias e à Joelma, pelo apoio e incentivo ao pontapé inicial.

À Dri, ao Augusto e às crianças, pelas caronas gostosas pra casa.

À Tia e ao Davi, por tudo, principalmente pelo que fizeram pelos meus pais na minha ausência.

À Sarinha, pela força na etapa final.

À Dete e ao Brambila, pelo apoio constante nesses mais de dois anos de Vitória.

Meu agradecimento especial ao professor Paulo Cesar Scarim, por ter aceitado me orientar nesta pesquisa. Obrigada pela confiança, pelas idéias e, principalmente, pelo convívio sempre muito questionador e inquietante.

Enfim, a todos que torceram e rezaram por mim nesta etapa: muito obrigada!

“[...] o conhecimento pode nos ajudar em muito se nos tornar capazes de denunciar e destruir a ideologia racionalista, a ilusão da onipotência, a supremacia do cálculo econômico, o caráter absurdo e incoerente da organização ‘racional’ da sociedade, a nova religião da ‘ciência’, a idéia do desenvolvimento pelo desenvolvimento. [...] O que podemos fazer é destruir os mitos, os quais, mais que o dinheiro e as armas, constituem o mais formidável obstáculo ao caminho de uma reconstrução da sociedade humana.”

Cornelius Castoriadis

RESUMO

Este trabalho investiga o processo de construção e de circulação da idéia de “crise” do café no Espírito Santo na década de 1960 e busca compreender como essa idéia ganhou força e legitimidade, sendo reproduzida até os dias de hoje. Parte-se do entendimento de que a idéia da “crise” é elemento de uma construção ideológica maior, que buscou inserir as idéias desenvolvimentistas no Espírito Santo. Assim, procurou-se, num primeiro momento, identificar e analisar as articulações políticas, os instrumentos formulados e os documentos e estudos produzidos na década de 1960 que buscaram inserir a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Viu-se que ao lado das articulações políticas e dos instrumentos formulados várias idéias foram produzidas nesse período, como estratégia para inserir a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. A mais forte dessas idéias foi a de que o Espírito Santo estava em “crise”, e a base agrária de pequena propriedade familiar era a causa dessa “crise”. A agricultura familiar também foi identificada como a causa do “atraso” do estado e o Espírito Santo foi localizado na periferia do desenvolvimento nacional. A “diversificação” da estrutura produtiva foi apontada como a solução da “crise”. Em seguida, foram analisados trabalhos acadêmicos produzidos na época e em períodos posteriores, buscando compreender como a idéia da “crise” se inseriu no debate acadêmico. Constatou-se que os autores utilizaram como fontes principais para suas pesquisas os documentos e estudos produzidos na época. Assim, ao fazerem uma leitura pelo ângulo do discurso oficial acabaram reforçando esse discurso, expandindo-o do debate político para o debate acadêmico. Ao se inserir no debate acadêmico, através de teses e dissertações defendidas em importantes Universidades do Brasil, a idéia da “crise” ganhou legitimidade, sendo ainda reproduzida em muitas interpretações sobre o Espírito Santo. Por último, fez-se um apanhado histórico sobre o espaço agrário capixaba, contrapondo-o com as idéias contidas nos documentos e trabalhos analisados. Buscou-se trazer a tona evidências que mostram se houve ou não “crise” na estrutura cafeeira do Espírito Santo na década de 1960. A partir daí, apresentou-se uma interpretação da idéia da “crise”, apontando os elementos que levaram a sua construção.

Palavras-chave: Espírito Santo, “crise” do café, desenvolvimento e agricultura familiar.

ABSTRACT

This work investigates the process of construction and circulation of the coffee "crisis" idea in the Espírito Santo state, Brazil, in the 1960s, looking for comprehension of how this idea got power and legitimacy, being reported until the present day. It starts with the understanding that the idea of "crisis" is part of a larger ideological construction, which sought to insert the developmental ideas in the Espírito Santo state. Thus, it first looks for identify and analyze the political articulations, the formulated instruments and the documents and studies produced in the 1960s which sought to insert the developmentalist ideology in the Espírito Santo state. It was seen that besides the political articulations and formulated instruments several ideas were produced during this period as a strategy to insert the developmentalist ideology in the Espírito Santo state. The strongest of these ideas was that the Espírito Santo state was in "crisis" and agriculture based in small familiar rural properties was the cause of this "crisis". The small familiar rural properties were also identified as the cause of state's "backwardness" and Espírito Santo was located at the periphery of national development. The "diversification" of the productive structure has been appointed as the solution for the "crisis". Then, it was analyzed academic papers written at that time and later, looking for the understanding of how the idea of "crisis" was inserted in the academic debate. It was found that the authors of these academic researches used as main references the studies and documents produced at that time. So their papers use the angle of the official discourse and just reinforce this discourse, expanding the political debate for the academic debate. As it was inserted in the academic debate, through theses and dissertations from major universities of Brazil, the idea of the "crisis" got legitimacy, still being repeated in many interpretations of the Espírito Santo state. Finally, it was done a historical overview of the Espírito Santo agrarian space, contrasting it with the ideas contained in the documents and studies analyzed. It tries to show evidences of the existence or not of the "crisis" in the Espírito Santo coffee production structure during the 1960s. Following it was presented an interpretation of the "crisis" idea, pointing out the elements that led to its construction.

Keywords: Espírito Santo, coffee "crisis", development and family farming.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Zona indicada para reflorestamento em escala econômica, segundo a Ecotec	66
Mapa 2 – Produção de açúcar e de café na Província do Espírito Santo, 1852	145
Mapa 3 – Produção de açúcar e de café na Província do Espírito Santo, 1873	146
Mapa 4 – Distribuição da produção total de madeira para celulose no Espírito Santo, 2007	177
Mapa 5 – Distribuição da produção total de cana-de-açúcar no Espírito Santo, 2007	179
Mapa 6 – Distribuição da área agropecuária ocupada com pastagens no Espírito Santo, 1996	181
Mapa 7 – Estrutura fundiária no Espírito Santo, 1996	184
Mapa 8 – Saldo migratório ponderado (‰) dos municípios do Espírito Santo entre 1970 e 1980	187
Mapa 9 – Proporção de população urbana dos municípios do Espírito Santo, 1970	191
Mapa 10 – Proporção de população urbana dos municípios do Espírito Santo, 2000	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais	51
Tabela 2 – Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais	52
Tabela 3 – Evolução comparada da cafeicultura brasileira e capixaba (médias), 1951-1966	53
Tabela 4 – Fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil em 1883 (médias)	148
Tabela 5 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo, 1888-1900	152
Tabela 6 – Estabelecimentos rurais no Espírito Santo, segundo a classe de área, 1920	159
Tabela 7 – Estabelecimentos rurais no Espírito Santo, segundo a classe de área, 1940	160
Tabela 8 – Número e área dos estabelecimentos rurais do Espírito Santo, segundo as regiões: 1920-1960	162
Tabela 9 – Espírito Santo: área e estabelecimentos por grupo de área, 1960-1970	163
Tabela 10 – Brasil: preço médio de exportação do café, 1945-1987	164
Tabela 11 – Área das principais culturas agrícolas do Espírito Santo, 1950-1970	170
Tabela 12 – Espírito Santo: área e estabelecimentos por grupo de área, 1960-1980	174
Tabela 13 – Árvores plantadas (área) no Espírito Santo, 1970-2007	175
Tabela 14 – Cana-de-açúcar: área colhida (ha) no Espírito Santo, 1950-2007	178

Tabela 15 – Área ocupada por pastagens e percentual da área total ocupada com pastagens, 1960-2007	180
Tabela 16 – Espírito Santo: área e estabelecimentos por grupo de área, 1970-2007	183
Tabela 17 – Espírito Santo: população rural e urbana, 1950-2000	190

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACARES – Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BANESTES – Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBFE – Companhia Central Brasileira de Força Elétrica
CEMAG – Conselho Estadual de Mecanização Agrícola
CEPA – Conselho Estadual de Política Agropecuária
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIVIT – Centro Industrial da Grande Vitória
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CODEC – Conselho de Desenvolvimento Econômico
CODES – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
COMLESTE – Comissão de Desenvolvimento Econômico do Médio-Leste
CONDEP – Conselho de Desenvolvimento da Pecuária
COPLAN – Coordenação de Planejamento Industrial
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DAC – Departamento de Assistência à Cafeicultura
DAG – Departamento de Administração Geral
ECOTEC – Economia e Engenharia Industrial S.A
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A
FAO – Food and Agriculture Organization
FCAA – Fundação Ceciliano Abel de Almeida
FERU – Fundo de Engenharia Rural

FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
FUNDEC – Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura
FUNDEPE – Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária
FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GERCA – Grupo Executivo de Recuperação Econômica
GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias
IDEIES – Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
INED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEP – Núcleo de Estudo e Pesquisa
ONU – Organização das Nações Unidas
PLAMAM – Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
PROCACAU – Programa para a Recuperação da Lavoura Cacauera
PROVÁRZEAS – Programa Nacional de Recuperação e Aproveitamento de Várzeas
RACEFFAES – Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
SPL – Serviços de Planejamento – Engenheiros e Economistas Associados
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDESITA – Superintendência de Desenvolvimento do Vale do Itabapoana
SUPPIN – Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP – Universidade de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA E A SUA INSERÇÃO NO BRASIL	19
1.1 <i>DESENVOLVIMENTO</i> E INDÚSTRIA NO BRASIL: DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO GOLPE DE 1964	22
1.1.1 Desenvolvimento Industrial e Questão Regional	30
2 A INSERÇÃO DA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO ESPÍRITO SANTO E A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE “CRISE”	34
2.1 OS INTERESSES INDUSTRIAIS EM PAUTA	34
2.1.1 O aparelhamento institucional	80
2.1.2 Os incentivos fiscais	85
3 A CIRCULAÇÃO DA IDÉIA DE “CRISE”	90
4 O QUE TINHA POR TRÁS DA IDÉIA DE “CRISE”	143
4.1 O CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO E O ESPAÇO AGRÁRIO CAPIXABA .	144
4.1.1 E o “desenvolvimento” chega ao campo	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a chamada “crise” do café da década de 1960 e a inserção da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. A questão central que serve como guia para o desenvolvimento deste trabalho é a seguinte: **como se deu o processo de construção e circulação da idéia de “crise” do café na década de 1960 no Espírito Santo e como essa idéia foi sendo reproduzida até os dias de hoje?**

A relevância deste trabalho está no fato de ainda hoje a idéia da “crise” se fazer presente em muitas interpretações sobre o Espírito Santo. Isso sugere que existe certa unanimidade em torno desse tema e que essa unanimidade foi pouco ou nunca questionada. Assim, levando em consideração o fortalecimento das críticas em relação às idéias desenvolvimentistas e o surgimento de novas formas de analisar e compreender o espaço rural hoje, com a emergência do debate em torno do campesinato e da agroecologia, nos vem à tona os seguintes questionamentos: que novas leituras podem ser feitas sobre esse período do desenvolvimento capixaba? Como a Geografia pode contribuir para o entendimento das transformações do espaço agrário capixaba nesse período?

A estratégia de pesquisa abrangeu os seguintes procedimentos:

- 1) Leitura e discussão bibliográfica, objetivando uma compreensão teórica sobre o movimento do capitalismo brasileiro na década de 1960 e sobre as teorias desenvolvimentistas que ganharam importância no país nesse período, buscando entender a inserção do Espírito Santo nesse movimento.
- 2) Localização, leitura e análise de estudos, relatórios e diagnósticos sobre o Espírito Santo produzidos na década de 1960 por órgãos do Governo ou vinculados a ele.

A busca por esses documentos foi realizada na Biblioteca Pública Estadual, na Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo e na seção *Coleções Especiais do Espírito Santo* da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

3) Localização, leitura e análise de trabalhos acadêmicos, dissertações, teses e livros produzidos na década de 1960 e posteriormente. Os trabalhos selecionados para análise foram aqueles em que os autores abordaram a “crise” do café de 1960 como etapa de pesquisa para se chegar a compreensão pretendida por eles.

A busca por esses trabalhos foi realizada na Biblioteca Central e nas Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Espírito Santo e no Núcleo de Estudos Lúcia Alves do curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

4) Levantamento de indicadores espaciais: dados sobre a agricultura, a estrutura fundiária, a população e a urbanização do Espírito Santo. Para esse levantamento foram consultadas fontes secundárias e também os dados dos Censos Agropecuário e Populacional do Espírito Santo.

Tomando como referência para análise o movimento do capitalismo brasileiro na década de 1960 e as teses desenvolvimentistas que ganharam importância no país nesse período, buscamos através das fontes documentais levantadas compreender o movimento que se realizava aqui no Espírito Santo nesse período e, assim, desvendar porque foi criada uma idéia de que a estrutura cafeeira do Espírito Santo estava em “crise” na década de 1960. Com a análise dos trabalhos acadêmicos selecionados, buscamos compreender como se deu a circulação da idéia da “crise” e a sua reprodução até os dias de hoje. Analisando os indicadores espaciais buscamos compreender as transformações no espaço rural capixaba na década de 1960, sobretudo as que dizem respeito às relações de produção no campo.

Dessa forma, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No capítulo 1 procuramos mostrar alguns aspectos da política desenvolvimentista implantada no Brasil desde a Revolução de 1930, em especial as estratégias adotadas pelo Governo Federal para acelerar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como as políticas de integração nacional e as de superação das desigualdades regionais do país. Partimos do princípio de que as motivações que levaram as mudanças ocorridas na economia e no território capixaba a partir da década de 1960 são partes de uma dinâmica maior do movimento do capitalismo brasileiro desse período, quando as idéias desenvolvimentistas ganharam força no país, inclusive no Espírito Santo.

No capítulo 2 buscamos identificar e analisar as articulações políticas, os instrumentos formulados e os documentos e estudos produzidos na época que possibilitaram a inserção da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Procuramos focar nossas análises em como a idéia da “crise” aparece para reforçar a inserção da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo.

No capítulo 3 analisamos os trabalhos acadêmicos produzidos na época e mais recentemente, procurando identificar nesses trabalhos as principais idéias do discurso desenvolvimentista da década de 1960. Buscamos, assim, compreender como a idéia da “crise” se inseriu no debate acadêmico, ganhando força e legitimidade, sendo ainda presente em muitas interpretações sobre o Espírito Santo.

No capítulo 4 fazemos um apanhado histórico sobre o espaço agrário capixaba, buscando contrapô-lo as idéias contidas nos documentos e trabalhos analisados. Trata-se de trazer a tona evidências que possam comprovar ou não a tese da “crise”

Por fim, nas considerações finais retomamos a questão principal, buscando um diálogo com o contexto atual.

1 A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA E A SUA INSERÇÃO NO BRASIL

A segunda metade do século XX foi marcada pelo debate do par desenvolvimento/subdesenvolvimento. Dentro desse debate, os países tidos “subdesenvolvidos” só conseguiriam ingressar no rol das nações desenvolvidas a partir de um intenso processo de industrialização e com forte e direta intervenção do Estado. Dessa forma, vários governos elaboraram planos voltados para o fortalecimento da infra-estrutura e implantação de indústrias de base. No entanto, para privilegiar o crescimento industrial e a instalação de obras de infra-estrutura sólidas para o país, a agricultura foi colocada em um segundo plano. Acreditava-se que para chegar ao *desenvolvimento* e *modernizar* a sociedade era preciso superar o passado agro-exportador, o que se daria através de um estruturado processo de industrialização sob o comando do Estado.

Segundo Arturo Escobar (1995), o *desenvolvimento* emerge após a Segunda Guerra Mundial e torna-se o novo arcabouço ideológico que justificaria a expansão capitalista pelo mundo. Inaugurada com a Doutrina Truman, a ideologia desenvolvimentista tinha a proposta ambiciosa de criar as condições necessárias para reproduzir em todo o mundo as características dos países avançados da época: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção e dos níveis de vida e adaptação generalizada da educação e dos valores culturais modernos. Capital, ciência e tecnologia eram os principais componentes que tornariam possível tal “revolução”.

Como coloca Escobar (1995), a partir de então o *desenvolvimento* se converteu em uma certeza no imaginário social. Assim, até o final da década de 1970 o eixo das discussões em relação aos países asiáticos, africanos e latino-americanos girou em torno da natureza do *desenvolvimento*. A maior preocupação de teóricos e políticos nesse momento era a do tipo de *desenvolvimento* a buscar para resolver os problemas sociais e econômicos desses continentes.

Tendo como pano de fundo ideais humanitários e a preocupação com a pobreza nas antigas áreas coloniais, a ideologia desenvolvimentista tinha como eixo central a idéia de que era possível que todas as nações do mundo atingissem a condição de “país desenvolvido”. Mas para isso, esses países necessitavam da

ajuda das nações “desenvolvidas”. No entanto, muito longe de resolver os problemas do “mundo subdesenvolvido”, os países “desenvolvidos” os acentuaram, ampliando os contrastes sociais e a dependência econômica desses países.

O que chama a atenção é o fato de a ideologia desenvolvimentista ter sido aceita e implementada nos países pobres dos continentes africanos, asiáticos e latino-americanos. Essas nações aceitaram o *desenvolvimento* como principal aspiração, buscando escapar da condição de país “subdesenvolvido”.

A acumulação capitalista no pós-guerra delineou uma nova divisão internacional do trabalho, fruto do movimento da expansão capitalista que se volta para a produção em larga escala e para o comércio internacional.

Nesse contexto, as nações ricas buscam expandir o mercado exterior de seus produtos e encontrar novas áreas para investir seus excedentes. O resultado desse processo é a formação e consolidação de grandes empresas multinacionais, que passam a se instalar em várias partes do mundo.

No entanto, para ampliar seus investimentos além dos seus territórios, as nações “desenvolvidas” passam a exigir esforços industrializantes das nações “subdesenvolvidas”, buscando a aliança capital estatal/capital internacional.

No contexto latino-americano o debate político sobre as condições e perspectivas do *desenvolvimento* se deu, principalmente, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O pensamento cepalino teve grande repercussão na América Latina, dando legitimidade à intervenção do Estado na condução do processo de industrialização dos países latino-americanos.

A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), dentro de um movimento geral para implantar, em cada continente, núcleos de apoio ao planejamento das economias após a Segunda Guerra Mundial. Desde então se tornou uma escola de pensamento econômico de referência na discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países da América Latina.

Dentro da perspectiva cepalina, o problema da pobreza só seria resolvido elevando substancialmente o ritmo da acumulação. Isso implicava mudanças na composição do capital e, evidentemente, na estrutura produtiva.

A noção de *centro-periferia* é o conceito fundamental da teoria cepalina. Numa diferenciação inicial, os centros são aquelas economias em que penetraram primeiro as técnicas capitalistas de produção e as periferias são aquelas economias cuja produção permanece inicialmente “atrasada”, do ponto de vista tecnológico e organizativo. Indo além dessa simples idéia, *centro* e *periferia* se constituem historicamente como expressão da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial:

Nos centros, os métodos indiretos de produção gerados pelo progresso técnico se difundem em um período de tempo relativamente breve, pela totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, no transcorrer da fase dita do “desenvolvimento para fora”, as técnicas novas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados, no que diz respeito à penetração das novas técnicas a ao nível da produtividade do trabalho (RODRÍGUEZ, 1981, p. 37).

A perspectiva cepalina postulava que a industrialização era o principal caminho para a superação do “subdesenvolvimento” dos países da América Latina – entendida como a principal responsável pela absorção da mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico – e defendia a intervenção estatal para assegurar o desenvolvimento desse setor (RODRÍGUEZ, 1981).

O pensamento cepalino também defendia uma agenda de planejamento econômico, ou seja, a planificação era vista como um requisito da política de desenvolvimento. Para isso exigia-se uma “ação consciente e sustentada” por parte do Estado, a fim de que a política de desenvolvimento, expressa em programas, pudesse se traduzir em medidas concretas de políticas econômicas. Por isso, o Estado era visto “[...] como um agente da política econômica, encarregado de corrigir, com a sua ação consciente, as distorções próprias da evolução e funcionamento do sistema econômico periférico” (RODRÍGUEZ, 1981, p. 171).

No Brasil, o pensamento cepalino encontrou um ambiente receptivo entre governantes e empresários, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960 quando

suas teses estiveram no centro do debate e, não raro, das decisões econômicas do país.

Esse é o contexto em que se construiu no Brasil, assim como em tantos outros países ditos “subdesenvolvidos”, o discurso que legitimava a intervenção do Estado na economia, a necessidade da industrialização e da urbanização do país e o imperativo de *desenvolver* o campo e as atividades agrícolas.

É nesse contexto que devemos entender também as mudanças que se processaram no Espírito Santo a partir da década de 1960. O café era o principal produto de exportação do Espírito Santo e, logo, a principal fonte de arrecadação do Estado. Era também o café que mantinha o comércio e a indústria nascente do Espírito Santo. Com a queda dos preços do café na segunda metade da década de 1950 a acumulação capitalista se vê limitada, e isso teve uma grande repercussão sobre a arrecadação do Estado e sobre os lucros da elite urbana capixaba.

Diante desse quadro, a estratégia adota foi a de romper com a dependência da economia cafeeira. Visando a integração do estado ao mercado nacional e internacional, a solução apontada foi a “diversificação” da estrutura produtiva, orientada pela indústria e pela produção de exportáveis.

Para compreendermos melhor essas questões que serão discutidas nos capítulos seguintes, neste capítulo inicial veremos os principais elementos que marcaram o movimento do capitalismo brasileiro a partir da Revolução de 1930.

1.1 *DESENVOLVIMENTO* E INDÚSTRIA NO BRASIL: DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO GOLPE DE 1964

Podemos demarcar o período pós-revolução de 1930 como sendo o momento de inserção da ideologia desenvolvimentista no Brasil. Como coloca Francisco de Oliveira (2003) “a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira”, ou seja, “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

No campo social o período que se inicia é marcado pela luta de classes que expressa interesses dominantes diferenciados, representado, por um lado, pela antiga oligarquia latifundiária e mercantil, e seus interesses agrofundiários, e, por outro, pela burguesia industrial, que surge como a nova classe média brasileira, fruto das transformações que se operam na estrutura econômica do Brasil a partir do processo de industrialização que se verifica no país, graças à guerra de 1914 e à crise de 1929 que levaram o país a um esforço de substituição de importações. Para esta classe, os interesses estavam na industrialização e urbanização do país.

Segundo Ruy Mauro Marini (2000), o resultado das lutas desencadeadas desse conflito é um “compromisso” entre a burguesia industrial e a antiga oligarquia latifundiária mercantil. Este “compromisso” é o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas, com o qual “[...] a burguesia se estabiliza no poder, em associação com os latifundiários os velhos grupos comerciais, ao mesmo tempo que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado” (MARINI, 2000, p. 13).

O “compromisso” de 1937, explica Marini (2000), se concretizou porque expressava “[...] uma complementação entre os interesses econômicos da burguesia e das antigas classes dominantes” (MARINI, 2000, p. 77), ou seja, entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras.

Marini (2000) explica que um dos elementos significativos dessa “complementaridade” era a drenagem de capitais para a indústria, pela qual a burguesia tinha acesso a um excedente econômico que se colocava espontaneamente à sua disposição. Além disso, o ponto essencial relacionado à “complementaridade” do compromisso de 1937 era o preço externo do café. Manter os preços do café elevados interessava aos dois setores, pois a demanda industrial interna era sustentada pela oligarquia cafeeira, necessitada de bens de consumo que não podia mais importar, mas que, por outro lado, só podia adquiri-los na medida em que lhe era garantido o nível de renda. Assim, sustentando a capacidade produtiva do sistema agrário (mediante a compra, armazenamento ou a queima dos produtos inexportáveis), o Estado garantia a burguesia um mercado imediato, e que era o único que podia dispor na crise mundial. Marini (2000) aponta ainda como elemento importante da “complementaridade” entre a velha oligarquia e a burguesia

industrial o fato de o sistema agrário brasileiro manter sua capacidade produtiva a um nível inferior às necessidades de emprego das massas rurais, forçando uma migração constante de trabalhadores para as cidades, criando, assim, um “excedente permanente de trabalho”, que permitia à burguesia rebaixar os salários e aumentar sua acumulação de capital.

A partir dessa relação de “complementaridade” que podia se observar entre indústria e agricultura, Marini coloca que “[...] a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro”. Segundo o autor “[...] a industrialização foi a saída que o capitalismo brasileiro encontrou no momento em que a crise mundial transtornava o mecanismo dos mercados internacionais” (MARINI, 2000, p. 79).

Segundo Marini (2000), a “complementaridade” entre a oligarquia latifundiária cafeeira e mercantil e a burguesia industrial se estendeu entre os anos 1930-1950, período em que a indústria nacional dependeu da manutenção dessa estrutura. Mas, quando o pólo industrial dessa relação começou a autonomizar-se, entrou em conflito com o pólo agrário, e teve-se, assim, a primeira “cisão” do compromisso, a “cisão vertical”.

Marini (2000) aponta três fatores na raiz desse rompimento. O primeiro deles está relacionado à crise geral da economia de exportação no Brasil, como resultado das novas tendências do mercado mundial de matérias-primas. Essa crise tornou-se ostensiva a partir de 1953 devido à incapacidade do mercado norte-americano, principal comprador dos produtos brasileiros no período, em absorver as exportações tradicionais do país, ao mesmo tempo em que se verificava uma maior participação no mercado dos países africanos e dos próprios países industrializados, além da formação de zonas preferenciais, como o Mercado Comum Europeu. Além disso, a agricultura já não oferecia à indústria o montante de divisas que esta necessitava, em escala crescente.

O segundo fator está relacionado ao regime de propriedade das terras, que não é capaz de abastecer os mercados urbanos do país, em franca expansão. As carências surgidas no abastecimento de matérias-primas e de gêneros alimentícios para as cidades provocavam a alta dos preços dos produtos agrícolas, o que

acabava repercutindo no nível de vida da classe operária. A pressão sindical em prol de melhores salários acentuava essa tendência, agravando consideravelmente o custo da produção industrial e levando em última instância à depressão econômica.

O terceiro fator apontado por Marini (2000) está relacionado ao processo de modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização do país, que reduziu a participação do trabalho humano na atividade manufatureira, gerando uma forte margem entre os excedentes de mão-de-obra liberados da agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela indústria. Nessas condições, as migrações rurais representavam cada vez mais uma piora dos problemas sociais urbanos.

Assim, a ruptura da “complementaridade” entre a indústria e a agricultura vai culminar com a proposta da necessidade de uma reforma agrária, e determinar, por parte da burguesia, o desejo de uma revisão do “compromisso” de 1937, tentada, primeiro, com o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e, posteriormente, com os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1963-1964). Nesse momento,

[...] o que acontecia era que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro chocava-se com o limite que lhe impunha a estrutura agrária. Ao enfrenta-se com o outro limite, representado por suas relações com o imperialismo, todo o sistema entraria em crise, o que não só revelaria sua verdadeira natureza, como também o levaria a uma nova etapa de seu desenvolvimento (MARINI, 2000, p. 83).

Paralelamente, assistia-se no Brasil a ascensão dos movimentos populares no Nordeste, como as Ligas Camponesas. Como coloca Marini (2000), a força ascendente do movimento de massas era estimulada pela burguesia, que se apoiava nela para se opor à resistência das antigas classes dominantes. Essa aliança se concretizava no momento em que, propondo um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, “[...] criando assim uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo” (MARINI, 2000, p. 14). Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das diretivas sindicais e pelo impulso que deu às idéias nacionalistas, que lhe permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas.

Dessa forma, Getúlio Vargas buscou implementar um governo progressista e nacionalista, marcado por uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário, mas que, por outro lado, preocupava os interesses das classes dominantes.

Assim, o estabelecimento da política de substituição de importações de Vargas orientou-se para a implantação e expansão da indústria de base. Por meio dessa política, Vargas procurava dificultar a aquisição de produtos importados e, ao mesmo tempo, encorajar a produção nacional de tais produtos, estratégia utilizada para expandir de forma rápida a indústria nacional e, ao mesmo tempo, promover uma política reconciliante com a direita e as classes dominantes. No entanto, a queda do preço internacional do café e a redução do volume das exportações brasileiras fizeram com que, em 1954, a balança comercial apresentasse um déficit, lançando novamente a economia numa grave crise cambial. Internamente, o processo inflacionário impulsionava o movimento operário a reivindicar reajustes de salários, contando agora os sindicatos com o recurso da greve.

Com a morte de Getúlio Vargas fecha-se “[...] um período de governo que marca a eclosão das contradições que se vinham criando, fazia muito tempo, no processo de desenvolvimento econômico do Brasil” (MARINI, 2000, p. 17). Como coloca Marini (2000), a crise do setor externo da economia brasileira expressava, portanto, a ruptura da “complementaridade” que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras e se agravava com outro elemento: a remuneração do capital estrangeiro.

Depois da morte de Getúlio, tentou-se um “novo compromisso”, entregando-se a presidência da república a Café Filho, o qual era cercado pelo Ministério da Fazenda, em que a direita era muito bem representada. O Ministério da Fazenda estava nas mãos de Eugênio Gaudin, abertamente favorável à estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a qualquer programa intensivo de industrialização. A nível de ação, merece destaque a Instrução 113, que dava facilidades à entrada de capitais estrangeiros (MARINI, 2000).

A adoção de um modelo econômico industrialista foi intensificada no governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961). Embalado pela ideologia desenvolvimentista e

pela idéia cepalina de que a industrialização era o principal caminho para a superação do *subdesenvolvimento*, o Plano de Metas de Kubitschek tinha como objetivo modernizar o país em um curtíssimo espaço de tempo. Isso se daria por meio da instalação de um significativo parque industrial. No entanto, ao contrário do governo Vargas, o que se verificou no governo JK foi a adoção de uma política econômica que estimulava e aprofundava a desnacionalização da economia do país.

O importante a se destacar é que aos poucos o capital estrangeiro foi assumindo o comando do processo de industrialização brasileira. Como coloca Marini:

Por este meio, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que havia surgido no setor externo. Pressionada pela escassez de divisas, que ameaçava com um colapso de todo o sistema industrial, a burguesia aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de ingresso e de ação e renunciando a política nacionalista de Vargas (MARINI, 2000, p. 19).

Explica Marini (2000) que é, sobretudo, por causa da influência do capital estrangeiro que a indústria permitiu, sem protestar, que uma boa parte do aumento da produtividade urbana fosse transferida para o setor agroexportador como incentivo às atividades deste setor, e que tenha igualmente aceito a política de armazenamento do café, destinada a manter os preços internacionais do produto. A aceleração da transferência de rendimentos relativos à produtividade urbana para o campo aconteceu, basicamente, devido a uma rigidez relativa da oferta de bens agrícolas frente a uma demanda crescente.

A causa fundamental dessa rigidez vai ser identificada na estrutura agrária do país, fortemente concentrada. Assim, no momento em que os investimentos estrangeiros na indústria tendem a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e os do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre o setor industrial e o setor agrícola. A consequência é a colocação cada vez mais urgente da reforma agrária.

Como coloca Marini (2000), isso se tornará mais agudo por volta de 1960 quando os ingressos de capital estrangeiro declinam, ao mesmo tempo em que os grupos internacionais voltam a pressionar a balança de pagamentos para exportar seus lucros. Assim, explica Marini (2000), a expansão industrial brasileira nesse período

se verá contida de duas maneiras: do exterior, em função da crise da balança de pagamentos, que não deixa alternativa senão a desvalorização da moeda; e do interior, pelo esgotamento do mercado para os produtos industriais, que só pode ampliar-se através da reforma da estrutura agrária. Nisso se fundamenta, do ponto de vista da burguesia industrial, o binômio política externa *versus* reforma agrária, que dominará o debate político a partir de 1960.

Se a nível nacional o problema da estrutura agrária estava relacionado à concentração fundiária, e por isso a burguesia industrial rompe com a oligarquia cafeeira e passa a buscar novos mecanismos de renda, no Espírito Santo o problema agrário que se coloca nesse mesmo período está ligado à pequena propriedade familiar. As propriedades agrícolas do Espírito Santo nesse período, sobretudo as propriedades que produziam café, eram, predominantemente, familiares e utilizavam pouco trabalho assalariado. Por isso elas tinham pouco consumo e apresentavam certo grau de autonomia em relação ao mercado.

A questão agrária vai influenciar também o movimento de massas na cidade. A mão-de-obra que não era absorvida no campo acabava contribuindo com o aumento do excedente de mão-de-obra urbana, o que colaborava para manter estacionários os salários, ao mesmo tempo em que o aumento dos preços dos produtos agrícolas forçava a alta do custo de vida. A elevação do custo de vida, por outro lado, coincidia com a aceleração do grau de organização sindical da classe operária. A consequência foi uma melhora nos níveis salariais a partir de 1961. Assim:

Era impossível continuar financiando a industrialização através de poupanças forçadas, quando tinha-se o nível de vida popular comprimido ao máximo (graças à erosão constante a que haviam estado submetidos os salários) e um movimento sindical em melhores condições para defender-se. Paralelamente à disputa entre as classes dominantes pelos lucros originados no aumento da produtividade (que mostramos, ao tratar da relação entre preços industriais e agrícolas), essas classes tinham que se confrontar agora com a resistência oposta pelas massas populares. Inutilmente a taxa de inflação saltará de 25% em 1960 a 43% em 1961, a 55% em 1962 e a 81% em 1963; de mecanismo de distribuição de renda em favor das classes dominantes, o processo inflacionário se converte em luta de morte entre todas as classes da sociedade brasileira pela própria sobrevivência, e não poderia terminar de outra maneira senão colocando essa sociedade ante à necessidade de uma solução de força. [...] À cisão vertical que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo (MARINI, 2000, p. 28-29).

Mas, como coloca Marini, o que estava em jogo para todos os setores da burguesia, não era especificamente o *desenvolvimento*, nem o imperialismo, mas, sim, a taxa de lucro. Com a recessão dos investimentos estrangeiros, fechava-se a porta para as soluções do “compromisso” que a burguesia havia aplicado desde 1955. Assim:

A situação que devia enfrentar-se agora era ainda mais grave, dado que, com o desenvolvimento da crise da balança de pagamentos, o ponto de estrangulamento cambial se agudizava e isto no momento mesmo em que, terminado o prazo de maturação dos investimentos realizados na segunda metade dos anos 50, os capitais estrangeiros pressionavam fortemente para exportar seus lucros. Assim, então, a crise cambial se traduzia na deterioração da capacidade para importar, que não somente não podia ser contornada mediante o recurso aos capitais estrangeiros, como era agravada pela ação desses capitais. A conseqüência da pressão dessas ameaças sobre a economia nacional era, pela primeira vez desde os anos 30, uma verdadeira crise industrial. [...] A ditadura militar aparece assim como a conseqüência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada para abrir novas perspectivas de desenvolvimento (MARINI, 2000, p. 93-94).

O golpe de 64 logo sufocou os anseios das camadas até então marginalizadas. No entanto, para conter as massas foi necessário forçar a coalização das forças dominantes, ratificando o “compromisso” de 1937 entre a burguesia e a oligarquia latifundiária mercantil. Isto fica claro no momento em que a burguesia renuncia a uma reforma agrária efetiva, que ferisse o regime atual da propriedade da terra. Outro aspecto da atuação realizada pela ditadura militar consistiu na criação de estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente com os Estados Unidos, e assim aumentar a capacidade produtiva da indústria (MARINI, 2000).

Como coloca Marini (2000), com o regime militar se inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, na medida em que a integração do imperialismo torna o capitalismo industrial brasileiro incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento:

Trata-se de uma agudização da lei geral de acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, já evidenciada pelos altos índices de “capacidade ociosa” verificados na indústria brasileira mesmo em sua fase de maior expansão. O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva (MARINI, 2000, p. 97).

A conseqüência vai ser o impulso da economia para o exterior, buscando compensar com a conquista de mercados já formados sua incapacidade de ampliar o mercado interno, o que vai levar o Brasil a um *subimperialismo*, pois não é possível à burguesia brasileira competir com os mercados norte-americanos (MARINI, 2000).

1.1.1 Desenvolvimento Industrial e Questão Regional

Associada à ideologia do desenvolvimento industrial estava a adoção de políticas de integração nacional e de superação das desigualdades regionais. Por muito tempo o mercado nacional brasileiro caracterizou-se pela existência de atividades primário-exportadoras distribuídas em regiões distintas, as quais possuíam poucos produtos para se trocar no mercado interno. Não se tinha, portanto, um mercado nacional integrado. O avanço da industrialização pós-revolução de 30, no entanto, vai aos poucos “forjar uma divisão regional do trabalho nacional” (OLIVEIRA, 1981, p. 74).

Como coloca Francisco de Oliveira (1981) as várias medidas tomadas objetivando superar os obstáculos à circulação de mercadorias e promover a integração entre as diferentes partes do território brasileiro, como a queda das barreiras tarifárias interestaduais, a instituição do Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no Brasil e o fim das legislações estaduais sobre o comércio exterior representavam, na verdade, a “implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica” (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

Explica Oliveira que no momento em que a expansão do sistema capitalista no Brasil teve seu *locus* na “região” Centro-Sul comandada por São Paulo, o “ciclo [capitalista] toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais” (OLIVEIRA, 1981, p. 75). Como explica o autor:

Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente de outras “regiões” para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação *nacional* das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das

economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema *em escala nacional*. [...] em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das “economias regionais”; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital (OLIVEIRA, 1981, p. 76).

Dessa forma, a integração deve ser entendida como “um momento do processo de ‘nacionalização’ do capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 77). Como coloca Oliveira:

[...] enquanto as economias regionais ligaram-se ao Exterior, o capital internacional se realizava “regionalizando-se”; quando uma das “regiões” assume o comando do processo de expansão do capitalismo, voltado agora sobretudo à realização interna do valor, há necessariamente que realizar um processo de “nacionalização” do capital. Este processo de “nacionalização” do capital estava parcialmente cumprido, seja porque a autonomia política dos Estados federados havia sido gradualmente reduzida, característica política mais marcante do pós-30, seja porque, do lado da força-de-trabalho, os movimentos migratórios que se intensificam no pós-guerra haviam transformado uma “população para as regiões” e uma “população para a nação”. Restava, para completar a “nacionalização” do capital, submeter o próprio capital das outras “regiões” às leis de reprodução e às suas formas, que passavam a ser predominantes na “região” que assumiu o controle do processo de industrialização. Tal “nacionalização” operou-se por vários modos: ora succionando os excedentes de capital que não podiam “reproduzir-se” nas suas “regiões” originais, o que é fato notório na história nacional, ora impondo as mercadorias de produção da “região” que se industrializava sobre as que se produziam nas demais “regiões” e, para completar, penetrando com capital nas outras “regiões” (OLIVEIRA, 1981, p. 77).

Segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2002), já no Estado Novo, a partir da adequação do aparato estatal para a construção do “Brasil moderno”, emergem os temas como a interiorização do país e o regionalismo como central na interpretação do país. Nesse período, a interiorização do país anima uma nova onda expansionista, mas de valorização do interior do Brasil, “[...] que passa a ser visto – não mais como o sertão bárbaro – mas como a matriz da brasilidade e o santuário do verdadeiro caráter nacional” (MORAES, 2002, p. 122).

No que diz respeito ao regionalismo, Vargas realizou a primeira regionalização oficial do Brasil e nela incorporou o conceito de região ao vocabulário oficial do Estado, como reação ao pacto federativo da República Velha (MORAES, 2002). A partir de então:

[...] as regiões passam a constar da pauta do debate político das elites, não raro adquirindo status de agente coletivo de interesses ou mesmo de ator político, num processo em que o regionalismo acaba por desempenhar funções ideológicas bastante eficazes. A consolidação de identidades regionais no país possibilitou que, no pensamento das elites brasileiras, conflitos sociais fossem equacionados como disputas territoriais, isto é, que

embates de classes sociais fossem tomados como luta entre lugares (repondo a visão geográfica da nação). Tal equacionamento enraizou-se rapidamente na mentalidade moderna em construção, repondo no novo paradigma velhas determinações da condição periférica (MORAES, 2002, p. 124).

No entanto, é no pós-guerra que o problema regional, do ponto de vista econômico-social, com vistas ao planejamento, tornou-se mais importante, passando a despertar preocupações políticas e administrativas. Mas agora:

[...] a região perde a positividade apontada no discurso estadonovista, e passa a ser avaliada, num equacionamento teórico cepalino que entende o desenvolvimento como homogeneização dos lugares. Junto com as características das culturas locais, também a hinterlândia volta a conhecer um juízo negativo, sendo novamente qualificada como o *locus* do atraso e da barbárie, os espaços nos quais o Estado deve concluir a construção do país, impondo a vida moderna (MORAES, 2002, p. 125).

É com esse sentido que o discurso da integração nacional ganhou notoriedade no Brasil em meados da década de 1950. No governo de Juscelino Kubitschek as políticas governamentais seguiram diversas linhas estabelecidas como prioritárias, tais como a segurança nacional, a integração econômica, a ocupação do território nacional e a superação das desigualdades regionais. O Estado brasileiro promoveu políticas e planos desenvolvimentistas estruturados na implantação de programas especiais e grandes projetos de investimentos, combinando a expressiva participação estatal com o capital privado nacional e internacional.

É nesse contexto que surgem como políticas estratégicas de regionalização organismos regionais e programas especiais, a que é exemplo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, quando, no âmbito da questão regional, o Nordeste passou a ser encarado como um problema de segurança nacional.

Com a criação de Superintendências de Desenvolvimento, os técnicos passaram a dar aos problemas econômicos um enfoque regional, resultado da influência de economistas da CEPAL. Segundo Manuel Correia de Andrade (1976), o enfoque regional aos problemas econômicos tornou-se mais acentuado ainda a partir da década de 1960, com a divulgação no Brasil das idéias de François Perroux sobre Pólos de Crescimento (ANDRADE, 1976). Na teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux, “[...] pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de

vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo” (ANDRADE, 1987, p. 59)¹.

No jogo político em busca dos benefícios oferecidos pelos Programas regionais, o Espírito Santo não pôde se privilegiar das políticas regionais, pois estava inserido na região considerada a mais dinâmica do país, ao lado dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assim, o estado capixaba ficou fora da política regional brasileira; somente anos depois passou a receber incentivos fiscais do Governo Federal.

Em linhas gerais, as políticas para a integração do território brasileiro objetivavam remover os obstáculos à expansão capitalista. É nesse contexto desenvolvimentista, em que ganham força as políticas governamentais de integração econômica e de superação das desigualdades regionais, que propomos analisar como se deu a construção e circulação da idéia de “crise” na estrutura cafeeira do Espírito Santo na década de 1960.

¹ Em 1966, a SUDENE promoveu o I Seminário sobre Pólos de Desenvolvimento no Brasil. Nesse Seminário, muitos cientistas e técnicos brasileiros despertaram interesse pela teoria de Perroux. A partir de então, elaboraram uma metodologia buscando aplicar a teoria dos Pólos de Crescimento ao espaço brasileiro (ANDRADE, 1987).

2 A INSERÇÃO DA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO ESPÍRITO SANTO E A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE “CRISE”

Vimos no capítulo anterior que as idéias desenvolvimentistas ganharam força no Brasil na década de 1960, graças ao projeto geopolítico para a modernidade promovido pelo regime militar, numa estratégia para acelerar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Dentro desse movimento, era preciso garantir a reprodução do capital em todos os espaços do território brasileiro. Para tal, era preciso superar o passado agro-exportador e ingressar num estruturado processo de industrialização sob o comando do Estado.

Assim, partimos nossas análises do entendimento de que a idéia da “crise” do café de 1960 é parte de uma construção ideológica maior, que buscou inserir as idéias desenvolvimentistas no Espírito Santo. Dessa forma, buscamos neste capítulo identificar e analisar as articulações políticas e os instrumentos formulados, bem como os documentos e estudos produzidos na época, que buscaram inserir a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo.

2.1 OS INTERESSES INDUSTRIAIS EM PAUTA

Quando Carlos Lindenberg assume o governo estadual no Espírito Santo pela segunda vez (1959-1962) percebe-se uma relativa ampliação das bases representativas dos interesses industriais. Mesmo Lindenberg mantendo uma posição em defesa dos interesses da burguesia agromercantil, cuja base fundamental de interesse era expressa pela economia cafeeira², configurou-se no estado um grupo de forças políticas identificadas com o processo de industrialização acelerada, promovido a nível nacional, que buscava inserir o Espírito Santo nesse processo. Tais forças políticas se aglutinavam em torno da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), a qual passa, a partir de então, a se constituir no núcleo central de articulação dos meios de dinamizar a indústria no Espírito Santo (SILVA, 1995).

² Segundo Silva (1995), para Carlos Lindenberg a expansão do setor industrial deveria se expressar de forma moderada, não provocando grandes rupturas no ritmo do processo de desenvolvimento em curso. Por isso, Lindenberg buscava privilegiar tanto o setor agrícola como o industrial.

A FINDES foi fundada em 12 de fevereiro de 1958 por um grupo de industriais capixabas, tendo como primeiro presidente o Sr. Américo Buaiz, o qual havia sido presidente também da Federação do Comércio, criada em 1954. A primeira diretoria da FINDES foi constituída dos seguintes membros: Américo Buaiz – presidente; Antônio Sobreira Amaral – vice-presidente; Carlos Moreira Lima – 1º secretário; Manoel Jair Gonçalves – 2º secretário; Demócrito Silva – tesoureiro; José Meira Quadros, Lourentino Proença e Garrof Weigert – conselho fiscal.

Em maio de 1959 foi criado o Conselho Técnico da FINDES, constituído pelos seguintes membros: Eliezer Batista, Alberto Stange, Arthur Carlos Gerhardt Santos, Humberto Pinheiros Vasconcelos, Aloísio Simões, Jorge Faria Santos, Alvinho Gatti e Bolivar de Abreu. Esse conselho tinha como propósito “[...] apreciar os mais sérios problemas regionais equacionando-os e funcionando, também, como órgão auxiliar dos Poderes Públicos, no que tange aos problemas industriais” (A Gazeta, 1959, apud Silva, 1995, p. 359).

A atuação desse Conselho Técnico se deu, principalmente, através da criação de estudos e diagnósticos sobre a situação econômica e social do Espírito Santo. Esses estudos tiveram início com o *Seminário Pró-desenvolvimento Econômico do Espírito Santo*, realizado em fevereiro de 1960 pela FINDES com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e do Governo Estadual. Em 1962, o Serviço Social Rural produziu um relatório síntese desse Seminário, intitulado *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo*, o qual pode ser considerado um dos primeiros diagnósticos sócio-econômicos do Espírito Santo.

Este relatório tem início com uma caracterização da população do Espírito Santo, na qual é ressaltada a sua distribuição desigual. Explica-se que, em 1960, a maior concentração demográfica do estado se concentrava no sul, sobretudo no extremo sudoeste, e na região de Vitória. Já ao norte do Rio Doce, o povoamento ainda não possuía as características de “ocupação permanente”. Assim, chega-se a seguinte conclusão sobre esta parte do território capixaba: “é uma região que ainda procura sua vocação econômica e social. Caracterizam-se extensos vazios demográficos, grandes áreas de terras devolutas e a economia ainda reveste caráter extrativo”

(SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 52). Sendo assim, o norte do estado é uma área de “expansão potencial”.

Nota-se que ao caracterizar as áreas do norte do estado como “extensos vazios demográficos”, o referido relatório torna invisível as comunidades indígenas e quilombolas e os inúmeros posseiros e agricultores familiares que viviam nesta região. Parte do discurso da invisibilidade para justificar que o Norte do estado ainda procurava “sua vocação econômica e social” e, por isso, era uma área em “expansão potencial”, já delimitando o recorte espacial por onde o desenvolvimentismo deveria se penetrar no estado.

Ainda procurando apresentar um quadro característico da população do Espírito Santo, são identificadas na população as evidências do “subdesenvolvimento” do estado: “[...] a maioria dos municípios do Estado não conseguiu superar uma fase de subdesenvolvimento social e econômico que se reflete na população e se caracteriza pela alta natalidade e alta mortalidade dos primeiros grupos etários” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 59).

Embora se ressalte que a população do estado era “nitidamente rural”, afirma-se no referido relatório que “um dos pontos essenciais de uma política de desenvolvimento” deveria ser o “fortalecimento” e “equipamento” dos centros urbanos, os quais já começavam a “exercer um efeito polarizador sobre as populações esparsas”, de modo que eles pudessem exercer o “papel de polarizadores regionais” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 114).

Percebe-se, assim, que as preocupações do governo estão voltadas para as áreas urbanas do estado, e na forma como elas podem “polarizar” as áreas rurais, ou seja, exercer o comando das atividades do estado.

Após a análise da população, passa-se a uma análise da estrutura econômica do Espírito Santo. A partir dos indicadores de atividade econômica, chega-se a conclusão de que o “desenvolvimento do Estado” apresentava um “relativo atraso” em relação “aos demais centros do país” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 117). Por outro lado, não se via muitas perspectivas para alterar esse quadro, pois para aumentar a arrecadação do estado era necessário a “melhoria de qualidade” do

café, o que não seria “tarefa fácil”, pois no Espírito Santo a “base agrária” se concentrava em pequenas unidades:

Os recursos disponíveis para capitalização nas administrações estaduais são deveras limitados, face à estrutura econômica vigente. A base agrária em que repousa a economia espiritosantense não permite ampliar os limites excessivos que persistem na tributação estadual. [...] O café por sua vez, se de um lado representa o esteio da economia estadual, de outro, é um dos principais fatores limitativos ao desenvolvimento em ritmo mais acelerado. Restringida em termo de escassas áreas ecologicamente satisfatórias, a expansão cafeeira está a mercê mais da melhoria da cultura existente do que propriamente do aumento de área cultivável. A melhoria de qualidade, no entanto, a exemplo de outras áreas de cafeicultura mais rendosas que a capixaba, não é tarefa fácil, mormente no Espírito Santo, onde a propriedade agrária se concentra em pequenas unidades (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 117-118).

Segundo o relatório até mesmo a “diversificação da atividade agrária” encontrava “poucas alternativas”, pois além da “ausência de mercados satisfatórios” o lavrador estava “arraigado à atividade cafeeira” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 118).

Identifica-se, assim, na base agrária a causa do “relativo atraso” do estado. Mas, em seguida, reconhece-se que as medidas restritivas para a exportação de cafés considerados de tipos inferiores impostas pelo Governo Federal, da qual o Espírito Santo foi grandemente atingido por ser o principal produtor desses tipos, “redundou em forte descapitalização interna, transferindo-se o ônus dos excedentes de produção registrados em outros Estados, à economia estadual que não tem tal problema”. Assim, “desestimulada a cafeicultura” tem-se “um quadro pessimista para a economia estadual” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 118).

Faz-se no relatório uma análise da evolução da renda do estado nas últimas décadas e verifica-se um quadro de “estagnação” da economia capixaba. Ressalta-se que esse quadro era comum às “áreas periféricas do desenvolvimento nacional”, mas se agravava no caso do Espírito Santo, pois o estado tinha uma economia com “alta dependência” em relação ao café (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p.126).

Ressalta-se no relatório também a importância do café para a formação da renda territorial do setor primário e para as finanças públicas estaduais. Em 1958-60 o café havia contribuído com 60% do imposto de venda e consignação, principal fonte de arrecadação do Estado.

Mais adiante, critica-se a política federal de estímulo à produção de tipos melhores, e destaca-se que o café capixaba era de má qualidade, dos tipos 7 e abaixo, mas tinha mercado certo justamente pela má qualidade que apresentava, o que facilitava o escoamento da produção para mercados tradicionais de produtos inferiores. Além disso, reconhece-se que o Espírito Santo não contribuía para o problema da superprodução e sim os demais estados produtores de café, aonde a plantação de novos cafezais vinha influenciando decisivamente a oferta nacional.

Em seguida, chama-se a atenção para a “transferência de renda do produtor ao comércio exportador”, mas não se problematiza o fato do pequeno produtor, que era quem produzia o café, não ficar com a renda gerada pelo café. Pelo contrário, identifica-se na base agrícola a “confirmação” para essa “desfavorável tendência”, pois a pequena propriedade não possuía “recursos próprios para garantir a colocação do produto” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 136).

Vejamos como tais argumentações parecem contraditórias. Após afirmar-se que o café capixaba tinha mercado certo, mesmo sendo um café de má qualidade, identificar-se que a “crise” não era da produção, pois o Espírito Santo pouco contribuía para o problema da superprodução e reconhecer-se que havia transferência de renda do produtor ao comércio exportador conclui-se no relatório que a base agrária de pequena propriedade familiar era a causa da “crise”. Por isso “a economia capixaba necessitava de uma diversificação na estrutura econômica”. Segundo o relatório, tal diversificação se confundia “com o imperativo de abertura de novas frentes de desenvolvimento”, que pudesse substituir “as atividades decadentes” por novas atividades que fossem “capazes de impor uma aceleração ao processo de crescimento”. As “novas frentes” teriam como objetivos a “exportação a mercados nacionais e internacionais” e o “aproveitamento do mercado local e circunvizinho do Estado” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p.143).

Assim, dois motivos são apresentados para justificar que a economia capixaba necessitava de uma “diversificação na estrutura econômica”: “[...] a instabilidade da economia cafeeira e as perspectivas de um modesto crescimento contrastando-se com as exigências e pressões demográficas da área (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 143).

Nota-se que o problema da “crise” é atribuído, primeiramente, à estrutura econômica do estado, baseada na pequena propriedade, mesmo não sendo os pequenos agricultores os responsáveis pela “crise” e, em seguida, às “pressões demográficas da área”, num apego as idéias malthusianas para explicar de forma simplista que a produção de alimentos no Espírito Santo não iria conseguir acompanhar o crescimento da população do estado. Por isso, era necessário “diversificar” a estrutura econômica que, como veremos no capítulo 3, já era altamente diversificada.

A diversificação preconizada no relatório seria conduzida pela atividade siderúrgica e pela industrialização. As perspectivas positivas quanto à indústria se dava “[...] pela posição particular do Estado com seu porto, que drenava e centralizava o comércio de uma área em desenvolvimento intenso, como é o caso do Vale do Rio Doce da zona mineira” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 366).

Para os agricultores também foram apresentadas alternativas, mas sempre visando “o aproveitamento das oportunidades do mercado”. Uma das alternativas seria, além do aproveitamento dos vales úmidos, o aproveitamento das terras do norte do estado, “área imensa de terras ainda não muito valorizadas e adaptáveis”. A outra alternativa seria a diversificação a partir da fruticultura, da cana-de-açúcar, do algodão, da horticultura, da pimenta do reino, da mamona, do amendoim, do fumo, da pecuária e da produção florestal. No entanto, apontava-se no relatório uma dificuldade para trabalhar a produção, pois o que se poderia verificar eram agricultores com “técnica muito atrasada” e com uma “comercialização ruim”. Mas, colocava-se que “o esforço de renovação da atividade agrícola buscando um padrão técnico e de rendimento para novas culturas [daria] um impacto na estrutura eminentemente agrária do Estado, permitindo desenvolvê-la sem os percalços atuais (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 366).

Com esse relatório o ideário industrial ganhava força no Estado, pois a indústria passava a ser considerada uma alternativa fundamental para “acelerar o desenvolvimento” do estado e retirá-lo do “subdesenvolvimento” em que se encontrava.

Sobre a introdução no Espírito Santo da formulação de diagnósticos sócio-econômicos sobre o Estado, Silva (1995) coloca o seguinte:

[...] essa prática se instaura fora do Aparelho Regional de Estado, e, no limite, age sobre a direção governamental, forçando a reorientação da ação em curso. Ou por outras palavras, o processo de planejamento, enquanto atividade tecnocrática, tem início na nova esfera de agregação e articulação de interesses, e, em sua dinâmica, avança para o interior do Aparelho de Estado produzindo modificações na sua estrutura institucional (SILVA, 1995, p. 360).

Nesse sentido, “[...] devidamente cercadas por toda uma aura desenvolvimentista [...]” (SILVA, 1995, p. 360), as atividades de levantamento e análises da realidade sócio-econômica e territorial do Espírito Santo vão se concretizar com a criação de um Grupo de Trabalho, cuja finalidade era o de estudar e sugerir ao Governo Estadual medidas de “desenvolvimento” para o estado.

O Grupo era presidido pelo Secretário da Fazenda e constituído por representantes de indústrias, de organizações locais, membros de órgãos do governo e técnicos, dentre os quais se destacam Américo Buaiz, José Saade, Guilherme Pimentel Filho, José Ferrari Valls, Carlos Lindenberg Filho, José Sinval M. Lindenberg, Pedro Merçon Vieira, Armando Rabello, Asdúbral Soares, Arthur Carlos Gerhardt Santos, Eugênio Sette, Grey Prado de Freitas, Alvino Gatti, Aldo Franklin dos Santos, Pietrângelo V. de Biase.

Segundo Silva (1995), as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho formularam um elenco de medidas que visavam incentivar a industrialização, amparar a agricultura e institucionalizar a atividade de planejamento econômico no estado. Com esse intuito, foram elaborados três projetos de Lei, os quais foram encaminhados à Assembléia Legislativa em dezembro de 1960: Lei nº 1 613, de 10/02/61, a qual criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC); Lei nº 1 634, de 21/08/61, que criou o Fundo de Crédito Rural; e Lei nº 1 681, de 15/01/62, que concedia vantagens às indústrias, como forma de incentivo ao setor industrial.

O ideário industrial no Espírito Santo se completava com a chegada da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no estado. Na articulação da vinda da Companhia para o Estado teve importância o papel assumido pela FINDES, ampliando o leque articulador do Estado, que até então ficava restrito à esfera governamental (SILVA,

1995). Certamente, o papel assumido pela FINDES foi fundamental para que o engenheiro Eliezer Batista, o qual era membro do Conselho Técnico da FINDES, assumisse a Presidência da Companhia, em abril de 1961, quando foi definida a transferência da sede da CVRD para Vitória.

No tocante à produção cafeeira, o estado enfrentava a política do Governo Federal que restringia a exportação de cafés de tipos inferiores o qual o Espírito Santo era o principal produtor. Tal política prejudicava a arrecadação do Estado, que dependia quase que exclusivamente da comercialização do café.

Em 1961 havia sido elaborado o documento *A Economia Espírito-Santense em Face do Problema do Café*, decorrente de uma palestra proferida pelo Governador Carlos Lindenberg em 20 de maio de 1961, por ocasião de uma entrevista coletiva concedida à imprensa capixaba.

Neste documento, Carlos Lindenberg expôs suas preocupações em relação à possibilidade do Governo Federal de proibir a exportação de cafés de tipos inferiores a 5, deliberação que o Governador havia tomado conhecimento através da imprensa do Rio de Janeiro. Carlos Lindenberg destacou o fato de que 80% do café produzido no Espírito Santo eram de tipos inferiores e procurou demonstrar a impraticabilidade da medida em relação ao Espírito Santo. Destacou que, apesar dos cafés capixabas serem de tipo 7 e abaixo, eles sempre encontraram mercado, pois eram os de menores preços nos mercados internacionais e os únicos produzidos no Brasil que eram capazes de competir com os produzidos na África. Enfatizou também que nos últimos 12 anos, enquanto a produção cafeeira do Espírito Santo havia decrescido 6%, a dos demais Estados produtores aumentou 89%, o que demonstrava que o estado capixaba não contribuía para o excedente da produção brasileira, apesar de receber as mesmas restrições impostas aos demais estados produtores. Carlos Lindenberg ressaltou ainda a importância do café para a economia capixaba, uma vez que o setor primário era, naquele período, responsável por 65% da renda territorial do estado, e neste setor o café era o produto que mais contribuía (60% em 1959) para a formação do valor da produção agrícola. Também para as finanças públicas o café apresentava-se igualmente importante, uma vez que era responsável por mais de 60% da arrecadação do Estado com o imposto sobre vendas e consignações, chegando a representar 90,6% da receita geral apurada.

Nesse documento Lindenberg também expôs a sua “missão” de “reivindicar e defender os altos interesses dos cafeicultores capixabas”, que eram interesses “do próprio Estado”. Mas ao final conclui que não se podia “responsabilizar o Governo Federal pelo seu não atendimento”, pois era “forçoso reconhecer que Sua Excelência o Senhor Presidente da República [estava] empenhado num esforço honesto e patriótico no sentido de corresponder aos anseios do povo brasileiro de normalização da vida econômica do País” (LINDENBERG, 1961, p. 19). O Presidente ainda deixou um apelo ao povo capixaba frente às políticas do IBC (Instituto Brasileiro do Café), de que era preciso deixar “de pensar como espírito-santenses para fazê-los como brasileiros” e “congregar todos os nossos esforços no sentido de elevarmos o nível de nossa cafeicultura, seja pela melhoria de tipos, ou através da racionalização dos cultivos”. Assim, estariam correspondendo “às esperanças e justos anseios do Senhor Presidente Jânio Quadros” no sentido de que todos os brasileiros se unissem nessa grave emergência da vida nacional e estivessem “dispostos a todos os sacrifícios para o bem de nossa Pátria”, e conclui afirmando que se podia confiar que o Presidente não desampararia o Espírito Santo (LINDENBERG, 1961, p.20).

Em outubro de 1961, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA)³, que tinha como objetivo planejar a produção cafeeira do país e evitar as supersafras, pois a partir da segunda metade da década de 1950 os preços internacionais do café começaram a apresentar quedas acentuadas devido ao aumento elevado da produção cafeeira. O GERCA implementou uma política de erradicação dos cafezais que foi efetuada em duas fases. Para viabilizar essa política, foi instituída uma considerável indenização por cova de café erradicada. Entre julho de 1962 e julho de 1966 foi implementada a primeira fase, mas os resultados foram pouco expressivos para o Espírito Santo.

³ O GERCA foi criado pelo decreto nº 79 e era composto por um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. Do Conselho Deliberativo participavam representantes dos Estados cafeeiros e dos órgãos da administração pública que estavam de alguma forma interligados à problemática cafeeira. O Conselho era presidido pelo Presidente do IBC e era composto por representantes dos seguintes setores: três diretores cafeicultores do IBC, três representantes da Junta Consultiva do IBC e representantes das seguintes entidades: Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, Banco Central do Brasil, Carteira de Redesconto do Banco Central do Brasil, Comissão de Financiamento da Produção.

Em 1963 Francisco Lacerda de Aguiar retornou ao Governo do Estado e, com ele, os interesses mercantis exportadores passaram a ser prioridade na pauta de governo, principalmente através do *Plano de Industrialização Rural* e do *Plano Educacional Emergencial*. Além disso, tem-se o fortalecimento da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo (ACARES)⁴.

Segundo Silva (1995) ao mesmo tempo em que a ACARES se fortalecia enquanto órgão articulador e agregador de interesses de classes no governo Lacerda de Aguiar, a FINDES, e as classes sociais que se reuniam em torno dela, perdiam espaço político. Tanto que, em termos de subsídio à ação governamental, o Plano Diretor produzido pela ACARES, em 1963, ganhou espaço para a sua implementação, em detrimento do documento produzido pela FINDES *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo*, uma vez que o documento da ACARES estava mais comprometido com o pensamento das forças que se reuniam em torno do Governador Francisco Lacerda de Aguiar.

Mas, em 1966, diante de várias pressões locais e federais, o governador Francisco Lacerda de Aguiar renunciou o seu cargo e em seu lugar assumiu o vice-governador Rubens Rangel, que passou a articular os interesses industrializantes (SILVA, 1995). Ao assumir, Rangel articulou a participação no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, que acumulou as pastas de Viação e de Planejamento, e de Alvino Gatti, que assumiu a chefia do Gabinete Civil. Como vimos anteriormente, ambos eram membros do Conselho Técnico da FINDES e integravam o Grupo de Trabalho criado no governo Carlos Lindenberg.

O primeiro governador indicado pelo Regime Militar foi Christiano Dias Lopes Filho. Christiano foi o primeiro governador do Espírito Santo que não era ligado à elite agrofundiária do estado. Assim, quando Christiano assume o Governo do Estado (1967-1970) o ideário industrial ganha força novamente no Espírito Santo e várias

⁴ A ACARES foi fundada em 17/11/56. Juntamente com outras treze organizações similares que operavam em vários estados brasileiros, a ACARES integrava o Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, articulado em nível nacional pela ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). A ACARES tinha como finalidade desenvolver um programa de assistência técnica e financeira para a produção agropecuária do estado. A Associação se constituía em uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de caráter essencialmente educacional, cujos recursos provinham dos membros contribuintes da Organização, que compunham a sua Junta Governativa: Governo do Estado, Centro de Comércio de Café de Vitória, Ministério da Agricultura e Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

medidas são conduzidas no sentido de acelerar o desenvolvimento industrial do estado. Nesse período a influência da FINDES aumenta, o que é notório pela sua maior participação em conselhos e quadros técnicos de órgãos estratégicos para o desenvolvimento industrial do Estado. Sua influência também vai se dá através do financiamento de estudos e projetos de desenvolvimento industrial para o Estado.

A nível de ação, o plano de governo de Christiano Dias Lopes Filho foi baseado no documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo*, que foi produzido em 1966 pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico (INED) a pedido da FINDES.

Segundo os autores de *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* o objetivo do documento era “proporcionar uma visão global da economia do Espírito Santo, seus problemas e potencialidades” e, a partir daí, “definir a atuação do Governo Estadual” (INED, 1966, p. 3). Mas, logo de início já é deixado bem claro no documento que as análises apresentadas se concentraram “nas atividades de exportação com especial atenção [...] para aquelas que integrariam o Estado nos setores nacionais de maior dinamismo” (INED, 1966, p. 4).

Os autores do documento deixam claro também que se esforçaram não só para “localizar os setores que oferecem maior potencialidade econômica para o Espírito Santo”, mas também para apontar “os meios para corrigir a relativa marginalização em que o Estado se viu colocado, diante do principal centro dinâmico do país, em cuja área geo-econômica ele se situa” (INED, 1966, p. 4-5).

Assim, passam a uma análise da economia capixaba e, ao comparar a produção física do Espírito Santo (agricultura e indústria) com a dos demais estados brasileiro identificam que o Espírito Santo apresentava um índice bem abaixo a de alguns estados e, inclusive, da média brasileira. Chegam à conclusão que o baixo índice apresentado pelo Espírito Santo se devia a predominância da agricultura na composição do produto interno do Estado. A agricultura era responsável por 49% do produto interno do Espírito Santo, enquanto a indústria e o comércio eram responsáveis por, respectivamente, 10% e 11%. Explicam que embora Minas Gerais apresentasse um índice elevado de contribuição agrícola na composição de seu produto interno (47%), a indústria contribuía com 17,5%, e no Rio de Janeiro e em

São Paulo o valor da renda gerada pela indústria já ultrapassava largamente o da agricultura, respectivamente 33% e 26%.

Ao analisarem a agricultura no estado, os autores observam que as lavouras respondiam por 65% da produção agrícola total e o café predominava no conjunto do estado. Em relação ao setor industrial, concluem que era “uma atividade manufatureira bastante primitiva”. Chegam a essa conclusão após constatarem que a participação da indústria alimentar era de 29%, superior a média brasileira (17%).

A partir dos resultados encontrados acima, os autores de *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* concluem que “o Espírito Santo, posto que não esteja entre os Estados brasileiros normalmente classificados como subdesenvolvidos, desfruta de posição relativamente má dentro da área de maior desenvolvimento do país”. Assim, era preciso um “esforço” para que essa situação fosse “corrigida” (INED, 1966, p. 48). Para tanto, “todo o esforço de desenvolvimento do Estado” devia dar-se “em função da existência de mercados amplos e em rápido crescimento” (INED, 1966, p. 72).

Partindo dessa visão mercadológica, ao realizarem um estudo sobre as “atividades dinâmicas tradicionais” – café, cacau, açúcar e madeira – os autores concluem que nenhuma delas oferecia “perspectivas animadoras” (INED, 1966, p. 72). Explicam que o café era, internacionalmente, um “produto em superprodução”. Assim, produtores tradicionais como o Brasil, deveriam ter como objetivo a “manutenção das posições atuais” (INED, 1966, p. 73). Em relação à lavoura cacauzeira no Espírito Santo, esta “não conseguia maior grau de expressão em relação à produção brasileira”, por causa de “fatores naturais” e do “baixo grau de racionalização das lavouras capixabas” (INED, 1966, p. 82-83). Em relação ao açúcar, o rendimento médio por hectare (26 ton) das lavouras capixabas era bastante inferior à média nacional (44 ton) (INED, 1966, p. 91). Em relação ao setor madeireiro, não se podia ver “perspectivas animadoras” nesse setor, pois “as possibilidades de reflorestamento no Espírito Santo” eram “remotas”. Assim, “apesar dos estímulos oferecidos pela legislação” na época, inexisteriam “estudos e experiências sobre a matéria, especialmente com a madeira da zona subtropical” (INED, 1966, p. 95).

Após essa análise mercadológica, os autores do referido documento chegam à seguinte conclusão:

Não há enfim, nenhuma possibilidade de vir o Espírito Santo, nos próximos anos, a intensificar o seu desenvolvimento baseado em seus produtos tradicionais [café, cacau, açúcar e madeira], sujeitos às flutuações permanentes da sua procura e de seus preços. Mesmo porque, sendo o Estado de base predominantemente agrícola e com as perspectivas pouco animadoras de seus produtos tradicionais, nestes não poderá fazer repousar uma política de desenvolvimento de sua economia (INED, 1966, p. 96).

Para os autores do documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* a siderurgia e a exportação de minérios se apresentavam naquele período como possíveis focos de intensa atividade econômica e de formação de capital para o Estado. Assim, segundo esses autores, podia-se vislumbrar em torno dessas atividades a oportunidade de se propagar um processo de industrialização no Espírito Santo, podendo, inclusive, surgir um importante Complexo Industrial no Estado:

Este ramo de atividade [minério de ferro] deverá crescer em importância relativa dentre as atividades econômicas do país. Em consequência, toda a área de influência das companhias, em particular da CVRD, terá uma inusitada oportunidade de desenvolvimento induzido, isto é, a referida atividade poderá se constituir num centro dinâmico para a economia da região.

Dadas as condições geográficas e a infra-estrutura existente (porto e ferrovia) grande parte dessa produção irá desembocar no porto de Tubarão. Por razões técnicas e de custos, a maior parte das fases de beneficiamento do minério devem se concentrar também em torno do porto. Nestas condições, a exportação de minérios estritamente considerada vem a se constituir num foco de intensa atividade econômica e de formação de capitais. Vislumbra-se, assim, uma oportunidade talvez rara que em torno desta atividade se implante e irradie um processo de industrialização na economia capixaba [podendo inclusive formar um importante Complexo Industrial no estado] (INED, 1966, p. 114-115).

O trabalho de coordenação para a criação de um Complexo Industrial deveria ser precedido das seguintes providências:

A) Criação de órgão específico para coordenação do desenvolvimento do Estado – neste item é sugerido a criação de um sistema de planejamento composto por dois órgãos. Um deles seria a Comissão de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODEC, mantendo a sigla do órgão já existente). Esta Comissão ficaria encarregada propriamente do planejamento e estaria integrada à estrutura da administração pública. O outro órgão seria independente da administração pública e tomaria a

forma de uma Fundação (Fundação de Estudos Sociais e Econômicos do Espírito Santo) e estaria destinada a realização de estudos econômicos e sociais ligados ao desenvolvimento do Estado.

B) Estudo preliminar para coordenação do Complexo Industrial – neste item é indicado que se realize dois estudos: um estudo básico do Complexo Industrial e um estudo complementar para a coordenação de expansão, implantação, localização e financiamento de indústrias residenciais que poderiam vir a se constituir em torno do Complexo Industrial, prevendo, inclusive, um segundo Distrito Industrial destinado a essas indústrias.

C) Estudo de localização de um Distrito Industrial e das necessidades de infraestrutura – neste item é recomendado que juntamente com um estudo de localização e dimensionamento do Distrito Industrial se fizesse um estudo sobre as necessidades de infraestrutura que a construção de um Complexo Industrial requer: transporte rodoviário e ferroviário, acesso portuário, energia elétrica e abastecimento de água.

O documento também apresenta algumas contradições. Logo no início do documento os autores concluem, a partir de uma análise do mercado, que as culturas tradicionais (café, cacau, açúcar e madeira) não ofereciam “perspectivas animadoras” para a “aceleração do desenvolvimento econômico do Estado”. No entanto, mesmo chegando a esta conclusão dedicam um capítulo ao que eles chamam de “atividades dinâmicas” ligadas à “agricultura de abastecimento”, visando, é claro, o mercado. Segundo os autores, “não se pode ignorar [...] que a economia capixaba continuará, por muito tempo, fundamentalmente agrícola e outrossim que suas potencialidades no setor são amplíssimas” (INED, 1966, p. 122).

Assim, segundo os autores de *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* era possível, no que diz respeito a uma agricultura de abastecimento, distinguir duas zonas no Estado. Uma polarizada por Cachoeiro (zonas fisiográficas de Itapemirim e Serrana do Sul) e uma polarizada por Vitória e, secundariamente, por Colatina (zona fisiográfica de Vitória e parte da zona do baixo Rio Doce) (INED, 1966, p. 123).

Segundo os autores, o principal mercado para a zona de influência de Cachoeiro era Guanabara, que se apresentava como “um mercado em expansão e amplo”. Para Guanabara o Estado podia exportar animais vivos, carnes frescas, frigorificadas e congeladas, chocolates e suas preparações e laticínios. Os autores ainda apontam uma série de outros produtos que, segundo eles, o Estado ainda não exportava, mas “poderia fazê-lo com facilidade”: arroz, feijão, milho e farinha de mandioca.

Para a zona de influência de Vitória, os autores apontam os mercados constituídos por Vitória, Cariacica e Vila Velha e explicam que, embora “relativamente pequeno”, estava expandido rapidamente e deveria ganhar grande importância na medida em que se conseguisse criar na zona “um Complexo Industrial significativo em torno do minério de ferro e da siderurgia” (INED, 1966, p. 135). Ainda apontam como possibilidades de mercado para a zona de influência de Vitória o nordeste da SUDENE e Minas Gerais.

Por fim, concluem: “tudo aconselha que o Espírito Santo faça da agricultura uma das bases do seu dinamismo” (INED, 1966, p. 147). Mas, a contradição não termina por aqui. Logo em seguida, os autores voltam a afirmar que a agricultura não apresentava “o dinamismo necessário para criar, dentro do Espírito Santo, um ‘polo de crescimento’ bastante amplo para colocá-lo entre os centros de maior dinamismo do país” (INED, 1996, p. 151).

O Programa também indicava como “alargamento das potencialidades dinâmicas” a “‘abertura’ da economia espírito-santense para os principais centros dinâmicos do país”. Para os autores, esperava-se, assim, “quebrar de uma vez por todas” o “relativo isolamento” do Espírito Santo que, “apesar de situado na zona do Brasil que os economistas convencionaram chamar de ‘desenvolvida’, jamais se integrou plenamente nela” (INED, 1966, p. 151). Para tal, era necessário, apenas, suprir o estado de “grandes ligações rodoviárias”.

O documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* também sugeria algumas medidas a serem adotadas em relação aos órgãos de planejamento e instituições que deveriam compor o “sistema financeiro do desenvolvimento”:

A) Órgãos de Planejamento – a sugestão contida no documento era de manter um sistema de planejamento composto por dois órgãos: Comissão de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODEC) e Fundação de Estudos Sociais e Econômicos do Espírito Santo. O primeiro seria encarregado do planejamento e estaria integrado à estrutura da administração pública; o segundo teria a função de facilitar o recrutamento de quadros e a realização de estudos especiais. Com esses dois órgãos seria possível unir uma ação efetiva em nível governamental com a plasticidade exigida em qualquer processo de planejamento.

B) Instituições Financeiras do Desenvolvimento – a sugestão mantida no documento era de que o desenvolvimento do Estado deveria ter como base duas instituições financeiras: uma Companhia de Desenvolvimento (CODES), com o estatuto jurídico de autarquia e uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos (sociedade mista).

Seriam objetivos da CODES:

- preparação de projetos, viabilidades e outros estudos e trabalhos destinados a revelar as potencialidades da economia estadual aos investidores;
- fornecer recursos à CODEC para estudos, pesquisas ou contratação de pessoal através da Fundação de Estudos Sociais e Econômicos do Espírito Santo;
- empréstimos de prazo médio e longo que escapem ao âmbito da CODES Crédito, Financiamento e Investimentos (os empréstimos só serão feitos a empresas privadas, autarquias e sociedades de economia mista) participação societária em empreendimentos de interesse do plano. Uma vez firmado economicamente o empreendimento pode a CODES vender suas ações ao público;
- criação de unidades produtivas para locação ou venda (INED, 1966, p. 205).

C) Órgãos de Captação de Recursos Externos – segundo sugestão do documento para “garantir ao Estado um afluxo de recursos externos qualitativa e quantitativamente satisfatórios”, dois tipos de órgãos deveriam ser considerados: um de âmbito federal, composto de uma Secretaria Técnica e de um Conselho, constituído este pelos Governadores dos Estados abrangidos pela COMLESTE e mais o Governador da Bahia; e um órgão de capacitação de recursos externos ligado possivelmente à CODEC.

A partir da análise do documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* fica nítido que a partir do governo de Christiano Dias Lopes

as perspectivas em torno do setor agrícola tornavam-se mínimas, sobretudo em relação às culturas mais tradicionais do Espírito Santo, pois a agricultura é identificada com a responsável pelo “atraso” do Estado. Passa-se, então, a buscar uma reorientação na política econômica para o Espírito Santo, por meio de atividades consideradas mais “dinâmicas”, como aquelas vinculadas ao processamento do minério de ferro.

Entre agosto de 1966 e maio de 1967 o GERCA implementou a segunda fase do seu programa de erradicação. Nesta fase do programa o Espírito Santo teve um número proporcionalmente maior de pés erradicados em relação às demais áreas produtoras do país (Tabelas 1 e 2), mesmo com uma produção em torno de 6,2% da produção nacional (Tabela 3). Dos 655,8 milhões de cafeeiros erradicados e dos 673.731 hectares liberados pela erradicação nessa fase 35,9% e 35,5%, respectivamente, pertenciam ao Espírito Santo. Em São Paulo, Minas Gerais e Paraná essas proporções foram, respectivamente, de 8,4%, 20,3% e 18,9% dos cafeeiros erradicados e 9,1%, 16,6% e 21,7% da área liberada.

Essas proporções são bem diferentes das verificadas na primeira fase do Programa, na qual o Espírito Santo havia sido o estado cafeeiro menos atingido pela erradicação. Apenas 9,4% dos cafeeiros erradicados e 7,4% da área liberada pertenciam ao Espírito Santo. Já os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná haviam participado com 33,8%, 29,5% e 17,4% dos cafeeiros erradicados e 37,2%, 29,5% e 19,7% da área liberada, respectivamente.

Em relação ao dinheiro gasto com as indenizações, na segunda fase o GERCA liberou uma quantia bem superior a que havia sido liberada na primeira fase do Programa (42,5 milhões), atingindo uma cifra de 208 milhões de cruzeiros. Desse total 32,0% (66.547 milhões) foram pagos aos cafeicultores capixabas. Já os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Paraná receberam, respectivamente, 10,3%, 17,1% e 25,8% do total do valor pago.

Tabela 1 – Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais.

Estados	Cafeeiros erradicados (1 000 pés)			Área liberada (ha)			Valor pago aos cafeicultores (Cr\$ 1 000 de Ago. 1966)		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
São Paulo	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897	17.729	21.420	39.149
Minas Gerais	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134	11.609	35.671	47.280
Paraná	125.712	124.185	249.957	161.062	146.000	304.062	7.429	52.538	59.967
Espírito Santo	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429	3.707	66.547	70.254
Outros	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726	2.198	31.980	34.178
Total	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.731	1.492.248	42.672	208.156	250.828

Fonte: IBC, Relatório do IBC-GERCA (1968), organizado por ROCHA; MORANDI (1991).

Tabela 2 – Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais.

Estados	Cafeeiros erradicados (%)			Área liberada (%)			Valor pago aos cafeicultores AGO/1966 (%)		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
São Paulo	33,8	8,4	21,7	37,2	9,1	24,5	41,6	10,3	15,6
Minas Gerais	31,9	20,3	26,4	29,5	16,6	23,7	27,2	17,1	18,9
Paraná	17,4	18,9	18,1	19,7	21,7	20,6	17,4	25,8	23,9
Espírito Santo	9,4	35,9	22,0	7,4	35,5	20,1	8,7	32,0	28,0
Outros	7,5	16,5	11,8	6,2	17,1	11,1	5,1	15,4	13,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBC, Relatório do IBC-GERCA (1968), organizado por ROCHA; MORANDI (1991).

A tabela 3 com as médias de produção exportável e exportação do café do Brasil e do Espírito Santo evidencia claramente a pequena participação do Espírito Santo na economia cafeeira do Brasil.

Tabela 3 – Evolução comparada da cafeicultura brasileira e capixaba (médias), 1951-1966.

Quinquênio	Produção exportável (1.000 sacas)			Exportação e cabotagem (1.000 sacas)			Preço FOB US\$/sc	
	Brasil	ES	ES (%)	Brasil	ES	ES (%)	Brasil	ES
51/56	16.569	1.859	11,2	15.032	1.257	8,4	69,86	55,07
56/61	26.989	2.331	8,6	16.283	1.476	9,1	51,60	39,68
61/66	28.690	1.776	6,2	18.174	1.328	7,3	44,53	38,06

Fonte: IBC, O programa de diversificação no Espírito Santo (1967).

Apesar de ser reconhecida a pequena contribuição do Espírito Santo para a crise de superprodução, a justificativa para a grande participação do estado na segunda fase do Programa de Erradicação dos cafezais era de que o Espírito Santo era o maior produtor de cafés considerados de baixa qualidade e produtividade, além de apresentar os menores preços obtidos na comercialização:

Cumprir considerar entretanto que, se em termos de volume, o Estado não contribuiu para a formação da atual conjuntura estatística do produto, sua posição em relação à cafeicultura nacional é nitidamente desfavorável em termos de qualidade, produtividade e preços obtidos na comercialização. [...] A posição de inferioridade em termos de qualidade, produtividade e carregamento de divisas, significa outrossim uma rentabilidade mais baixa para o cafeicultor capixaba. Por isso o cafeicultor (pelo menos o proprietário) adota atitude diferente dos setores que reivindicam a manutenção dos níveis de área e produção cafeeira do Estado, com base no argumento [...] da tendência cadente da produção capixaba. A validade futura desse argumento ficará portanto condicionada, de um lado, pela lucratividade que o cafeicultor venha a auferir e, de outro, pelos critérios que o IBC venha a adotar para o contingenciamento da safra onde, ao lado da participação histórica de cada Estado, as questões relativas a

produtividade, qualidade e preço devem ser consideradas (IBC, p. 1.1/2-3, 1967).

Após a erradicação dos cafezais, a política de desenvolvimento de Christiano Dias Lopes Filho esteve assentada num número expressivo de diagnósticos produzidos sobre a economia do Estado. Grande parte desses diagnósticos esteve a cargo da CODES⁵, que assumiu a dianteira na produção de conhecimento da realidade sócio-econômica e territorial do Espírito Santo nesse período. A CODES realizou e coordenou estudos publicados em diversos volumes intitulados *Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo*.

Um dos mais importantes desses estudos foi o *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo* produzido em 1968 pela ASPLAN, onde são analisadas as “conseqüências” da erradicação e apresentado um programa de “diversificação agrícola” para o estado. Este Plano foi desenvolvido a partir de um estudo realizado em 327 propriedades rurais do Espírito Santo.

Segundo os técnicos da ASPLAN pôde-se constatar através do estudo realizado nas propriedades agrícolas do Espírito Santo que boa parte delas se situava “num nível de exploração típico de uma economia de subsistência”. Nessas propriedades a produção não era “levada ao mercado”, ou seja, as “trocas” eram “realizadas junto a comerciantes locais, nos arraiais e centros de reunião”, e aconteciam “apenas esporadicamente”, em “quantidades mínimas” e “sem o uso da moeda” (ASPLAN, 1968, p. 7).

Nota-se que “mercado” aparece aqui como um lugar exterior, ou seja, não circunscrito ao espaço da produção, pois se desconsidera as trocas realizadas no mercado local dos arraiais e centros de reunião.

⁵Tanto o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo*, como o *Programa de Diversificação no Espírito Santo* produzido pelo Departamento de Assistência à Cafeicultura (DAC) do IBC, em 1966, apontavam a necessidade da criação dessa Companhia. Como resultado, em fevereiro de 1967 foi fundada a CODES, objetivando “[...] dotar o Estado de um instrumento capaz de planejar e coordenar a mobilização e aplicação de recursos locais, nacionais e externos, visando à aceleração de seu processo de desenvolvimento econômico” (BANDES, 1969, p. 2/1-2). Para operar no setor financeiro foi instituído a CODES-CRED, com atuação nos seguintes grupos de ação: 1) crédito direto ao consumidor com recursos captados pela colocação de letras de câmbio; 2) Compra e venda de ações; e 3) repasse de recursos de entidades financiadoras e fundos especiais de financiamento.

Os produtos eram trocados por “mercadorias essenciais, tais como sal, açúcar, querosene e tecidos”. Isso seguramente explica o fato das trocas acontecerem “esporadicamente” e em “quantidades mínimas”, pois na verdade revelava à necessidade e capacidade de consumo das famílias.

Assim, ao analisarem o “grau de comercialização das propriedades”, os técnicos da ASPLAN destacam que a amostra estudada pôde ser dividida em dois “níveis de exploração econômica”: as propriedades “ativas” (252 estabelecimentos), que correspondiam aos estabelecimentos que comercializavam a sua produção “regularmente”, e as propriedades de “subsistência”, que correspondiam às propriedades “limitadas à prática do escambo” (66 estabelecimentos).

Chegam à conclusão de que à medida que aumentava a área das propriedades, crescia o “grau de comercialização, ou seja, a capacidade de comercializar a produção” (ASPLAN, 1968, p. 9). Outra conclusão apontada pelos técnicos da ASPLAN é a de que “os percentuais de propriedade com nível de subsistência” correspondiam, na maioria dos casos, aos estabelecimentos que não cultivavam café nem exploravam a pecuária (ASPLAN, 1968, p. 11). Concluem, ainda, que a Região Serrana do Sul era a que apresentava “o mais alto grau de comercialização das propriedades rurais” e, por isso, era “coerente” que esta Região possuísse uma estrutura de organização da produção mais “sólida” e mais “bem equilibrada” do que as demais regiões do estado, “caracterizando-se por uma maior capacidade de resistência dos estabelecimentos produtores às injunções de mercado” (ASPLAN, 1968, p. 16).

As propriedades “ativas” eram subdivididas em: propriedades “mistas” (que exploravam conjuntamente a pecuária e a agricultura), propriedades “exclusivamente agrícolas” e propriedades “dedicadas unicamente à pecuária”. Destas, os técnicos da ASPLAN identificaram que do total das 252 propriedades “ativas”, 159 se dedicavam exclusivamente à agricultura (63% do total) e apenas 23 exploravam exclusivamente a pecuária (9% do total). Assim concluem que era “óbvio [...] a maior importância da agricultura como atividade das propriedades rurais no Estado” (ASPLAN, 1968, p. 13).

Levando em conta a produção, segundo o tamanho da propriedade, os técnicos da ASPLAN notaram que as propriedades dedicadas unicamente à agricultura eram sempre majoritárias nas propriedades de 100 a 500 ha, e sua participação no total de propriedades ativas era decrescente em função do tamanho dessas propriedades. Assim, nos estabelecimentos com menos de 10 ha elas eram a totalidade, na faixa de 20 a 50 ha, representavam cerca de três quartos do total e, entre as propriedades com mais de 500 ha sua participação era abaixo de 15%. Já as propriedades especializadas em pecuária inexistiam nas unidades menores de 20 ha e só tinha maior expressão nos níveis de áreas entre 50 e 100 ha e de mais de 500 ha. Neste último extrato de área, o percentual de propriedades com pecuária era maior do que o de propriedades que praticavam a agricultura.

Assim, a partir dessas análises os técnicos da ASPLAN concluem que as propriedades situadas nas faixas de área entre 100 e 500 ha tinham uma “importância estratégica” para qualquer programa de desenvolvimento a ser traçado para a agricultura capixaba. Chegam a essa conclusão, pois nessas propriedades a expansão da pecuária, além de “não competir com a agricultura, em termos de especialização de propriedade”, contribuía para o desenvolvimento do tipo de empresa “mais avançada”, que era a “propriedade mista”, pois nessas propriedades “a diversificação de explorações [respondia] por uma melhor alocação dos recursos produtivos” e por uma “maior viabilidade de mercado”.

Nota-se que “diversificação” está relacionada aqui a capacidade de colocar um número maior de produtos no “mercado”, no caso o café e a pecuária, já que “boa parte das lavouras brancas” existentes eram de “subsistência”, mesmo nas “propriedades cafeeiras”.

Assim, os autores concentraram suas análises nas propriedades “ativas”. Nessas propriedades o café era a principal cultura comercial do estado, encontrada em 57% das “propriedades ativas” pesquisadas. Em seguida aparecia a pecuária (de leite e de corte) encontrada em 37% das propriedades pesquisadas, o milho em 25,5%, o feijão em 23%, o arroz em 16%, a mandioca em 7%, a banana em 5%, a cana de açúcar em 4,4% e o cacau em 2,8%. Ainda eram encontrados laranja, tomate, cebola e amendoim.

Os técnicos da ASPLAN elegeram para análise a produtividade por hectare das culturas comerciais e, a partir dos resultados encontrados, calcularam o “coeficiente de rentabilidade”, através da relação destes indicadores com os custos diretos, ou seja, gastos com mão-de-obra e insumos. A partir dessa relação elaboraram uma classificação determinada pelo “coeficiente de ineficácia implícita”.

Explicam os autores que como era muito pequena a porcentagem de trabalhadores assalariados na agricultura capixaba e que a grande maioria do pessoal ocupado nas propriedades rurais era constituída de “familiares não remunerados e de trabalhadores-parceiros”, os quais recebiam “uma remuneração em espécie, geralmente na forma de porcentagens das colheitas”, não era possível chegar a um valor do trabalho. Sendo assim, optou-se pelo cálculo dos “dias-homens necessários por hectare”, considerando as “médias de exigências de serviços por ha necessários a sua exploração” (ASPLAN, 1968, p. 46). Para o cálculo deste índice os autores consideraram apenas os “dias efetivos de trabalho aplicados em cada cultura” não sendo considerados para efeito de custos “os dias ociosos da mão de obra durante o ano”. Mas, embora não tenham computado esses dias ociosos os autores tinham conhecimento de que “até mesmo aos assalariados, esses dias [eram] pagos” (ASPLAN, 1968, p. 47).

Para os técnicos da ASPLAN como grande parte das propriedades empregava mão-de-obra familiar ou com remuneração em espécie, isso era suficiente para concluir que um grande contingente populacional era “desprovido de receitas monetárias e sem um efetivo poder aquisitivo”. Assim, tal contingente produzia somente o necessário à sobrevivência e, por isso, estaria mais “condicionado a um esquema de economia natural, ostentando, por isso, padrões de vida muito baixos” (ASPLAN, 1968, p. 47).

Os custos com mão-de-obra calculados foram o referencial para as análises comparativas entre os produtos e as unidades produtivas, os quais foram capazes de revelar para os autores as “explorações que [operavam] em níveis deficitários”. As diferenças regionais foram consideradas “insignificantes”, e as médias utilizadas foram “válidas para todo o Estado” (ASPLAN, 1968, p. 48).

Ainda para o cálculo do “coeficiente de rentabilidade”, os autores levantaram dados sobre as despesas com sementes, mudas, calcário, fertilizantes, defensivos e materiais usados para preservação e embalagens dos produtos. Porém, não existia no Estado para esses produtos “qualquer comércio ou serviço organizado para o seu fornecimento regular e em escala aos agricultores”. Além disso, através dos levantamentos “constatou-se” que apenas 33% das propriedades apresentaram algum gasto com insumos (ASPLAN, 1968, p. 50).

Assim, os autores chegaram às “margens líquidas de renda e rentabilidades das culturas” a partir da “diferença entre o valor bruto de produção e os respectivos custos operacionais”. Mas os autores reconhecem que há uma diferença entre este cálculo e “sua expressão financeira real”, por causa do “emprego predominantemente da mão-de-obra familiar ou remunerada em espécie”. Por isso, “a constatação de margens negativas” revelava “um fato bem verdadeiro e de grande significado para a programação – que é a existência de explorações marginais, em face de um esquema de monetarização da economia agrícola” (ASPLAN, 1968, p. 55).

As “margens negativas” revelam o “grau relativo percentual de descapitalização que se processaria na economia interna da exploração, se a mão-de-obra fôsse remunerada”, o que poderia ser denominado de “coeficiente de ineficácia implícita”. Por isso, o método explicitado neste trabalho para a determinação das rentabilidades serviria como “instrumento eficiente” para identificar “explorações” que “responderiam negativamente a um programa de desenvolvimento que resultasse numa ampliação da mão de obra assalariada” (ASPLAN, 1968, p. 56).

Em relação às margens líquidas de renda por hectare das diferentes culturas e sua distribuição no estado, os autores observam que enquanto o tomate e a cebola apresentaram os maiores índices de eficiência, a mandioca, o arroz, o feijão, o milho, o cacau e, principalmente, o café apresentaram as mais baixas taxas de eficiência. Entre as regiões, o Norte foi o que apresentou as mais baixas taxas de eficiência, enquanto a Serrana do Centro foi a que apresentou a mais alta taxa de renda líquida no Estado.

Para os autores as baixas taxas e, sobretudo, as margens negativas encontradas na cultura do café

[...] confirmam e ilustram o nível de mera subsistência em que se mantém o grosso da população rural capixaba. Tratando-se da cultura (café) que emprega o maior número de pessoas no Estado, torna-se óbvio o impacto negativo desse fato na manutenção do baixo padrão de vida que caracteriza essa população rural. Sendo, ao mesmo tempo, a exploração de mercado menos arriscado, ela se torna um fator, não só responsável por todo esse atraso, como também, impeditivo de uma diversificação de cultivos em bases comerciais: permitindo e até garantindo a sobrevivência das pessoas envolvidas na sua exploração, às custas das culturas de subsistência (ASPLAN, 1968, p. 61).

Após estas constatações, os técnicos da ASPLAN apresentaram um “estudo de comercialização” com o objetivo de “avaliar os mecanismos e condições de colocação da produção agrícola do Estado, no presente, de modo a indicar oportunidades para uma nova produção, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, as relações entre a comercialização e o mercado” (ASPLAN, 1968, p. 107).

A pesquisa realizada abrangeu as seguintes cidades:

- Espírito Santo: Vitória, Vila Velha, Colatina, Linhares, São Mateus, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Cachoeiro do Itapemirim, Alegre, Guaçuí e Guarapari.
- Minas Gerais: Mantena, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Nanuque, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Belo Horizonte e Manhumirim;
- Rio de Janeiro: Itaperuna;
- Bahia: Salvador.

Os técnicos da ASPLAN concluíram que “a produção capixaba [estava] aquém das necessidades de mercado”. As perspectivas positivas dos técnicos da ASPLAN eram com a “diversificação” da agricultura capixaba após a erradicação dos cafés, com a qual, apoiada em estudos de clima, solo, comercialização e mercado, seria “possível dimensionar uma produção que além de gerar excedentes” viria a “satisfazer ao consumo interno”, mas desde que fosse “implementada sua adequada comercialização” (ASPLAN, 1968, p. 115).

Em relação ao mercado inter-estadual os técnicos da ASPLAN observam que “a participação da oferta capixaba era bastante restrita ou mesmo inexistente nesse

sistema global de comércio”, devido ao “baixo índice de produtividade agrícola, a precariedade do esquema comercial e as dificuldades de transportes no Estado (ASPLAN, 1968, p. 125). Além disso, ficava “evidenciada a inexistência de excedentes da produção estadual, pelo fato de se comercializar produtos vindos de outros Estados, não obstante existir produção local”. Sendo assim, “torna-se patente que a produção espírito-santense não atingiu o nível necessário para competir com aquela proveniente de outras regiões” (ASPLAN, 1968, p. 126).

No entanto, considerando “o panorama atual”, o Espírito Santo pode “obter um lugar preponderante como fornecedor dos principais centros comerciais dos Estados limítrofes, na medida em que alcance nível comercial para sua produção agrícola” (ASPLAN, 1968, p. 127).

Assim, ao realizarem um estudo sobre o mercado, este foi concentrado no “aspecto da demanda”, pois a preocupação dos técnicos da ASPLAN foi a de “identificar as culturas que teriam sua produção absorvida em quantidades compatíveis com a necessidades de emprego e renda decorrentes da erradicação”, buscando, assim, “contribuir para um desenvolvimento econômico estadual auto-sustentado” (ASPLAN, 1968, p. 167).

Concentrou-se “maior atenção” nos produtos de “consumo mais imediato”, pois a “escala estadual para a produção industrial” era “reduzida” no Estado. Ao ser “constatada a limitação do mercado estadual, procurou-se estabelecer um mercado potencial extra-estadual e sua estrutura” (ASPLAN, 1968, p. 169-170). E ao estabelecer indicações de mercado potencial extra-estadual, “levou-se em conta a falta de tradição do Estado como fornecedor para outras praças” (ASPLAN, 1968, p. 169-170). Isso porque ao se analisar os quadros das exportações e importações entre o Espírito Santo e os demais estados de produtos como o arroz, o milho, o feijão e a banana entre 1960 e 1965, constatou-se “níveis bastante baixos entre o que é produzido, o que é comercializado fora do Estado e o que é importado” (ASPLAN, 1968, p. 1970-71).

Assim, os mercados extra-estaduais foram analisados “com a finalidade de estabelecer indicações quanto à capacidade que têm de absorver produtos, caso o Espírito Santo venha a desenvolver produção de excedentes face ao consumo

estadual”. Por causa da inexistência de informações estatísticas em relação as quantidades consumidas procedeu-se a um exame das séries de preços nas áreas de influência estadual. A partir dessas análises verificaram-se os calendários dos mercados consumidores e os déficits, em quantidade, nos diversos estados para o arroz, o milho, o feijão, a batatinha, a farinha de mandioca, o alho e a cebola (ASPLAN, 1968, p. 179).

Como fica claro, neste trabalho os técnicos da ASPLAN procuram avaliar as possibilidades de um mercado regular para os produtos capixabas, o que demonstra como a visão mercadológica prevalecia no discurso desenvolvimentista da década de 1960.

Para a implantação do Plano de Diversificação Agrícola a proposta dos autores da ASPLAN era de que se partisse de uma estrutura organizada administrativamente voltada para o planejamento, e também de uma estrutura de coordenação do plano com atribuições definidas, a partir da “relação Governo e iniciativa privada” (ASPLAN, 1968, p. 319).

Segundo os técnicos da ASPLAN existiriam duas categorias principais de instrumentos necessários para a execução do plano: os “estudos básicos”, que estariam relacionados à pesquisa e experimentação, engenharia rural, fomento, extensão e garantia de escoamento que serão objetos de planos individuais; e os “auxiliares”, que dizem respeito ao relacionamento entre órgãos e esferas administrativas e entre o plano e seus beneficiários.

A partir desses instrumentos seriam delineados os seguintes programas e sub-programas: meteorologia e climatologia, levantamento e reconhecimento dos solos, informação de mercado, pesquisa e experimentação agropecuária, estradas vicinais, irrigação, a realocação de mão-de-obra, práticas, insumos e equipamentos, extensão rural e treinamento de pessoal, crédito e comercialização da produção.

Os estudos produzidos pela CODES e publicados nos volumes *Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo* tinham como propósito estimular uma mudança na economia do Espírito Santo. Pregavam, para isso, uma “diversificação agrícola”. No entanto, tal diversificação privilegiava, essencialmente,

o mercado. Tanto que as atividades selecionadas para estudo foram a silvicultura e a pecuária de corte (norte) e leiteira (sul). Com esse intuito foram produzidos os trabalhos *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* (1967) e *A Pecuária Bovina no Espírito Santo* (1967).

O trabalho *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* foi produzido pela firma Ecotec (Economia e Engenharia Industrial S.A.) com recursos do IBC/ GERCA e sob a orientação da CODES. Só para entendermos a trama de interesses que estavam por trás desse estudo, a Ecotec é a mesma empresa que fez o projeto de instalação da Aracruz Celulose no município de Aracruz. Ela pertencia a Antônio Dias Leite, ex-ministro das Minas e Energia.

Segundo os técnicos da Ecotec o objetivo do estudo *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* era “conhecer a situação florestal do Estado do Espírito Santo” (ECOTEC, 1967). Para tal, propunham responder os seguintes itens:

- Estágio atual da silvicultura no Espírito Santo.
- Condições topográficas e climáticas favoráveis à silvicultura.
- Áreas presentemente ocupadas com florestas.
- Potencial florestal suscetível de exploração imediata (ECOTEC, 1967, p. 11).

Os técnicos da Ecotec iniciam o estudo ressaltando a “intensa exploração madeireira” pela qual já havia passado o estado do Espírito Santo. Como resultado dessa exploração apenas 12,6% do território do estado estava coberto por florestas nativas em 1967 e, mesmo assim, “na quase totalidade já mais ou menos explotadas” (ECOTEC, 1967, p. 30).

As causas dessa situação são apontadas mais adiante:

Em virtude da franca aceitação de muitas das suas madeiras pelas indústrias de laminados, compensados, carpintaria, movelaria, dormentes e outras, bem assim da proximidade do pôrto de Vitória, da vizinhança do importante mercado consumidor que é o Rio de Janeiro, e por outros motivos, as florestas do Espírito Santo, desde muitos anos, têm sido objeto de intensa exploração (ECOTEC, 1967, p. 44).

Mas, “embora grave” essa situação, os autores do referido estudo preferem eleger como “o pior inimigo” para as florestas do Espírito Santo a “devastação total” feita por lavradores e criadores, os quais, segundo eles, estavam “sempre em busca de

terras novas para substituir as que se [iam] esgotando em curto prazo pelo mau uso da terra, ou para preparar novas pastagens” (ECOTEC, 1967, p. 44).

Mesmo apontando o diagnóstico acima, os pesquisadores da Ecotec assinalam que o Espírito Santo possuía “potencial florestal suscetível de exploração imediata” e ressaltam que haveria “sensíveis vantagens para o produtor de madeira em conjugar essa atividade com a industrialização e o reflorestamento”, diante dos incentivos do novo Código Florestal (ECOTEC, 1967, p. 51).

Em relação à área a ser explorada, o estudo indicava as Florestas de Tabuleiro, pois “apesar da intensa devastação de que foi objeto, pode ser classificada e deve ser tratada ainda como floresta de produção, já que suas reservas ascendem a cêrca de 75 milhões de m³”. Já a Floresta Atlântica “por seus limitados remanescentes florestais, não pode e não deve ser objeto de qualquer exploração industrial” (ECOTEC, 1967, p. 52).

Segundo o próprio estudo a Floresta de Tabuleiros no Espírito Santo “começa pouco acima de Vitória e, após avançar sôbre uma parte do território mineiro, se prolonga pelo sul da Bahia” (ECOTEC, 1967, p. 52). Se levamos em consideração essa localização há de se supor que havia outro determinante para a escolha da Floresta de Tabuleiro como “potencial florestal suscetível de exploração imediata” no Espírito Santo, principalmente considerando o fato de o produtor conjugar industrialização e “reflorestamento”. Podemos citar a presença de muitas comunidades tradicionais que não possuíam propriedade legal das terras o que facilitava a grilagem nessa região. Mas esse determinante, obviamente, não era mencionado no referido estudo.

Os técnicos da Ecotec recomendavam como “forma de retardar o processo de total exaustão” em que se encontravam as florestas capixabas impor aos métodos da exploração atual “um regime de aproveitamento racional das florestas remanescentes”. Para tal era preciso que:

- (1) - se racionalize a exploração das reservas remanescentes;
- (2) - se impeçam as derrubadas para a lavoura e a formação de pastos;
- (3) - se ponham em prática as medidas de estímulos ao reflorestamento, não só de recuperação de espécies nativas, mas de formação de florestas homogêneas nas áreas mais devastadas [...] (ECOTEC, 1967, p. 54).

Sendo assim, o Espírito Santo poderia “superar a crise” que, segundo os técnicos da Ecotec, se aproximava e “consolidar, de forma definitiva, sua posição de produtor permanente de madeira” (ECOTEC, 1967, p. 54).

É envolto a esse discurso, que a silvicultura passa a ser vista como uma possibilidade “viável” para as regiões de erradicação, pois para os técnicos da Ecotec “as chamadas ‘lavouras brancas’” eram realizadas “em condições bastante rudimentares”, que não melhoravam a situação do agricultor, os quais teriam “cada vez mais agravado o seu problema” (ECOTEC, 1967, p. 56). Assim:

Se com o café improdutivo e antieconômico era difícil sobreviver, agora sem êle e com outras culturas realizadas nas condições em que se vêm processando, com baixo índice de produtividade, dificuldades de comercialização e, ainda, ausência de amparo ao produtor, a sobrevivência será duvidosa.

Apenas os proprietários que possuem áreas maiores e que passaram ou estão passando para a pecuária terão, aparentemente, condições de realizar a transformação das suas atividades agrícolas com relativo sucesso, em relação à cafeicultura que vinham realizando (ECOTEC, 1967, p. 56).

Dessa forma, a silvicultura passava a ser vista como uma “fonte de renda no Estado, com absorção de grande parte da mão-de-obra disponível, notadamente nas regiões ao norte de Vitória, onde [existia] um grande número de serrarias e outras formas de beneficiamento de madeira” (ECOTEC, 1968, p. 58).

Os pesquisadores da Ecotec ainda apontam a Silvicultura como uma possibilidade de recuperar as terras das áreas dos cafezais que estavam “exauridas”, pois o café no Espírito Santo foi implantado de forma “empírica”, ou seja, “contra os atuais princípios que a técnica agrônômica [preconizava] aos cafeicultores iniciantes” e mantidos e explorados através de “práticas errôneas” (ECOTEC, 1967, p. 60-61). Dessa forma, os pesquisadores da Ecotec procuram passar a idéia de que a silvicultura não degrada o solo, mas ao contrário, pode recuperá-lo.

Sendo assim, concluem que a silvicultura podia “ser implantada em todo o território capixaba”, principalmente sabendo que havia no Estado “uma boa percentagem de terras cujo uso atual não [tinha] significado econômico-social e que, de acôrdo com as normas de aproveitamento racional, [eram] indicadas para reflorestamento”

(ECOTEC, 1967, p. 61). Ou seja, a introdução de monoculturas de árvores transformaria as terras improdutivas do estado em terras produtivas.

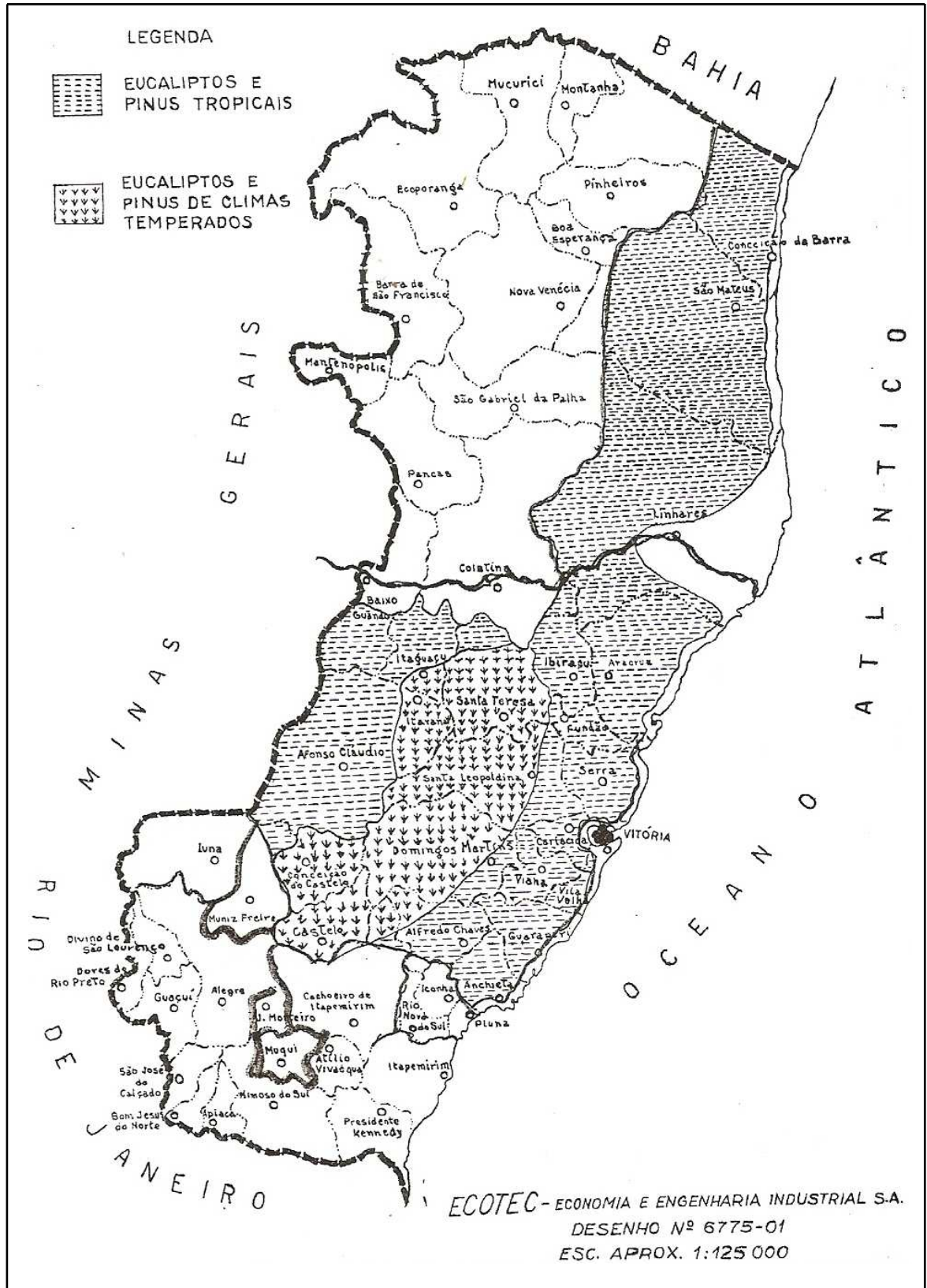
Tendo como referência os dados da CODES de que a superfície total liberada pela erradicação tinha sido de 195.000 hectares, mas que boa parte era constituída por pequenos agricultores, os quais iriam utilizar suas terras para a “produção agrícola”, os técnicos da Ecotec estimaram em 58.500 hectares a área “disponível ao reflorestamento”, ou seja, 30% da área liberada pela erradicação. Esta área estava assim distribuída pelo estado: Serrana sul, 29%; Itapemirim, 1,5%; Serrana centro, 8%; Vitória, 2%; Baixada Rio Doce, 18%; Norte, 6,5%; e Contestado, 35%.

Assim, considerando a silvicultura uma “atividade econômica, isto é, tratando-se de reflorestamento com o fito mais nobre de aplicação de madeira como, por exemplo, para celulose e pasta para papel ou outro aproveitamento de grande valor comercial” (ECOTEC, 1967, p. 63), o estudo da Ecotec indicou duas regiões como sendo as mais favoráveis ao reflorestamento em “escala econômica”: a Zona Serrana do Centro do Estado, abaixo do Rio Doce (compreendendo os municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Itarana, Afonso Claudio, Domingos Martins, Conceição do Castelo e Castelo) e a Zona Litorânea (compreendendo os municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Ibraçu, Fundão, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta) (Mapa 1). Segundo os pesquisadores da Ecotec essas áreas apresentavam ecologia favorável ao reflorestamento, estavam localizadas próximas aos centros consumidores e proporcionavam maiores facilidades em relação a estradas, energia elétrica, mão-de-obra e, no caso da Zona Litorânea, preço e tamanho das terras. Essas condições levavam a

[...] considerar aquelas regiões como prováveis áreas de implantação de empreendimentos florestais, dependendo porém de muito trabalho, esforços e incentivos de toda ordem, tanto dos Governos Federal e Estadual como da iniciativa particular, principalmente recursos de capitais privados de outros Estados e de outros países (ECOTEC, 1967, p. 65).

Nota-se que começa a aparecer no discurso desenvolvimentista a importância da intervenção estatal, aliada ao capital privado nacional e internacional.

Mapa 1 – Zona indicada para reflorestamento em escala econômica, segundo a Ecotec.



Fonte: ECOTEC, 1967

Em relação às espécies a serem plantadas no estado, o estudo indicava as do gênero *Eucalyptus* para as áreas até a cota de 600 metros e, acima disso, eram indicadas as coníferas, principalmente as do gênero *Pinus*, pois, segundo os pesquisadores da Ecotec, estas árvores exóticas estavam mostrando grande capacidade de adaptação em quase todas as regiões do País e, também, porque existiam no estado amostragens dessas plantas, cujo desenvolvimento assemelhava-se às plantadas em larga escala plantadas em outros estados brasileiros.

Em relação à assistência técnica, esta deveria ser “racional”, tanto para a silvicultura de aproveitamento doméstico, como para aquela de “finalidade mais nobre”, em escala comercial. E completam que “a solução dos problemas técnicos” só seria “conseguida eficientemente, quando assentada em base técnico-científica” (ECOTEC, 1967, p. 70). Assim, desde a produção das sementes e a formação dos viveiros até a formação das “florestas” se requer “conhecimentos técnico-científicos” (ECOTEC, 1967, p. 73).

O discurso do intervencionismo estatal aliado ao capital nacional e internacional é recorrente no documento. De acordo com os técnicos da Ecotec, diante dos “investimentos vultosos e a longo prazo” que a atividade florestal exige, “nem sempre as pessoas ou grupos conseguem realizá-la sem contar com recursos econômicos que provenham de organismos oficiais de crédito, nacionais ou internacionais”.

Nessas condições, para os técnicos da Ecotec os incentivos fiscais da Lei nº 5.106, que deduz 50% do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas que realizam atividade de “florestamento” ou “reflorestamento”, podem constituir um estímulo a essas atividades em casos onde não há uma “assistência financeira efetiva” (ECOTEC, 1967, p. 77). Mas, voltam a reforçar que, mesmo com a aplicação de parte do imposto de renda, “grupos econômicos de capitais nacionais e estrangeiros deverão ser motivados através de medidas de incentivos a serem proporcionados pelo poder público do Estado do Espírito Santo” (ECOTEC, 1967, p. 77-78).

Os técnicos da Ecotec indicam ainda uma escala ótima para os empreendimentos “florestais”, ou seja, “para apresentar resultados econômicos, o empreendimento

florestal necessita ser realizado em larga escala, permitindo uma perfeita organização, com administração especializada”, em que “poderá assegurar matéria prima suficiente para permitir instalações industriais capazes de beneficiar a madeira, em bases econômicas e competitivas” (ECOTEC, 1967, p. 80).

Para exemplificar que “os investimentos aplicados numa exploração florestal sempre alcançam escalas vultosas” (ECOTEC, 1967, p. 82) os técnicos da Ecotec citam vários empreendimentos existentes: Champion Celulose S. A. (8.500 hectares de plantações próprias mais 52.000 hectares de plantação de terceiros), Eucatex (2.500 hectares de plantações próprias mais 45.000 hectares de plantação de terceiros) e Duratex (2.000 hectares de plantações próprias).

Assim, no decorrer do estudo vários trechos deixam claro que a silvicultura seria uma atividade no território capixaba direcionada para os grandes capitais, como exemplifica o trecho abaixo:

A diversificação integral de uma agricultura por silvicultura só é possível para os grandes empreendimentos e cujo produto, a madeira, seja destinado a uma finalidade industrial. Neste caso, esses empreendimentos ficam restritos a grupos econômicos capazes de aglutinar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento desse tipo de projeto, como vem acontecendo com o de Aracruz, que se propõe a reflorestar extensas áreas reunindo os interessados na aplicação de parte dos seus impostos de renda.

Para o caso destes grandes investimentos, não há dificuldade que não possa ser vencida pelo alto grau tecnológico a que já se atingiu.

Para as pequenas propriedades, essa diversificação não é tão fácil, dado o estágio econômico em que se encontram, pois a silvicultura é uma atividade que imobiliza apreciáveis recursos durante um longo período para poder dar, ao fim, lucros razoáveis, o que não é permitido aos pequenos lavradores que, além da carência de recursos financeiros, precisam de toda a área para exploração agrícola de sobrevivência (ECOTEC, 1967, p. 89).

Após fazerem os cálculos de investimento e receita o estudo conclui que na venda da madeira sob a forma natural “a receita bruta anual seria insuficiente para assegurar a satisfação dos encargos financeiros, cobrir as despesas com manutenção da floresta e proporcionar uma remuneração ao silvicultor” (ECOTEC, 1967, p. 107). Mesmo o plantio intercalar “não ofereceria uma solução para o problema do pequeno silvicultor que se dedicasse à venda do produto natural” (ECOTEC, 1967, p. 108).

Já no caso de “integração da floresta com a indústria de processamento”, “modifica-se radicalmente” o quadro em que a madeira era vendida *in natura*, pois com a integração fica assegurada ao silvicultor “remuneração altamente satisfatória” (ECOTEC, 1967, p. 111).

Assim, considerando a necessidade de um “investimento vultoso” para implantar um projeto de “reflorestamento”, o estudo conclui que o empreendimento florestal só se revelaria “viável”, do ponto de vista econômico e financeiro, se fosse “integrado com uma indústria” que assegurasse, a seus participantes, os “benefícios decorrentes do processamento de matéria prima”, e fossem garantidas, aos interessados no mesmo, “condições de crédito” que levassem em consideração as “características particulares ao projeto” (ECOTEC, 1967, p. 113).

Nota-se que, num primeiro momento, a silvicultura aparece como uma alternativa “viável” ao produtor que teve seus cafezais erradicados. Mas, no entanto, essa atividade só é “viável” se for agregada a uma indústria. Fica clara aqui a intenção de integrar a agricultura familiar ao mercado, ou seja, trazer o camponês para um espaço sobre o controle do capital.

Após identificar na indústria a possibilidade “viável” para o empreendimento florestal no Espírito Santo, o estudo apresenta uma pesquisa de mercado. O objetivo era “investigar as tendências de mercados externo e interno de produtos florestais e, em função das mesmas, identificar as oportunidades de participação mais ativa do Estado do Espírito Santo nesses mercados” (ECOTEC, 1967, p. 115).

Segundo os pesquisadores da Ecotec os dados da FAO (Food and Agriculture Organization) indicavam, em 1967, que 4,1 bilhões de hectares de terras florestais do mundo já não possuíam matas, e as superfícies com floresta correspondiam a mais ou menos 3,8 bilhões de hectares, das quais 40% não era “susceptível de exploração imediata”, devido a “fatores de ordem física e/ou econômica”, ou seja, “difícil acesso, condições climáticas desfavoráveis, grande distância dos centros consumidores, sistema de comunicações deficientes”. Segundo os pesquisadores da Ecotec os dados da FAO revelavam também que “quase metade das florestas localizadas nas regiões menos desenvolvidas, em seu conjunto, [era] considerada improdutiva nas condições atuais, enquanto nas regiões mais industrializadas as

matas assim classificadas [representavam] apenas 20% das florestas existentes” (ECOTEC, 1967, p. 117). Observam também os pesquisadores que, na década de 1960, “os produtos que [envolviam] maior grau de elaboração industrial – compensados, laminados, chapas de partículas de fibras, papel e papelão – [vinham] elevando sua participação relativa no valor total da produção” (ECOTEC, 1967, p. 122). Os pesquisadores da Ecotec ressaltam, ainda, que de acordo com os dados da FAO o valor das exportações mundiais havia aumentado em 40%, fato que retratava “a forte expansão do comércio de produtos florestais” (ECOTEC, 1967, p. 129).

A partir desses dados, o referido estudo conclui:

Os países que promovem a exploração racional de seus recursos florestais e estimulam sua industrialização dentro de padrões de eficiência e controle de qualidade, encontram-se em posição extremamente favorável para atenderem às solicitações do mercado interno e tirarem partido das vantagens do comércio internacional.

A Europa e as Américas, pela potencialidade dos mercados e relativa proximidade geográfica, sobressaem como as regiões que oferecem maiores oportunidades de exportação ao Espírito Santo, tão logo sua indústria madeireira se diversifique e atinja escala de produção adequada a uma participação mais atuante no mercado externo (ECOTEC, 1967, p. 140-141).

Em relação ao mercado interno, o referido estudo aponta que excetuando-se madeira serrada, dormentes e laminados, a produção nacional dos demais produtos “evoluiu com grande dinamismo durante o período estudado”, merecendo destaque especial os compensados, as chapas de fibras, as pastas químicas e o papel de imprensa (ECOTEC, 1967, p. 150-151). Mas, os técnicos da Ecotec apontam um problema para atender esse “mercado em franca expansão”:

[...] as florestas da Costa do Atlântico e Região Sul, como resultado de uma exploração conduzida em bases imediatistas e, portanto, irracionais, encontram-se às margens da exaustão. O imenso potencial que caracteriza a Floresta Amazônica só poderá ser efetivamente utilizada quando a infraestrutura econômica da Região apresentar considerável desenvolvimento com relação à situação vigente (ECOTEC, 1967, p. 161).

Mas, logo em seguida apontam a solução:

É precisamente dentro desse contexto que se salienta a importância das florestas cultivadas, pois, em sua ausência, o país corre o risco de enfrentar, em futuro próximo, o paradoxo de possuir extensas reservas florestais e, ao mesmo tempo, não ter matéria prima para suprir as indústrias em um mercado em franca expansão (ECOTEC, 1967, p. 161).

Assim, vários argumentos vão aparecendo ao longo do texto para justificar a “importância das florestas cultivadas”.

Apresentando um “confronto entre oportunidades e possibilidades”, o estudo da Ecotec volta a apontar a Floresta do Tabuleiro como a “única fonte de suprimento de matérias primas à indústria madeireira local”, uma vez que a “floresta cultivada” da Companhia Vale do Rio Doce visava “atender as necessidades da empresa” e “os empreendimentos em execução em Aracruz” só começariam a produzir em 1975 (ECOTEC, 1967, p. 162-163).

No entanto, ressalta o estudo que tendo em vista que em 1975 “o volume acumulado das retiradas a serem efetuadas poderá encontrar-se em torno de 30 milhões de metros cúbicos” e que “nos dez anos seguintes, poderão ser extraídos 45 milhões de metros cúbicos”, o Espírito Santo “ver-se-á, em futuro próximo, na contingência de importar madeiras de outras unidades da Federação para atender o consumo local”, o que pode levar o Estado a perder “sua posição de fornecedor nos mercados nacional e internacional”. Mas, o obstáculo maior apontado pelo estudo da Ecotec são as “retiradas de madeira para combustível”, o que torna o problema “crítico”, principalmente porque nas próximas décadas o estado “deverá contar com grandes contingentes humanos no meio rural, dotados de baixo poder aquisitivo”, o que “deverá manter o consumo do produto em nível elevado” (ECOTEC, 1967, p. 170).

Dessa forma, “a crise só poderá ser evitada se, a par dessas medidas, o Estado iniciar um programa de reflorestamento de grande escala com espécies de crescimento rápido” (ECOTEC, 1967, p. 170-171).

O estudo ainda apresenta uma pesquisa sobre indústria da madeira no estado, no qual foram identificados os seguintes ramos principais: madeira serrada, dormentes, compensados e laminados, esquadrias, indústria de móveis. Mas os pesquisadores da Ecotec apuraram que a industrialização da madeira no Espírito Santo encontra-se, ainda, num “baixo estágio de desenvolvimento”, ou seja, “o padrão de industrialização, no Estado”, não correspondia “ao potencial e à valia da madeira da matéria prima existente, à oferta abundante de mão-de-obra a baixo custo, e as facilidades relativas de transporte e de exportação. (ECOTEC, 1967, p. 214).

Dessa forma:

Qualquer projeto de desenvolvimento da produção florestal só poderá alcançar a devida eficiência e rentabilidade se relacionado com um adequado desenvolvimento industrial. Este deve ser tão integrado quanto possível, para poder aproveitar o maior número de espécies de madeira de várias dimensões, bem como os respectivos resíduos, de modo a fornecer o máximo lucro e propiciar campo para o plantio de novos maciços planejados de acordo com as conveniências do futuro mercado consumidor (ECOTEC, 1967, p. 214).

Assim, os técnicos da Ecotec apontam algumas “recomendações” para uma política de “reflorestamento”, industrialização e comercialização da madeira no estado, reunidas em seis grupos:

Grupo A – Estudos e pesquisa/Educação e promoção. Segundo os técnicos da ASPLAN este constitui o “primeiro e mais fundamental de todos os Grupos de Recomendações”. Recomenda a “instauração, em caráter sistemático e permanente, de atividades de estudos, pesquisas e ensaios que [orientassem], em bases científicas e tecnológicas, os esforços destinados à recuperação florestal e à industrialização de seus produtos”, e a “criação, através de campanhas de educação e promoção, de uma mentalidade conservacionista e de reflorestamento em todas as classes sociais, especialmente nas dos meios rurais” (ECOTEC, 1967, p. 221).

Grupo B – Reservas e hortos florestais. Recomenda que o Estado deveria “efetuar uma seleção adequada de algumas reservas florestais e implantar uma rede de estações ou hortos em pontos estratégicos de seu território”. As reservas florestais serviriam de “testemunhos da flora regional e fontes supridoras de sementes e mudas para experimentação” e os hortos constituir-se-iam “nos centros de estudos e pesquisas florestais” e serviriam “como bases de porta-sementes” (ECOTEC, 1967, p. 225).

Grupo C – Racionalização da exploração das reservas atuais. Recomenda “obedecer a métodos racionais e técnicas modernas de trabalho” e “articular-se com a execução concomitante e sistemática de projetos adequados de reflorestamento”, objetivando “que a exploração florestal possa adquirir a categoria de uma indústria extrativa, mas técnica e economicamente organizada” (ECOTEC, 1967, p. 227).

Grupo D – Desenvolvimento da silvicultura. Sugere promover e intensificar o desenvolvimento da silvicultura “em uma escala que exige uma mobilização de recursos financeiros não só de vulto apreciável, mas em termos que assegurassem ao investimento em floresta aplicação sistemática e não descontinuada por prazo longo”, tendo em vista no estado o “risco inclusive de total exaustão de suas matas” (ECOTEC, 1967, p. 231).

Grupo E – Órgãos normativos e executivos da política florestal. Sugere a criação de órgão com o propósito de “empreender estudos e pesquisas, traçar diretrizes sobre a utilização e enriquecimento do patrimônio florestal e fiscalizar seu integral cumprimento”. Assim, recomenda-se a criação dos seguintes órgãos: Serviço Florestal, Conselho Florestal Estadual, Conselhos Florestais Municipais e criação de uma Divisão de Polícia Florestal para executar tarefas de fiscalização, repreensão e educação.

Grupo F – Industrialização e comercialização. Aponta medidas a serem tomadas pelo Governo Estadual, buscando garantir à indústria “suporte financeiro” e “assistência técnica” adequados (ECOTEC, 1967, p. 236).

Nota-se que o discurso da racionalidade aparece aqui para reforçar a inserção da ideologia desenvolvimentista no território capixaba. A exploração florestal podia até “adquirir a categoria de uma indústria extrativa, mas técnica e economicamente organizada” (ECOTEC, 1967, p. 227). O trabalhador “atrasado”, “arraigado” e “pobre” aos poucos ia ceder lugar à indústria com “bases tecnológicas atualizadas, equipamento moderno e escala adequada” (ECOTEC, 1967, p. 236).

O trabalho *A Pecuária Bovina no Espírito Santo* foi produzido em 1969 pelo SPL (Serviços de Planejamento – Engenheiros e Economistas Associados) e foi baseado em um estudo realizado em mais de 600 estabelecimentos, divididos em três zonas:

Zona I – Bacia Leiteira do Sul (437 unidades estudadas);

Zona II – Bacia Leiteira de Vitória e Municípios da área central do estado (20 unidades estudadas);

Zona III - Área ao Norte do Rio Doce e alguns municípios localizados abaixo dele (165 unidades estudadas).

Ao iniciarem o estudo, os pesquisadores do SPL ressaltam que a pecuária no Espírito Santo havia registrado “expansão significativa” entre 1940 e 1966, pois enquanto o rebanho bovino brasileiro havia apresentado expansão anual de 1,7% nesse período, o do Espírito Santo registrou taxa de 3,4%. Fazem questão de registrar que esta expansão “teve lugar preservando-se as características – consolidadas historicamente – da estrutura da propriedade, isto é, sem afetar o predomínio das unidades pequenas e médias”, e que, por isso, essa expansão se devia “ao aumento numérico dos efetivos e/ou dos produtores e não a conquista de novos níveis de tecnificação das economias”. Dessa forma, ainda predominava no Espírito Santo “níveis rudimentares e baixos de produtividade” (SPL, 1969, p. 10).

Segundo os técnicos do SPL a criação de bovinos no Espírito Santo se desenvolveu nas propriedades, tanto nas pequenas, médias e grandes como “atividade complementar”. Tal característica se “consolidou historicamente” devido a vários fatores: “existência de mercado consumidor inexpressivo”, “ausência de vínculos estreitos com os grandes centros consumidores”, “colonização de boa parte do território apoiada em economia do tipo familiar” e “topografia bem diversa daquela em que se consolidou, em outras áreas, a pecuária extensiva”. A consequência foi a “incapacidade de gerar excedentes exportáveis de certa expressão”. Assim, a tarefa da pecuária no Espírito Santo “praticamente limitava-se e esgotava-se no autoconsumo e no abastecimento de pequenos centros urbanos”. Apenas no pós-guerra “a pecuária bovina espírito-santense passa a revestir-se de uma característica que não apresentava no passado, isto é, a capacidade de gerar excedentes exportáveis”. Mas, ressaltam os técnicos do SPL, “o aludido processo tem lugar preservando-se a estrutura da propriedade consolidada historicamente” (SPL, 1969, p. 13).

Verificam os autores que entre 1940 e 1960 “o Espírito Santo [experimentou] um surto pecuarista de certa magnitude”, passando de 287.557 cabeças, em 1940, para 648.142, em 1960 (SPL, 1969, p. 15-16). Registram que esse incremento foi maior no Baixo Rio Doce e no Norte do Estado. Observam também que o número dos

estabelecimentos predominantemente pecuários passou de 845, em 1940, para 3.164, em 1960, sendo que 60% do rebanho bovino “encontravam-se nas mãos dos estabelecimentos que tinham menos de 100 cabeças”. Mas ressaltam que tal “peculiaridade” se fazia “acompanhar da simultânea expansão das fazendas que [tinham] a pecuária como atividade predominante” (SPL, 1969, p. 16-17). Para a década de 1960, os técnicos do SPL partiram de estimativas que apontavam que o rebanho bovino do Espírito Santo tinha chegado a cerca de 800 mil animais, em 1966.

Segundo os técnicos do SPL, pelo fato da pecuária bovina do Espírito Santo ter sido “estruturada como atividade complementar”, prolongou-se no estado “um tipo de criatório [...] que poderia ser denominado de rotineiro, correspondendo aproximadamente ao que se denomina de tradicional nas velhas zonas pecuaristas do país”, que se caracteriza pela “ausência de especialização”, ou seja, “o processo de formação da renda originária da pecuária repousa tanto na venda de bezerros desmamados e de garrotes como na do leite e de vacas para corte” (SPL, 1969, p. 26). O criatório “rotineiro” é predominante na Zona II, principalmente nos municípios de Luna, Muniz Freire, Afonso Claudio, Domingos Martins e Santa Leopoldina.

Os pesquisadores do SPL partem da idéia de que “para efeito da definição de uma política econômica com vistas à dinamização da pecuária no Estado” deve-se levar em consideração que “os criatórios rotineiros não dispõem de maiores condições para servir de base a qualquer projeto específico”. Dessa forma, “o caminho da sua incorporação ao movimento que se tem em vista desencadear só pode ter lugar a partir de uma opção por qualquer das linhas a serem fomentadas preferentemente (leite e pecuária de corte em economias especializadas)” (SPL, 1969, p. 26).

Sendo assim, somente a Zona III, onde o surto pecuarista era um “fenômeno de certo modo recente”, apresentava “condições para constituir autêntico bolsão pecuário”, pois os criatórios registravam “continuidade espacial” e revelavam-se “aptos a gerar contingentes exportáveis de certa magnitude” (SPL, 1969, p. 27). Mais uma vez o recorte espacial se volta para o Norte do estado.

Após apresentarem as “características gerais” da pecuária capixaba, os técnicos do SPL apresentam um estudo sobre a pecuária leiteira e sobre a pecuária de corte no

Espírito Santo e, em seguida, recomendam quatro projetos como eixo para a ação governamental no estado.

No estudo sobre a pecuária de leite os técnicos do SPL concluem que os “pequenos produtores” tinham “lugar em todas as regiões do Estado”, cuja “característica mais marcante” era os “baixos níveis de tecnificação” (SPL, 1969, p. 41).

O critério utilizado para distinguir os produtores entre pequenos, médios e grandes foi a produção diária de leite, sendo os “pequenos” aqueles que forneciam até 80 litros/dia, subdivididos em classes 1 (até 30 litros), 2 (entre 30 e 50 litros) e 3 (entre 50 e 80 litros), os “médios” de 81 a 250 litros/dia, subdivididos em classes 1 (entre 80 e 150 litros) e 2 (entre 150 e 250 litros), e os “grandes” aqueles que forneciam acima de 250 litros.

Em relação aos níveis de “produtividade” e “tecnificação”, os proprietários foram agrupados do seguinte modo:

Níveis	Tipos
Rudimentares	A
Baixos	B
Médios	C
Altos	D

Fonte: SPL, 1969.

Segundo os técnicos do SPL o grupo mais expressivo de produtores de leite no estado era, nos anos de 1960, representado por produtores que ainda não exerciam a pecuária leiteira como “atividade predominante e/ou exclusiva” e, “por isto mesmo, os seus plantéis apresentam níveis de produtividade deveras rudimentares”, ou seja, médias diárias de 2,5 litros de leite por vaca, taxa de fertilidade inferior a 40% e período médio de lactação de 7 meses, conforme explicitado no quadro a seguir:

Níveis de produtividade	Taxa de fertilidade (%)	Período médio de lactação (meses)	Médias de produção por vaca	
			Diárias	Anuais
Rudimentares	38,9	7	2,5	528
Rudimentares e baixos	44,0	8	3,8	905
Baixos	50,0	8	4,0	983
Médios	60,0	8	5,3	1.288
Médios e baixos	60,0	8	4,0	983

Fonte: SPL, 1964.

Combinando produtividade e quantidade de litros de leite/dia, tinha-se o seguinte quadro em 1966 no Espírito Santo:

Classes (litros/dia)	Tipos	Número de fornecedores			Total	
		Sul	Vitória	Norte	Quantidade	%
1. Até 30	A	1.145	150	727	2.022	56,8
2. 30/50	A-B	516	46	288	850	23,9
3. 50/80	B	224	20	-	244	6,9
4. 80/150	B	218	11	-	229	6,4
5. 150/250	C	142	13	-	155	4,3
6. Acima de 250	B-C	59	3	-	62	1,7
Total	-	2.304	243	1.015	3.562	100,0

Fonte: SPL, 1964.

Nota-se que a partir dos níveis de produtividade considerados pelos técnicos do SPL 87,6% dos produtores capixabas eram “pequenos produtores” e apresentavam níveis “rudimentares” e “rudimentares e baixos”. Por outro lado, esses produtores eram responsáveis nessa época por 65,5% da produção leiteira do estado comercializada por cooperativas. Mas, paradoxalmente, esses dados traziam “sérias implicações para o conjunto da economia pecuária” e definiam “o grande esforço a ser empreendido em prol de sua modernização” (SPL, 1969, p. 44).

Em relação ao estudo da pecuária de corte a pesquisa realizada concentrou-se na Zona III, pois, segundo os técnicos do SPL, a região havia se estruturado como uma “região polarizadora” da pecuária de corte no Espírito Santo.

Ao analisarem as condições de produção da pecuária de corte na Zona III, os técnicos do SPL concluem que o meio criatório das propriedades podia ser “considerado inóspito para a exploração de raças de corte especializadas”. Essas características se deviam a “fatôres de clima (temperatura, umidade do ar, radiação solar, pluviosidade), condições topográficas e fertilidade do solo”, os quais determinavam “a existência de uma cobertura vegetal constituída quase que exclusivamente de gramíneas, com baixa capacidade de fornecer forragem durante todo o ano”. Além disso, as instalações eram “rústicas”, pois se resumiam “num simples curral de madeira com uma parte coberta”. Em relação ao regime de criação o produtor não realizava “qualquer contrôlo zootécnico, sendo a criação baseada em conceitos empíricos e feita de maneira rudimentar”, ou seja, ausente de “técnicas racionais de produção” (SPL, 1964, p. 109). Por isso, esses produtores eram “menos organizados” (SPL, 1964, p. 112). Já os produtores “melhor organizados” possuíam “áreas cobertas cimentadas, curral bem construído e conservado e até estábulos”. Mas estes eram a minoria (SPL, 1964, p. 119).

Levando em consideração as análises comentadas acima sobre a pecuária de leite e de corte no Espírito Santo, os técnicos do SPL apresentaram sugestões para um programa de “modernização e dinamização” da pecuária bovina no estado. Partem da possibilidade de mobilizar financiamentos extra-estaduais. Tais recursos seriam provenientes do GERCA e do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE), constituído com financiamento do Banco Internacional de

Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), além de recursos do apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) às campanhas de controle da febre aftosa. A partir da possibilidade de levantar recursos junto a essas fontes foram apresentados quatro projetos:

Projeto I – Pecuária de leite. O pedido de financiamento seria encaminhado ao BIRD e, também, ao Banco do Brasil, através do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro (PLAMAM). Os objetivos deste projeto eram: a) consolidar as economias que já operavam com “níveis de produtividade médios e altos”, através da adequação de estábulos e outras instalações, compra de animais selecionados e aprimoramento da alimentação do rebanho; b) incorporar aos níveis de produtividade médio e alto mais 90 produtores, através do arraçamento durante os meses de seca, da adequação das instalações e da aquisição de animais de “boa aptidão leiteira”; e c) constituição de uma companhia para oferecer serviços de inseminação artificial.

Projeto II – Pecuária de corte. Este projeto participaria do programa do FUNDEPE e receberia apoio do Banco do Brasil. O objetivo do projeto era o aumento da produtividade, buscando voltar-se ao mercado internacional.

Projeto III – Campanha contra aftosa. Contaria com o apoio financeiro do BID. O objetivo era proporcionar aumento substancial na receita dos produtores, tanto de leite como de gado de corte, a partir do controle da febre aftosa.

Projeto IV – Laticínios e preparação de carne. Contaria com recursos do GERCA. Os objetos desse projeto eram a criação de uma empresa para incrementar a distribuição do leite e de laticínios na Guanabara e a ampliação do setor de preparação de carne bovina.

Nota-se que os projetos acima estão voltados para o aumento da produtividade, com vistas ao mercado nacional e internacional. Mais uma vez o discurso mercadológico aparece nos estudos da década de 1960.

Além da elaboração dos estudos comentados anteriormente, a CODES teve papel importante nesse período através de assessoria ao Governo Estadual. Destaca-se a

participação da Companhia na elaboração ou na análise de documentos básicos apresentados pelo Governo Estadual para promover um esquema de incentivos fiscais para o Estado, tal como o Decreto Lei 880, discutido mais adiante. A CODES elaborou também para o Governo Estadual exposições dirigidas ao Governo Federal e ao IBC/GERCA, objetivando a captação de recursos da esfera Federal para o Estado, além de pareceres sobre assuntos ligados a questões sobre a economia regional. Ainda vale registrar a participação da CODES em órgão colegiados, tais como a Secretaria do Governo, o Conselho Estadual de Mecanização Agrícola (CEMAG) e o Conselho Estadual de Política Agropecuária (CEPA). Registra-se, ainda, a participação de membros da CODES em órgão técnicos, tais como no Conselho de Coordenação do Planejamento Industrial do Espírito Santo (COPLAN-ES) e no Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEP) (BANDES, 1969).

A CODES também teve importante participação no setor privado, elaborando projetos para a implantação e ampliação de empreendimentos industriais, visando principalmente a efetivação das operações de financiamento realizadas em suas diversas linhas de crédito. No triênio 1967/69 foram produzidos 64 projetos industriais para o setor privado (BANDES, 1969).

Ainda dentro das realizações da CODES como forma de acelerar o processo de industrialização do Estado encontra-se os estudos voltados à identificação de novas possibilidades de investimentos, com destaque para aquelas que viriam a utilizar matérias primas de origem estadual. As possibilidades levantadas pela CODES no período 67/69 foram: café solúvel, azulejos, sericícola, suco de frutas, massas, compotas de frutas, aglutinantes de pellets e cerveja. A maioria desses empreendimentos teria localização na região da Grande Vitória (BANDES, 1969).

2.1.1 O aparelhamento institucional

Além dos estudos e diagnósticos produzidos sobre a realidade sócio-territorial do Espírito Santo comentados anteriormente, o governo de Christiano Dias Lopes Filho empenhou-se em “[...] dotar o Estado de uma estrutura institucional que fôsse capaz

de fazer frente aos grandes desafios que a problemática da economia capixaba apresentava” (BANDES, 1969, p. 1/7).

No centro do debate estavam o “desenvolvimento” do Espírito Santo em relação ao restante do país e a “crise” da economia cafeeira, apreendidos da seguinte forma:

O **insuficiente desempenho da economia** do Espírito Santo em relação ao resto do País, principalmente a partir dos anos cinquentas, e a **grave crise** irrompida nos anos mais recentes estavam a exigir por parte das autoridades locais uma ação decisiva no sentido de **buscar novos rumos** para a economia capixaba. É interessante referir-se à singular situação do Estado no contexto do desenvolvimento nacional. Localizado no Centro Sul, região que apresenta os maiores níveis de desenvolvimento do País, o Espírito Santo constituía entretanto uma área crítica, cujos problemas econômicos e sociais tendiam a se agravar no decorrer do tempo. Por outro lado, talvez pela sua inexpressiva força política dentre as demais unidades da união, o Estado não lograra (até período recente) obter por parte do Governo Federal a institucionalização de medidas especiais que pudessem corrigir a defasagem de crescimento que se verificava entre a evolução de sua economia e a do País como um todo (BANDES, 1969, p. 1/7, grifo nosso).

Como resultado, além da criação da CODES, comentada anteriormente, Christiano Dias Lopes Filho realizou uma Reforma Administrativa. Com essa Reforma criou novas Secretarias e reformulou as antigas, definindo melhor suas competências, e instituiu vários órgãos descentralizadores, todos eles voltados para promover o desenvolvimento do Estado, via industrialização.

Além da criação de novas Secretarias e Órgãos a Reforma estabeleceu como ponto de apoio para o seu funcionamento um Sistema de Assessoramento formado pelo “tripé”: Departamento de Administração Geral (DAG), Consultoria Geral do Estado e Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC).

O DAG substituiu o Departamento de Serviço Público e constituiu-se em um órgão de assessoramento superior, na execução de atividades da Administração Geral. A esse órgão coube a orientação da política de assistência aos servidores e a coordenação, orientação e controle das atividades de igual natureza, exercidas no âmbito setorial das Secretarias pelas Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes, órgãos setoriais do DAG.

A Consultoria Geral do Estado tinha como finalidade eliminar as disparidades de entendimentos jurídico-administrativos, decorrentes da não existência de um órgão responsável pela assessoria permanente aos problemas jurídicos da administração.

O CODEC, que havia sido criado no governo Carlos Lindenberg em 1961, sofreu uma reorganização na sua estrutura funcional e nas suas atribuições e passou a atuar como órgão responsável pela elaboração de todos os investimentos públicos estaduais⁶, principalmente os direcionados aos projetos de infra-estrutura básica, considerados fundamentais nesse período para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado, como os de implantação de rodovias e de sistemas de eletrificação.

As principais tarefas executadas pelo CODEC durante o Governo Cristiano Dias Lopes Filho foram:

- Projeto de financiamento para o Plano de Obras Rodoviárias (DELTEC) no valor de CR\$ 61.550.000,00;
- Projeto de financiamento para as Rodovias de Acesso à BR-262 e BR-101 (Projeto Espinha de Peixe) no valor de CR\$ 40.900.000,00;
- Projeto de financiamento para linhas de transmissão e subestação do Norte do Estado no valor de CR\$ 7.273.317,20;
- Programas de Eletrificação, Rodoviário e Água, obtendo empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000;
- Projeto para empréstimo destinado à aquisição de máquinas da Itália e destinadas ao DER, DERMAG, DEO e APV;
- Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira para os Serviços de abastecimento d'água em municípios do Norte do Estado;
- Propostas Orçamentárias para os anos de 1968, 1969, 1970 e 1971;
- Plano Trienal de Desenvolvimento do Estado e Orçamento Plurianual de Investimentos 1968-1970 e sua expansão para 71;
- Proposta de criação de Núcleo Industrial em Vitória;

⁶ Com a Reforma Administrativa o CODEC passou a ser o órgão responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária do Governo do Estado em todos os órgãos que compõem o Poder Executivo, bem como pela elaboração de seus planos e programas de investimentos. Também passou a se responsabilizar pela elaboração de projetos setoriais.

- Análise sobre a criação de Bônus de Desenvolvimento do Espírito Santo e incentivos fiscais para importação de mercadorias através do Pôrto de Vitória;
- Projeto de Lei para a criação de Bônus de Desenvolvimento;
- Estudo sobre Prêmio de Produtividade evidenciado: sistema de cálculo e retificação de decreto regulamentador;
- Pesquisa Industrial da Grande Vitória;
- Levantamento Sócio-econômico da região da SUDESITA (Superintendência de Desenvolvimento do Vale do Itabapoana);
- Criação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP);
- Elaboração de projeto do Fundo de Divulgação das Oportunidades Espírito-santenses;
- Reestruturação do Fundo de Engenharia Rural (FERU);
- Planos de Aplicação e montagem dos projetos destinados ao Fundo de Participação dos Estados;
- Planos de Aplicação e montagem dos projetos destinados ao Fundo Especial;
- Estudo e estabelecimento de critérios de distribuição de dividendos da Fábrica de Tecidos da Cachoeiro de Itapemirim.

Também nesse período tem-se o fortalecimento do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (atual BANESTES), o qual tem seu capital aumentado de NCr\$ 600.000,00 para NCr\$ 10.000.000,00, permitindo a essa instituição um acréscimo significativo em sua capacidade de mobilização e aplicação de recursos em várias atividades (BANDES, 1969).

Buscando solucionar o problema da energia elétrica no Estado, tem-se a criação da nova ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S/A), resultante da fusão da antiga ESCELSA com a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE). Com essa fusão, a nova ESCELSA passou para o controle da Eletrobrás.

Ainda dentro do debate político em torno da necessidade de industrialização do Espírito Santo, a FINDES defendia a necessidade de atrair as médias e pequenas indústrias para o Estado e que, para tanto, seria preciso construir um Distrito Industrial no Espírito Santo. É nesse contexto que surge a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN).

A SUPPIN foi criada em 10 de fevereiro de 1971 e originou-se do conselho da Coordenação de Planejamento Industrial do Espírito Santo (COPLAN – ES), órgão criado em 09 de abril de 1969. A COPLAN foi criada pelo governador Christiano Dias Lopes Filho a pedido de Jones dos Santos Neves Filho, presidente da FINDES na época. Jones havia pedido a criação de uma comissão que pudesse estudar a viabilidade da implantação de uma área industrial no Espírito Santo, com o intuito de atrair indústrias para o estado. Quando Arthur Carlos Gerhardt Santos assumiu o governo estadual ele homologou a SUPPIN, a qual substituiu legalmente a COPLAN – ES (OLIVEIRA, 2006).

Faziam parte da COPLAN – ES Arthur Carlos Gerhardt Santos (representante do governo pela CODES), Marcus Viana (representante da CVRD) e Jones dos Santos Neves Filho (representante da FINDES). Estes formaram o primeiro Conselho Deliberativo da SUPPIN. Os membros do Conselho Deliberativo podiam indicar representantes para o corpo técnico da Superintendência, que constituía a coordenação geral. Essa coordenação foi formada por Manfred Walter Düenk (BANDES), Gilson Gabriel (FINDES) e Duarte Fonseca de Aquino (CVRD). As despesas financeiras utilizadas para gerir e manter a COPLAN – ES procediam do Governo Estadual (45%, através da CODES), da CVRD (45%) e da FINDES (10%) (OLIVEIRA, 2006).

Após algumas divergências entre a CVRD e o Governo Estadual⁷, a COPLAN iniciou os estudos a fim de viabilizar a implantação de uma área industrial no Espírito Santo, denominada Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT)⁸, voltada para receber médias, pequenas e micro empresas. O local escolhido para a implantação do Centro Industrial foi Carapina, no município de Serra, região de influência do Complexo de Tubarão (OLIVEIRA, 2006).

⁷ A CVRD começou a demonstrar certa resistência à implantação do CIVIT e dizia que tinha planos de implantar na região escolhida para a localização do Centro Industrial uma usina siderúrgica em parceria com a empresa alemã Von Thyssen.

⁸ A criação do CIVIT teve como referência o Centro Industrial de Aratu, na Bahia. Este Centro estava em fase de implantação na época e era coordenado pela COPLAN – BA.

2.1.2 Os incentivos fiscais

A luta por uma política específica de desenvolvimento para o Espírito Santo apoiou-se também na formulação de mecanismos de incentivos fiscais, visando impulsionar o desenvolvimento industrial no Estado.

É nesse contexto que é instituído o Decreto-Lei 880, de 18 de setembro de 1969. A DL 880 conferia ao contribuinte do imposto de renda, pessoa física ou jurídica, domiciliado no Espírito Santo, o direito de aplicar as deduções dos impostos relativos à pesca (Decreto Lei 221), ao turismo (Decreto Lei 55) e a compra de ações (Decreto Lei 157) em outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados em território capixaba (BANDES, 1969).

A DL 880 representava o resultado de uma velha reivindicação capixaba ao Governo Federal de que fosse institucionalizado um esquema de incentivos fiscais no Espírito Santo semelhante aos que vigoravam nas regiões Norte e Nordeste, áreas consideradas de baixo nível de desenvolvimento. O governo estadual vinha desempenhando uma intensa campanha, procurando sensibilizar as autoridades federais em relação à situação em que se encontrava a economia regional. Dessa forma, ao identificar o Espírito Santo como “atrasado”, o discurso desenvolvimentista da década de 1960 justificava a necessidade da adoção de medidas especiais capazes de retirar o estado dessa condição. Essa estratégia visava a inserção do Espírito Santo na área de atuação da SUDENE, objetivando receber os incentivos fiscais do Governo Federal que o Espírito Santo não recebia por estar administrativamente situado na região Sudeste.

O Decreto Lei 880 também criou o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), instituiu o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) e transformou a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES) em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES).

Os recursos do FUNRES seriam destinados, prioritariamente, a projetos industriais, agropecuários, de pesca, turismo, reflorestamento e, também, de infra-estrutura.

O GERES foi criado para administrar as aplicações dos incentivos fiscais e dos recursos do FUNRES. Suas atribuições foram definidas pelo Decreto Lei nº 65 185, de 18 de setembro de 1969. Faziam parte do GERES representantes do Ministério do Planejamento (Coordenador), do Ministério da Fazenda, do Ministério do Interior, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e dois representantes do Governo do Estado do Espírito Santo.

A criação do BANDES, além de atender à Resolução nº 93 do Banco Central, de 26 de agosto de 1968, a qual recomendava a transformação das Companhias de Desenvolvimento em bancos especializados, representava uma resposta à “[...] necessidade de se criar no Espírito Santo uma instituição financeira especializada voltada para os problemas do desenvolvimento capixaba [...]” (BANDES, 1969).

Ainda dentro das políticas de incentivos fiscais, o Governo Estadual – através das Leis Estaduais nº 2 469, de 28 de novembro de 1969, e nº 2 480, de 23 de dezembro de 1969 – estabeleceu incentivos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). A Lei nº 2 469 facultava às pessoas jurídicas domiciliadas ou estabelecidas no Estado deduzir até 5% do valor líquido do ICM a recolher para aplicação em projetos industriais, agro-pecuários, de pesca, de turismo e de comércio e serviços. A Lei nº 2 480 possibilitava a isenção de até 80% do ICM devido para amortizar, em até 12 anos, os investimentos industriais de valor superior a 5.000 salários mínimos regionais.

Outro importante instrumento criado no sentido de impulsionar o setor industrial do estado foi o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP). O FUNDAP objetivava, através do financiamento de até 10% do valor das operações de importação e exportação pelo Porto de Vitória, aumentar o volume de carga movimentada pelo Porto de modo a tornar mínima sua ociosidade operacional.

Como podemos observar, a política desenvolvimentista implantada no Espírito Santo a partir do final da década de 1950 apoiou-se na criação de vários órgãos de desenvolvimento (CODEC, COPLAN e SUPPIN) e de instrumentos de incentivos fiscais e financeiros (DL 880, GERES, FUNRES, FUNDAP, CODES/BANDES e

Bonificação do ICM), objetivando estimular o setor industrial do estado. O quadro a seguir resume o que foi descrito aqui.

Quadro 01 – Instrumentos formulados para o desenvolvimento capixaba entre 1958 e 1971.

(continua)

INSTRUMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	OBJETIVOS OU FUNÇÕES
FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo	1958	Equacionar os problemas regionais e promover o desenvolvimento industrial do Estado.
Conselho Técnico da FINDES	1959	Criação de estudos e diagnósticos sobre a situação econômica e social do Espírito Santo.
Grupo de Trabalho	1960	Estudar e sugerir ao Governo medidas que pudesse incentivar atividades econômicas, capazes de criar e acelerar o “progresso” do Estado.
CODEC - Conselho de Desenvolvimento Econômico	1961	Elaboração e controle do orçamento programado do Estado, contribuindo, assim, na orientação e racionalização dos investimentos e gastos do setor público estadual.
DAG	-	Órgão de assessoramento superior, na execução de atividades da Administração Geral. Ao DAG coube a orientação da política de assistência aos servidores e a coordenação, orientação e controle das atividades de igual natureza, exercidas no âmbito setorial das Secretarias pelas Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes, órgãos setoriais do DAG.
CODES – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo	1967	Coordenar a mobilização e aplicação de recursos locais, nacionais e externos, visando à aceleração do processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo.
CODES/CRED – Crédito, Financiamento e Investimento S/A	1967	Atuação nos seguintes grupos de ação: 1) crédito direto ao consumidor com recursos captados pela colocação de letras de câmbio; 2) Compra e venda de ações; e 3) repasse de recursos de entidades financiadoras e fundos especiais de financiamento.
Decreto Lei 880	1969	Conferia ao contribuinte do imposto de renda, pessoa física e jurídica, domiciliado no Espírito Santo, o direito de aplicar as deduções dos impostos relativos à pesca, ao turismo e a compra de ações em outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados no estado. Criou o FUNRES, instituiu o GERES e transformou a CODES em BANDES.

Quadro 01 – Instrumentos formulados para o desenvolvimento capixaba entre 1958 e 1971.

(conclusão)

INSTRUMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	OBJETIVOS OU FUNÇÕES
FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo	1969	Arrecadar recursos voltados para projetos industriais, agropecuários, de pesca, turismo, reflorestamento e infra-estrutura.
GERES – Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo	1969	Administrar as aplicações dos incentivos fiscais e dos recursos do FUNRES.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	1969	Instituição financeira especializada voltada para os problemas do desenvolvimento capixaba.
COPLAN - Coordenação do Planejamento Industrial do Espírito Santo	1969	Iniciou os estudos a fim de viabilizar a implantação do Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT), voltado para receber médias, pequenas e micro empresas.
Bonificação do ICM	1969	Lei 2 469: isenção de até 80% do ICM devido para amortizar, durante até 12 anos, os investimentos industriais de valor superior a 5.000 salários mínimos regionais. Lei 2 480: facultava às pessoas jurídicas domiciliadas ou estabelecidas no Estado, deduzir até 5% do valor líquido do ICM a recolher para aplicação em projetos industriais, agro-pecuários, de pesca, de turismo e de comércio e serviços.
Reforma Administrativa	1969	Criação e reformulação de Secretarias e institucionalização de órgãos descentralizadores, voltados para promover o desenvolvimento do Estado.
FUNDAP – Fundo Para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias	1970	Objetivava, através do financiamento de até 10% do valor das operações de importação e exportação pelo Porto de Vitória, aumentar o volume de carga movimentada pelo Porto de modo a tornar mínima sua ociosidade operacional.
SUPPIN – Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial	1971	Desenvolver estudos voltados para a localização de indústrias no Estado.

Pudemos constatar através dos documentos analisados aqui – *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo, A Economia Espírito-Santense em Face do Problema do Café, Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo, Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo, Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo e A Pecuária Bovina no Espírito Santo* – que ao lado das articulações políticas

e dos instrumentos criados várias idéias foram formuladas na década de 1960, como estratégia para inserir a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. E a mais forte dessas idéias foi a de que a estrutura cafeeira do Espírito Santo estava em “crise”, e a “base agrária de pequena propriedade familiar” era a causa dessa “crise”.

No entanto, é preciso desconstruir essas idéias e identificar os elementos que levaram a sua construção. Mas antes é preciso investigar como essas idéias se disseminaram e ganharam força de tal forma que ainda fazem parte de muitas interpretações sobre a realidade do Espírito Santo.

3 A CIRCULAÇÃO DA IDÉIA DE “CRISE”

Vimos no capítulo anterior que a idéia da “crise” do café é parte de uma construção ideológica maior, que serviu para inserir as idéias desenvolvimentistas no Espírito Santo. Mas a idéia da “crise” não ficou restrita ao discurso desenvolvimentista da década de 1960. Essa idéia ganhou força e legitimidade e hoje ela é reproduzida em trabalhos acadêmicos, em livros didáticos, na imprensa, além de ser uma idéia ainda forte no debate político.

Uma das vias de circulação da idéia da “crise” foi o debate acadêmico, onde as idéias desenvolvimentistas estiveram presentes em trabalhos de pesquisadores renomados e em teses e dissertações defendidas em importantes Universidades do país.

Assim, neste capítulo analisamos os trabalhos acadêmicos produzidos na época e mais recentemente. Em nossas análises buscamos identificar as principais idéias do discurso desenvolvimentista da década de 1960 presentes nos trabalhos selecionados e compreender como essas idéias penetraram nesses trabalhos.

Em 1969 Bertha Becker realizou uma pesquisa sobre o Norte do Espírito Santo, a qual constituiu sua tese de livre docência apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao tratar da questão central de seu trabalho, o processo de integração de uma “periferia em depressão” à “região núcleo” do país, Becker põe ênfase na hierarquização regional que dominou o período desenvolvimentista-industrial, tão bem traduzida na concepção cepalina de “centro” e “periferia”. Assim introduz seu trabalho:

País em via de industrialização, o Brasil vem atravessando um processo de crescimento marcado por desequilíbrios sócio-econômicos setoriais e regionais. Cada vez mais, tenta-se solucionar êsses desequilíbrios através de uma ação planejada. Para sua eficácia, essa intervenção necessita conhecer a incidência espacial do crescimento econômico, campo em que a Geografia, ao lado de outras ciências, muito tem a oferecer.

A estrutura espacial do Brasil, tal como hoje se apresenta, reflete as transformações efetuadas no âmago de sua economia durante o Século XX: o abalo da economia agrícola tradicional de exportação e o desenvolvimento paralelo da moderna economia industrial. [...] A economia mercantilista organizara o espaço sob a forma de verdadeiro “arquipélago”

econômico, ou seja, regiões de produção profundamente dependentes das condições ecológicas, voltadas para o exterior e desarticuladas entre si. A industrialização impõe no espaço econômico uma estrutura polarizada que compreende um “centro” e uma “periferia”, modelo, aliás, comum a vários países latino-americanos [...] (BECKER, 1969, p. 01).

A partir dessa colocação, Becker situa o Espírito Santo no espaço econômico brasileiro:

Ocupando posição marginal em relação à região núcleo do país, tanto do ponto de vista econômico como geográfico, o Estado do Espírito Santo caracteriza-se como região periférica. Sua economia, fundamentada numa cafeicultura tradicional, apresenta-se em crise, vendo-se o Estado na contingência de rapidamente integrar-se no ‘core’ do país como solução para a mesma. [...] O Norte capixaba configura-se como uma periferia deprimida, cuja integração, tentada através da pecuária, apresenta dificuldades (BECKER, 1969, p. 3).

Os fatores responsáveis por imprimir ao Espírito Santo uma posição marginal em relação à região sudeste são apontados logo em seguida por Becker:

[...] participando do chamado Sudeste Velho, ocupa os confins orientais da região, distantes e de difícil acesso; fundamenta sua economia numa cafeicultura arcaica que gerou uma estrutura econômica subdesenvolvida; e situa-se na faixa de subordinação exclusiva do Rio de Janeiro, grande sorvedouro dos proveitos da economia cafeeira, e parco retribuidor da riqueza absorvida, cujo dinamismo em nada comparável ao de São Paulo, tem sido insuficiente para impulsionar as regiões sob o seu comando, a substituir a economia tradicional de exportação por atividades agrícolas ou industriais mais eficientes. A perda do comando econômico do país pelo Rio de Janeiro, que já não é mais seu maior mercado consumidor nem maior centro industrial, veio acentuar a marginalidade do Espírito Santo (BECKER, 1969, p. 4).

Todos esses fatores, explica a autora, “[...] impediram ao Estado de competir com as áreas cafeeiras mais prósperas de São Paulo e Paraná e de acompanhar o desenvolvimento econômico da Guanabara e São Paulo, o que lhe conferiu um absolutismo por posição” (BECKER, 1969, p. 4).

Nota-se que, além da situação de “subordinação” ao Rio de Janeiro em que se encontrava o Espírito Santo, Becker aponta como fator responsável por imprimir ao Espírito Santo uma “posição marginal” a economia do estado fundamentada na cafeicultura que, por ser uma “cafeicultura arcaica”, “gerou uma estrutura econômica subdesenvolvida”, o que “conferiu” ao Espírito Santo “um absolutismo por posição”.

Becker ainda acrescenta que tal situação se agravou após os incentivos destinados a região nordeste, dos quais o Espírito Santo não pôde se beneficiar por estar inserido na região sudeste:

Os estímulos governamentais para o desenvolvimento do Nordeste, e principalmente, a dinamização do Estado da Bahia que apresenta recentemente extraordinário crescimento com expansão anual da renda interna da ordem de 10%, graças à implantação de moderna indústria química e petroquímica, tornaram mais patente o caráter tradicional da economia e a pobreza do Espírito Santo. Assim, em 1965, com renda per capita correspondente a 44% da renda/per/capita/média nacional, o Espírito Santo colocava-se abaixo de quase todos os estados do Norte e do Nordeste, alcançando superioridade somente em relação aos Estados do Piauí, Maranhão e Pará (BECKER, 1969, p. 4).

Como conseqüência, explica a autora, o estado do Espírito Santo assumiu “[...] o caráter de uma periferia intermetropolitana, imprensada entre dois ‘núcleos’, o espontâneo – do Sudeste, já cristalizado, e o incentivado – do Nordeste, em formação (BECKER, 1969, p. 5).

Para Becker o empobrecimento do Espírito Santo em relação ao crescimento dos centros dinâmicos e a sua incapacidade em acompanhá-los, “[...] denunciava a existência de uma pobreza estrutural, inerente ao próprio Estado” (BECKER, 1969, p. 5). Tal fato, associado às relações do estado com o “core”, eram responsáveis, na interpretação de Becker, pela “penúria crônica” do estado, que recentemente havia eclodido “em crise econômica de sérias proporções” (BECKER, 1969, p. 5). Essa “crise” do estado, explica Becker, se expressava na “crise do café”, decorrente dos programas de erradicação dos cafezais.

Assim, ao falar dos Programas de Erradicação dos cafezais, Becker chama a atenção para a segunda fase do programa que, na visão da autora, “assumiu aspectos violentos no Espírito Santo” (BECKER, 1969, p. 5). O aspecto violento se explicava, em primeiro lugar, pelo fato de ter liberado cerca de 130 a 150 mil hectares de terras anteriormente ocupadas pela lavoura cafeeira do Estado, “a mais importante, e base de sua estrutura econômica”. Em segundo lugar, esse caráter violento se traduzia pela “significativa perda de renda interna” no ano de 1967 e pelo “estancamento definitivo” do fluxo de renda gerada pela produção dos cafezais erradicados. Por último, o caráter violento se explicava pelas “repercussões sociais”, notadamente pelo desemprego gerado no campo. Os dados apresentados por

Becker contabilizavam uma emigração de aproximadamente 90.000 pessoas. Baseando-se nos dados contidos no Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola, a autora chama a atenção, ainda, para o fato de que tal situação poderia se agravar, tendo em vista que 70% da área erradicada durante o primeiro programa de erradicação e 40% no segundo haviam sido ocupadas com pastagens, cuja tendência era de se expandir em substituição às culturas do milho, feijão e mandioca.

Para Becker, no entanto, a erradicação não era a principal causa da “crise econômica” em que o Estado se encontrava. Ela apenas acelerou o processo de “crise” já em andamento, “[...] caracterizado pela contradição básica, entre o papel fundamental do café no Espírito Santo e o papel marginal do café espírito-santense no plano nacional” (BECKER, 1969, p. 6). Assim, para Becker as razões da “crise econômica” do Estado, que são expressão de sua posição marginal “[...] devem ser buscadas nas limitações intrínsecas da sua estrutura sócio-econômica, e nas suas relações com o centro dinâmico do país, relações essas que lhe definem a verdadeira posição periférica” (BECKER, 1969, p. 6).

Becker explica que as “limitações intrínsecas da estrutura sócio-econômica” do estado se deviam a uma “estrutura primária da produção excessivamente dependente de uma agricultura cafeeira tradicional, que imprimiu seu ritmo e sua forma à estruturação sócio-econômica do Estado” (BECKER, 1969, p. 6).

Assim, a autora procura demonstrar que, embora seja impressionante a participação do café na economia do Espírito Santo, o espaço econômico capixaba fundamentado no café processou-se em “caráter bastante precário”, em função da “incompatibilidade entre essa lavoura e a pequena propriedade”, a qual era desenvolvida em “técnicas primitivas” e em “condições locacionais pouco favoráveis”. Assim, comparando às regiões mais prósperas do país, a cafeicultura capixaba ocupava uma “posição marginal no plano nacional”:

Conquistando palmo a palmo vales e encostas, derrubando a mata, atraindo as pessoas, alimentando-as com o milho e o feijão que carregou consigo, dando-lhes emprego e remuneração, o café associou-se intimamente à vida da população e ao espaço capixaba. [...]
Não admira pois, que até 1950, a produção cafeeira gerasse diretamente 30% da renda e mais de 40% da receita global do Estado. Ainda em 1960, a ACARES estimava em cerca de 30% a sua participação na formação da

renda, levando em conta o seu efeito multiplicador (serviços, lavoura de subsistência, beneficiamento, etc...).

Mais impressionante ainda são os dados que evidenciam a estreita dependência da organização agrária e da população rural ao café. Em 1960/61 o café absorvia cerca de 57% da área em lavouras e 80% da mão de obra agrícola do Estado, sustentando mais de 70% das famílias rurais.

A estruturação do espaço econômico fundamentada no café processou-se, porém, com caráter bastante precário, em virtude da incompatibilidade entre essa lavoura e a pequena propriedade, se laborada com técnicas primitivas e implantada em meio natural e em condições locais pouco favoráveis. Essa precariedade é tanto maior quanto comparada a áreas cafeeiras mais prósperas, conferindo à cafeicultura uma posição marginal no plano nacional (BECKER, 1969, p. 7-8).

Segundo Becker, “[...] os médios e pequenos estabelecimentos representavam, em 1961, 80% das propriedades cafeeiras e 60% da área cultivada com café, e pelo menos 45% da mão de obra no trato da lavoura, era constituída por proprietários e membros não remunerados da família” (BECKER, 1969, p. 8).

Nota-se que para Becker “as razões da crise” são encontradas na “pequena propriedade”, desenvolvida em “técnicas primitivas” e em “condições locais pouco favoráveis”. Para agravar a situação a “pequena propriedade” representava 80% das propriedades cafeeiras e 60% da área cultivada do estado em 1961. Assim, o regime de “pequena propriedade” é considerado por Becker uma primeira desvantagem para a cafeicultura capixaba:

Diverso daquele da maior parte do Sudeste cafeeiro, esse regime de propriedade representa uma primeira desvantagem para a cafeicultura do Estado. Nada se compara à empresa mercantil, caracterizada pela grande fazenda escravocrata tradicional nos Estados do Rio e Minas Gerais, ou tampouco à grande empresa de moldes capitalistas mais recentes de São Paulo e Paraná. Mesmo quando comparada aos sítios cafeeiros freqüentes nos dois últimos Estados, a propriedade capixaba é desvantajosa, pois que não conta com as terras roxas, os transportes e os mercados que lá os sustentam (BECKER, 1969, p. 10).

Becker ainda explica a posição inferior da cafeicultura capixaba em relação aos demais estados produtores pelo “ínfimo rendimento” que as lavouras capixabas apresentavam, em função das condições ecológicas em que o café era produzido no estado e pelas técnicas implantadas no seu cultivo:

Decorrência do relevo, o clima mesotérmico com condições ótimas para os cafés finos, ocorre portanto somente acima de 400 m de altitude, justamente nas zonas serranas, fortemente acidentadas; em contrapartida, as áreas de relevo baixo são excessivamente quentes e por vezes também pobres, quando correspondem aos tabuleiros terciários. Restam, portanto, poucas áreas em que a rubiácea encontra condições climáticas ótimas ao seu desenvolvimento [...]. Frente às técnicas primitivas de utilização da terra, o

relevo cristalino excessivamente movimentado, contribui para a erosão dos solos, e o envelhecimento precoce de lavouras implantadas com frequência em declividades superiores a 40%. Já em 1956, observa-se que o café subia cada vez mais as encostas dos morros, não sendo raros os cafezais localizados em divisores d'água. Outrossim, a manutenção da lavoura intercalar, mesmo após o cafezal formado, em virtude das necessidades de subsistência da população, contribui para o rápido esgotamento dos solos. [...] Explica-se assim, o ínfimo rendimento da cafeicultura capixaba, pelo emprego de técnicas primitivas, em condições ecológicas pouco favoráveis. Considerando apenas os cafeeiros adultos, verifica-se que 63% deles apresentam rendimento absolutamente insatisfatório, e no conjunto, o rendimento médio do Estado é muito inferior ao do Estado de São Paulo, quer se leve em conta o rendimento por unidade de área – 308 Kg contra 446 Kg, quer por 1.000 pés – 231 Kg contra 543 Kg (BECKER, 1969, p. 13-15).

Em consequência dos baixos rendimentos Becker explica a “modesta contribuição do Espírito Santo à produção e exportação do país” (BECKER, 1969, p. 15), participando com apenas 6,6 % das exportações brasileiras em 1960.

Becker ainda aponta como fator responsável pela “posição marginal” do café capixaba os baixos preços obtidos em função do “tipo e qualidade inferiores”:

Acresce que o Espírito Santo é o maior produtor de café de tipo e qualidades inferiores no país. Enquanto a exportação média do Brasil é de café tipo 5, a do Espírito Santo oscila entre 8, 7 e 7/8, e o Estado contribui com 82% do total do tipo 7 exportado pelo país. Quanto à qualidade, 99% do café exportado pelo Estado é de café bebida Rio, considerado de qualidade inferior, equivalendo a 57% da exportação total brasileira dessa qualidade.

Tais discrepâncias refletem-se, evidentemente, nas diferenças de preços de exportação entre o total brasileiro e o do Pôrto de Vitória, repercutindo profundamente sobre a situação econômica do agricultor.

Por sua modesta contribuição à produção e exportação nacional, e pela má qualidade e baixos preços de seu café, o Espírito Santo é bem ‘um ramal de café no Brasil’ (BECKER, 1969, p. 16).

Diante dessas condições, para Becker não era de se admirar que “encerrando-se o desbravamento pioneiro, extensivo e predatório, esgotadas as terras e deteriorados os preços do café, este mostre sinais de decadência já em fins da década de 1950” (BECKER, 1969, p. 18). E, conclui a autora: “a decadência do café significou a decadência econômica do Estado” (BECKER, 1969, p. 18). Becker chega a essa conclusão mesmo apresentando dados que apontam que a participação do café na renda do Estado era de apenas 16,1% em 1960/61.

Mas, para a autora o Estado declina, não apenas porque perde a sua fonte de renda, “mas também porque sua estrutura rígida, criada em função de uma cafeicultura marginal e a ela essencialmente adaptada, apresenta estrangulamentos

tais que a tornam incapaz de reagir diante da crise” (BECKER, 1969, p. 18). Becker explica:

O fluxo modesto de uma população pobre, o volume reduzido da produção não justificaram a multiplicação de cidades importantes e de vias de circulação que dinamizassem a vida agrícola estadual. O baixo poder aquisitivo do mercado local, não consegue assim, superar as dificuldades à diversificação agrícola apresentadas pelos solos esgotados e relevo acidentado, empecilho a mecanização, que conferem à pequena lavoura rentabilidade extremamente baixa. Apenas o arroz encontra oportunidade para se desenvolver nas várzeas e, no mais, é a pastagem que se expande (BECKER, 1969, p. 18-19).

Becker ainda acrescenta que as limitações acima apontadas dificultaram sobremaneira a acumulação de capitais (com exceção no comércio) e a iniciativa empresarial, bloqueando o desenvolvimento industrial e impedindo que o Estado participasse do progresso que se desencadeou no eixo Rio-São Paulo. Como resultado “a incapacidade de acompanhar o desenvolvimento industrial, colocou o Espírito Santo numa posição de atraso em relação ao núcleo dinâmico” (BECKER, 1969, p. 19).

Becker também responsabiliza a política nacional cafeeira pela marginalidade do café capixaba, pois a política cafeeira nacional é entendida por Becker como “uma política do ‘núcleo’, pois que é elaborada em função das suas necessidades e interesses” (BECKER, 1969, p. 19). Explica a autora que desde o Convênio de Taubaté, em 1906, até as políticas adotadas pelo IBC a partir de sua criação em 1952, as intervenções adotadas sempre beneficiaram as principais áreas produtoras, São Paulo e Paraná, estabelecendo assim “um processo altamente seletivo que beneficiou as áreas cafeeiras dotadas de solos mais férteis, de capitais e de infraestrutura poderosa, em detrimento daqueles dotados de cafeicultura marginal” (BECKER, 1969, p. 20). Becker ainda ressalta que com os entraves colocados à produção de cafés de tipos inferiores, primeiro com o controle do comércio de cabotagem e, em seguida, com os Regulamentos de Embarque (1961-62 e 1962-63), que chegou a proibir as exportações de café tipo 7 e 7/8 para o exterior, inicia-se uma fase de “decadência acelerada” para o café capixaba. Tais políticas trouxeram desestímulo à lavoura capixaba que passou a ser desleixada e invadida pela broca. E, “[...] quando a necessidade de conter a produção brasileira à

demanda internacional culminou com a política de erradicação dos cafezais, a *debacle* foi total” (BECKER, 1969, p. 20).

Nota-se que, embora Becker reconheça que a política cafeeira nacional era uma política de núcleo, daí imprimir ao café capixaba um caráter marginal, a autora aponta como “primeira desvantagem” para a cafeicultura capixaba o regime de “pequena propriedade”, responsável por um “ínfimo rendimento” e uma “qualidade inferior” do café.

Após apresentar todos os elementos que na sua interpretação imprime ao café capixaba uma posição marginal, Becker conclui que “como resultado das limitações intrínsecas de seu quadro agrário e de suas relações com o ‘núcleo’ no setor agrário, o Estado apresenta uma economia francamente subdesenvolvida, que agrava sua posição periférica no país” (BECKER, 1969, p. 24).

Assim, Becker passa a discutir sobre as características do subdesenvolvimento “visíveis” na economia do estado. A primeira delas estaria na estrutura agrícola do estado, uma vez que, segundo os dados apresentados pela autora, o setor primário do Espírito Santo em 1960 era responsável por 48,61% da renda. Já a indústria participava com apenas 10,44% e o setor de serviços com 40,95% da renda do estado. Nota-se que, juntos, o setor industrial e de serviços tinham uma participação maior na renda do estado (51,39%) do que o setor primário. Mas mesmo assim, na interpretação de Becker a economia do Espírito Santo era “essencialmente agrícola”. Becker ainda estabelece uma comparação entre o Espírito Santo e o estado de Minas Gerais afirmando que o caráter agrícola do Espírito Santo se sobressaía em relação àquele estado, pois mesmo Minas tendo uma participação elevada da agricultura na composição de seu produto interno (47%), tinha uma contribuição da indústria (17%) “sensivelmente superior” que a do Espírito Santo. Tal quadro, na interpretação de Becker, se torna mais evidente ainda quando se verifica que a produção agrícola é cinco vezes maior que a produção industrial, e que a atividade manufatureira, “bastante arcaica”, está fundamentalmente ligada à atividade agrícola.

Outro fator citado por Becker para explicar o “estrangulamento” do desenvolvimento estadual é a deficiência no setor de transportes. Explica a autora que apenas três

ferrovias foram implantadas para escoar o café capixaba, mas que uma delas (E. F. Itapemirim) havia sido extinguida por ser antieconômica, a Vale do Rio Doce privilegiava o escoamento do minério e era aproveitada para o café, e a E. F. Leopoldina, que estabelecia ligações entre Rio de Janeiro, Campos, Cachoeiro do Itapemirim e Vitória, apresentava, em 1969, maior densidade de tráfego entre Campos e Rio de Janeiro. Ressalta a autora, ainda, que tal deficiência na rede ferroviária não foi compensada por uma rede rodoviária.

Por último, Becker aponta como fator visível ao subdesenvolvimento uma “economia sem dinamismo”, que encontrava expressão espacial na “debilidade da vida urbana”. Explica Becker que apenas três centros sobressaíam no Estado: Vitória, capital estadual, e importante porto exportador tanto da produção capixaba, como do ferro de Minas Gerais; Cachoeiro do Itapemirim, centro regional do Sul, e Colatina, capital do Norte do Estado. E conclui a autora:

Não faltam mesmo ao Estado, as disparidades internas típicas do subdesenvolvimento. É ao sul do Rio Doce que se concentra o essencial da vida econômica do Espírito Santo. [...] é no sul que estão localizadas as principais cidades para onde convergem os eixos fundamentais de circulação. Ainda no sul, em Vitória, se implanta o moderno complexo portuário industrial, que dinamizará, sem dúvida, e economia estadual (BECKER, 1969, p. 26).

Essa disparidade interna, explica Becker, acabou por criar condições para reações diversas diante do declínio do café entre as áreas situadas ao Norte e ao Sul do Rio Doce. No Sul, graças à circulação ferroviária e rodoviária centralizada em Cachoeiro do Itapemirim, expandiu-se a pecuária leiteira pelos vales do Itapemirim e Itabapoana e registrou-se também a expansão do gado de corte e do arroz, este por causa da elevação dos preços alimentícios, da facilidade de transportes e pela disponibilidade de baixadas úmidas. Na parte central passou-se a desenvolver as atividades hortigranjeiras para o abastecimento da capital e, secundariamente, de Colatina. Já a região Norte ainda era muito dependente do café, “cuja estruturação ainda não se cristalizara devidamente de modo a prover os meios para maior facilidade de integração no mercado interno” (BECKER, 1969, p. 29). Assim, desprovido de atividades subsidiárias que podiam suportar o declínio do café e de uma infraestrutura de transportes que lhe permitisse ter acesso fácil aos mercados, a região Norte entrou num processo de “depressão econômica”, expressa na desvalorização das terras e no êxodo em massa da população.

As interpretações apresentadas por Becker neste trabalho não nos surpreende se levarmos em conta que tais interpretações não se distanciam das apresentadas pelos trabalhos utilizados pela autora como referência. Becker selecionou um conjunto de documentos produzidos na década de 1960 para desenvolver seu trabalho, dos quais merecem destaque: *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo*, elaborado pelo INED/FINDES em 1966; *O Programa de Diversificação no Espírito Santo*, produzido pelo IBC em 1967; o *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo*, produzido pela CODES em 1968; e o trabalho *A Cafeicultura no Espírito Santo* do IBC/OEA, produzido em 1961. Assim, ao limitar suas análises a esses documentos, acabou reproduzindo as idéias e visões contidas neles.

Entre as pesquisas e os trabalhos realizados sobre o Espírito Santo merecem atenção também os desenvolvidos na década de 1980 pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa (NEP) do Departamento de Economia da UFES.

O NEP foi criado em 1981, por meio de um convênio entre órgãos públicos locais. Faziam parte deste convênio a Coordenação de Planejamento Industrial do Espírito Santo (COPLAN-ES), representada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), através da Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA). A COPLAN/IJSN era responsável pela liberação de técnicos e ainda oferecia apoio infra-estrutural, como serviço de datilografia e material xerografado; o GERES era responsável por liberar recursos financeiros; e a UFES/FCAA era responsável pelo espaço físico e em administrar os recursos alocados pelo GERES. Com o passar do tempo outros órgãos se associaram ao NEP por meio de convênios como o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES) e a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio (SEIC).

Durante a década de 1980, o NEP constituiu-se num campo de produção intelectual dedicado ao estudo da história, do desenvolvimento e do planejamento econômico

do Espírito Santo. Durante os anos de sua atuação foram realizadas diversas pesquisas, resultando em vários trabalhos publicados.

A equipe de pesquisadores do NEP era constituída principalmente por técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e por professores do Departamento de Economia da UFES, dentre eles Roberto da Cunha Penedo, Haroldo Corrêa Rocha, Ângela Maria Morandi, Sinésio Pires Ferreira e José Antônio Buffon. Fazia parte também dessa equipe Maria da Penha Cossetti do Departamento de História.

No trabalho *Alguns Aspectos do Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – 1930/1970*, produzido pelo NEP em 1984, os autores iniciam ressaltando que enquanto permanecesse no Espírito Santo uma “estrutura fundiária bastante desconcentrada” e “praticamente sem se utilizar do trabalho assalariado”, “as possibilidades de constituição de um mercado de trabalho, de um lado, e da mercantilização da economia, de outro – em especial a produção mercantil de alimentos – permaneceriam remotas”. Isso porque essa estrutura fundiária “entravava o pleno desenvolvimento do capital que apenas se reproduzia como pequeno capital sem ter as condições necessárias de concentração e centralização” (NEP, 1984, p. 09).

Dessa forma, concluem os autores: “[...] a despeito de a acumulação cafeeira ter sido, no período em questão [década de 1920], relativamente intensa, as próprias bases sobre as quais essa se assentava, impediam que o capital comercial se transformasse em outras formas de capital” (NEP, 1984, p. 10). Assim, “não se quer com isto dizer, é claro, que não houvesse indústrias no Espírito Santo por esta época, mas que havia uma certa indústria, nem de longe comparável com aquela que se instalara em São Paulo” (NEP, 1984, p. 10).

Em seguida, os autores apresentam uma síntese da economia do Espírito Santo até 1930, pois, segundo eles, esta síntese tornava “mais clara as considerações anteriores”. Assim, a partir de alguns dados estatísticos os autores buscam mostrar que “eram as atividades agrícolas as mais importantes no estado e, dentre estas, a atividade cafeeira se destacava”. Explicam que entre 1902 e 1931 a participação do café nas exportações do estado esteve sempre em torno de 90%. Além disso, enquanto os produtos vegetais foram responsáveis por mais de 90% das

exportações até 1930, os produtos industriais haviam atingido o máximo de participação em 1915, quando atingiram 6,6%. Em relação à participação na receita pública, a participação gerada pelo café esteve sempre em torno de 70% (NEP, 1984, p. 13).

Explicam os autores, ainda, que predominavam no estado a parceria e a mão-de-obra familiar e, “compatível com isto” a estrutura fundiária era “bastante desconcentrada”: os imóveis com área inferior a 100 ha equivaliam a 89,4% do total de estabelecimentos e 52% da área total. As principais culturas presentes nos estabelecimentos eram, além do café, a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, o feijão e o arroz. Explicam os autores que com exceção da cana-de-açúcar que era consumida pela usina instalada no sul do estado, “os demais produtos eram que quase totalmente produzidos para auto-consumo, sendo proporcionalmente pequenas as suas quantidades mercantilizadas” (NEP, 1984, p. 14).

Em relação à indústria, os autores ressaltam que a indústria capixaba era a “menos diversificada do país”. Chegam a esta conclusão ao observarem que os quatro principais ramos da indústria capixaba participavam com 96,05% do valor da produção da indústria de transformação em 1920: o ramo de produtos alimentares concorria com 71,30%, têxtil com 11,23%, madeira com 9,48% e bebidas com 4,04%. Além de ressaltarem a baixa diversificação da indústria do Espírito Santo, os autores ressaltam ainda a pequena participação da indústria capixaba na indústria de transformação do Brasil, pois em 1920 a participação do Espírito Santo foi de 0,7%, inferior aos estados de Pernambuco (6,8%), Bahia (2,8%), Guanabara (20,8%), Minas Gerais (5,5%), Rio de Janeiro (7,4%), São Paulo (31,5%), Paraná (3,0%), Santa Catarina (1,8%) e Rio Grande do Sul (11,0%).

Após esta síntese os autores analisam as principais mudanças na “estrutura produtiva” do estado com a “crise do café” dos anos 30. Em relação à produção agropecuária, concluem que a “crise” de 1930 “não teve efeitos profundos”, pois não houve uma destruição dos cafezais como ocorreu em São Paulo. Explicam os autores que a diversificação que se verificou na produção agrícola do Espírito Santo nesse período não implicou em perda da área cultivada com café (NEP, 1984, p. 26). Em relação à estrutura fundiária e as relações de trabalho os autores apontam

que também não se verificaram “grandes transformações”. E em relação à indústria se observou uma perda na participação do Espírito Santo em relação ao Brasil (0,74% em 1919 para 0,35% em 1939). Mas explicam os autores que esta perda de participação estava mais relacionada à queda do preço do café do que a uma diminuição da produção. Houve também uma mudança na participação dos principais ramos de formação do valor da produção industrial do Espírito Santo. Os ramos Produtos Alimentares, Têxtil e Bebidas tiveram sua participação diminuída, enquanto os ramos Minerais não Metálicos e Madeira tiveram sua participação aumentada.

Assim, a partir dessa análise os autores concluem que, ao contrário de São Paulo, no Espírito Santo “[...] os efeitos da crise não alteraram de forma profunda a sua estrutura produtiva, de modo que tanto a agricultura quanto a indústria local [continuaram] se movendo dentro dos estreitos limites ditados pela sua própria estrutura (NEP, 1984, p. 40).

Após constatarem que não houve mudanças profundas na estrutura produtiva do Espírito Santo nesse período, os autores passam a analisar a economia do estado na década de 1930, quando se verificou no país “[...] a remoção das principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional” (NEP, 1984, p. 42).

Explicam os autores que, além do Distrito Federal, com quem o Espírito Santo já mantinha uma relação antiga de comércio por causa da proximidade, do fácil acesso e das tradicionais relações comerciais entre esses dois estados, eram também notáveis as relações comerciais do Espírito Santo com Minas Gerais, que já era tradicional parceiro, e São Paulo, o qual vinha se transformando num importante exportador de produtos para o estado. Explicam os autores, ainda, que com o processo de integração do mercado nacional tanto as exportações como as importações do Espírito Santo vinham crescendo em relação aos demais estados brasileiros.

Analisando as pautas de importação e exportação do Espírito Santo durante a década de 1930, os autores explicam que 99% das exportações do estado para outros países eram representadas pelo café e o 1% restante se dividia entre madeiras, couro, cacau e mica. Cerca de 25% do café exportado se dirigia para

outros estados brasileiros, principalmente para o Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Para outros estados era exportada também madeira, que se dirigia principalmente para o Distrito Federal e para o Rio de Janeiro, tecidos, que iam para o Rio de Janeiro e São Paulo, milho, aves e ovos, que também se dirigiam para o Rio de Janeiro. Em relação às importações, as do exterior representavam 5% do total das importações capixabas. A grande maioria dos produtos importados vinha, portanto, dos estados brasileiros. Os principais produtos importados eram os têxteis, metalúrgicos, combustíveis líquidos e alimentares. Os tecidos de algodão vinham principalmente do Distrito Federal. O Rio de Janeiro era o principal fornecedor de gasolina e produtos metalúrgicos. O material de transporte vinha de São Paulo. Os produtos farmacêuticos, a farinha de trigo, o fumo, os calçados de couro e os artigos de armarinho vinham, preferencialmente, do Distrito Federal. O principal fornecedor de açúcar era Alagoas, seguido de Pernambuco, Sergipe e Bahia. O álcool vinha, principalmente, de Pernambuco. Banha, charque, arroz, feijão, vinho e cebolas vinham do Rio Grande do Sul. O sal vinha do Rio Grande do Norte, o sabão do Paraná e a farinha de mandioca e os fósforos de Santa Catarina.

Com esses dados, os autores chamam a atenção para a “hegemonia industrial de São Paulo” e o “papel secundário” assumido pelo Espírito Santo nesse período. Os autores explicam que enquanto em São Paulo “[...] as profundas transformações que vinham ocorrendo especialmente na economia paulista, deram a esta a possibilidade de liderar a passagem ao novo padrão de acumulação” (NEP, 1984, p. 48), no Espírito Santo

As antigas relações de produção no campo, a frágil estrutura industrial, a particular dinâmica a que esta economia estava sujeita, impediram que, à medida que os horizontes econômicos se alargaram com a integração do mercado nacional, a economia capixaba tivesse um papel de destaque no contexto nacional. Ao contrário, suas condições internas funcionavam quase que como um freio à expansão do capital (NEP, 1984, p.48).

Mais adiante os autores passam a analisar a agricultura do Espírito Santo entre 1930 e 1970. No entanto, não discutem questões relevantes como a política cafeeira e a erradicação dos cafezais na década de 1960, justificando que tais questões seriam discutidas em relatórios posteriores.

De fato, essas questões aparecem no relatório *Antecedentes e Evolução Recente da Economia Capixaba*, produzido por Aroldo Rocha e Angela Morandi em 1986, onde os autores tratam da questão das desigualdades regionais no Brasil. Rocha e Morandi iniciam o trabalho chamando a atenção para a importância de lembrar que o Espírito Santo havia sido contemplado com Incentivos Fiscais de uma “maneira específica” e que, por isso, “seria interessante retomar os traços gerais deste processo a nível nacional [...] com a finalidade estrita e explícita de mostrar que não foi de uma forma fortuita e acidental que o Espírito Santo se inseriu no âmbito da política regional” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 1). Assim, passam a discorrer sobre o sistema de incentivos fiscais adotado pelo Governo Federal e ressaltam que tal política possibilitava “[...] estimular a atividade econômica produtiva em determinadas regiões ou promover o desenvolvimento de alguns setores considerados prioritários a nível nacional” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 1).

Rocha e Morandi ressaltam que as políticas de desenvolvimento regional “foram o coroamento de toda uma discussão a partir do início da década de 1950, que põe em relevo a questão das desigualdades regionais no país” (ROCHA; MORANDI, 1986, p.3). No campo teórico, os autores destacam que esse tema ganhou espaço a partir do desenvolvimento do pensamento da CEPAL, entre as décadas de 1940 e 1950, cujas idéias “serviram para ampliar o nível de conscientização política sobre as desigualdades regionais no Brasil” (ROCHA; MORANDI, 1986, p.3).

Assim colocam os autores:

Duas idéias básicas, herdadas da CEPAL, começam a se manifestar. De um lado seria imprescindível que a “periferia” se desenvolvesse endogenamente através do processo de industrialização, com o qual criaria as condições necessárias para o crescimento auto-sustentado, ou seja, reduziria a dependência com a região pólo, ao mesmo tempo que veria ampliado o nível de renda média e, conseqüentemente, reduzido o estado de extrema miséria da população destas regiões.

Por outro lado, prevaleceu a idéia (também de origem cepalina) de que somente com a intervenção do estado (o Governo Federal) através de políticas econômicas específicas, seria possível promover o desenvolvimento das regiões atrasadas, porque o simples jogo do mercado mostrava na prática, a concentração industrial no Centro-Sul, em oposição a pobreza crescente da periferia (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 6).

Rocha e Morandi explicam que a publicação das contas nacionais no início da década de 1950, com dados por região desde 1939 “[...] foi um fato extremamente importante que acelerou o nível de discussões, no cenário político, acerca das

desigualdades regionais [pois] permitiu o confronto entre os níveis e os ritmos de crescimento regional dentro do país” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 6). Assim, os autores explicam que a partir desses dados pôde-se comprovar que a região sudeste era “de longe” a mais “desenvolvida” do país, pois enquanto detinha, em 1949, 66,5% da renda nacional e 43,4% da população total, o Nordeste com 34,7% da população detinha apenas 14,1% da renda nacional. Assim, colocam os autores, “[...] dentro da questão regional, o Nordeste passou a ser encarado como área prioritária para a intervenção estatal sempre que o Estado agia em prol da redução das desigualdades regionais” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 7).

Dentro desse debate, os autores explicam que o Espírito Santo, por estar inserido na região Sudeste ao lado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais permaneceu “totalmente à margem da política regional empreendida pelo Governo Federal” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 8), o que para Rocha e Morandi parece ser inaceitável, pois, explicam os autores: “a semelhança com estes estados não [passava] de mera proximidade geográfica, pois seus indicadores econômicos [...] estão muito mais próximos da situação dos estados periféricos” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 8).

Assim, para Rocha e Morandi, no âmbito da política de desenvolvimento regional implementada pelo Governo Federal, o Espírito Santo encontrava-se “duplamente prejudicado”, pois, mesmo estando inserido na região sudeste, a mesma de São Paulo, não tinha nada em comum com este estado, pois era “dependente” de um único produto agrícola, o café. E, mesmo sendo em muitos aspectos comparável aos estados do Nordeste, não podia participar das políticas de Incentivos fiscais desta região:

A política de desenvolvimento regional implementada pelo Governo Federal [...] “elegeu” as Regiões Norte e Nordeste como as mais atrasadas do país, as quais necessitariam de algumas condições especiais para deslançar um processo de desenvolvimento “auto-sustentado”. O Estado do Espírito Santo encontrava-se duplamente prejudicado. De um lado embora pertencendo à região mais desenvolvida do país, contava com uma estrutura produtiva dependente basicamente de um único produto do setor agrícola: o café. Pouco ou nada tinha de comum com a economia paulista, por exemplo. Era um “desigual” dentro da região. Por outro lado, comparava-se sob muitos aspectos aos Estados do Nordeste, porém não foi possível participar dos benefícios advindos com a política de Incentivos Fiscais desta Região (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 10).

Assim, os autores passam a falar dos “esforços” do governo estadual, do empresariado local e da classe política do Estado para demonstrar as “condições econômicas ‘periféricas’ do Espírito Santo” e, assim, conseguir integrá-lo à política regional. Demonstram os autores que tais esforços culminaram na DL 880 do Governo Federal que concedia Incentivos Fiscais para a área geográfica do Espírito Santo.

Dessa forma, duas questões são colocadas pelos autores em relação à inserção do Espírito Santo na política de Incentivos Fiscais: 1) “se já era ‘desigual’ porque não participou do sistema de Incentivos Fiscais à época de sua criação juntamente com os estados Nordestinos?”; 2) “se não conseguiu antes, porque o conseguiu um tempo depois?”. Para os autores, “a resposta da primeira questão está ligada à rigidez da divisão regional”. A resposta da segunda questão “decorre de uma história peculiar, decorrente de uma situação conjuntural e muito particular, que ocorreu no Estado durante os anos 60” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 11).

Assim, os autores elencam uma série de fatores buscando demonstrar que os anos da década de 1960 “foram dramáticos” para o estado do Espírito Santo, o que “configurava uma situação sem precedentes na história capixaba” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 12). São eles:

O aprofundamento da crise cafeeira, com a conseqüente desestruturação deste setor através da política de erradicação implementada pelo Governo Federal; a falta de perspectivas do setor agrícola no sentido de encontrar culturas substitutivas para a área erradicada que recuperasse o nível de renda e emprego; a debilidade do setor industrial e demais atividades tipicamente urbanas, incapazes de suplantar a queda da atividade econômica advinda da crise cafeeira; somadas aos poucos recursos do cofre público estadual, que via minguar ainda mais sua receita [...] (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 12).

Após exporem o quadro “dramático” dos anos 60, os autores ressaltam a importância que teve a cultura cafeeira para a “economia capixaba”, e destacam que em épocas de “crise”, isto “pouco ou nada afetava a estrutura econômica já estabelecida”, pois, segundo os autores, algumas das especificidades dessa estrutura econômica, a qual eles destacam o caráter familiar da produção cafeeira, “favoreciam a superação da crise sem grandes abalos”. Explicam os autores que o café era a principal ou a única fonte de renda monetária para as propriedades, e também o que permitia o acesso aos produtos que não eram produzidos no interior

das propriedades. Como uma pequena parte dos recursos disponíveis destinava-se a produção de subsistência para as famílias, tal caráter era reforçado em momentos de “crise”, o que favorecia a “sobrevivência” das pequenas propriedades mesmo numa conjuntura desfavorável para o café.

Para demonstrar a importância do café para a composição da renda interna estadual, em 1950, os autores apresentam alguns dados. Segundo eles, 50,4% da renda total do estado derivavam do setor agrícola, dos quais 53,8% era gerada diretamente pelo café. Mas, explicam os autores, em função da queda dos preços do café na segunda metade da década de 1950, em 1960 a renda da agricultura caiu para 32,5%, “iniciando-se uma fase recessiva na economia capixaba, tal sua dependência para com a cultura cafeeira” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 13).

Para Rocha e Morandi esta “crise” não se diferenciava das outras, mas a política implementada pelo Governo Federal para solucioná-la, a erradicação dos cafezais, trouxe como consequência “uma profunda crise social”. Explicam os autores que a erradicação atingiu mais da metade do cafezal capixaba, liberando 71% da área plantada com café e deixando 60 mil pessoas sem emprego na área. Os autores afirmam que essas pessoas migraram especialmente para a região da Grande Vitória, “que não dispunha de infraestrutura urbana suficiente para abrigar o número elevado de pessoas que se deslocaram e, muito menos, não oferecia empregos para esta massa de trabalhadores desempregados” (ROCHA, MORANDI, 1986, p. 14).

Assim, explicam os autores, “para o setor agrícola, o principal esteio da produção no Espírito Santo, colocou-se um problema de maior relevância: qual atividade poderia substituir, com êxito, a cultura cafeeira? Quais eram as perspectivas para os agricultores?” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 14). Afinal “não se tratava de uma ‘simples’ queda dos preços de seu principal produto, mas da erradicação, do ‘desaparecimento’ da lavoura cafeeira, tão arraigada até então na sua vida de agricultor” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 14).

Diante deste quadro, Rocha e Morandi (1986) concluem que era preciso “decidir um novo rumo”, “transformar a produção”. Esse novo rumo a que os autores se referem

era a “diversificação da estrutura produtiva”, que, segundo os próprios autores, era uma preocupação que já vinha sendo demonstrada pela classe política capixaba:

[...] há algum tempo, a classe política demonstrava preocupação quanto a extrema dependência da “economia capixaba” com a cultura do café e já se manifestava quanto a necessidade de diversificação da estrutura produtiva. “Em 1952, em discurso pronunciado em Colatina, o (...) governador Jones dos Santos Neves, advertia que os galhos dos cafezais eram frágeis demais para sustentar nossos sonhos de progresso” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 15).

Tendo como base o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo* encomendado pela FINDES em 1966, Rocha e Morandi acreditavam que a diversificação da economia capixaba deveria se “fundamentar no desenvolvimento do setor industrial”, pois para eles o processo de industrialização representava não só “expansão do produto e do emprego industrial”, como também a ampliação das “possibilidades de crescimento dos demais setores da economia”. Sobre o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, Rocha e Morandi colocam:

Este estudo não se prestou apenas a constatar a situação de retrocesso que vinha apresentando a “economia capixaba” nos últimos anos, mas, e principalmente, tentava orientar para possíveis soluções a curto e a médio prazos. Sua principal conclusão foi a constatação de que a retomada do crescimento deveria necessariamente orientar-se pelo desenvolvimento do setor industrial, sobretudo em alguns ramos que ofereciam amplas possibilidades de crescimento e que o Espírito Santo estava “potencialmente” dotado de capacidade de expansão. Ressaltava-se, em especial, as atividades ligadas ao minério de ferro e siderurgia, capazes de dinamismo suficiente para a criação de um “polo de crescimento”, mudando a performance da “economia capixaba” e suas relações com as áreas mais desenvolvidas do país. Assim, o E. Santo, poderia representar um novo papel dentro da divisão interregional do trabalho, seu crescimento teria como base um novo padrão de acumulação, significaria “a abertura da economia Espírito-Santense para os principais centros dinâmicos do país” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 15-16).

Aqui fica evidente que o NEP, através de seus pesquisadores também reproduziu o discurso oficial em suas pesquisas, ao tomar como referência o documento base do plano de governo de Christiano Dias Lopes Filho.

Ainda utilizando como referência o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, Rocha e Morandi chamam a atenção para o fato de que para o Espírito Santo promover o crescimento do setor industrial ele teria que exercer atração para o capital privado, local ou nacional, investir na área. Assim,

para os autores o governo estadual teria que enfrentar dois desafios. Primeiro criar infra-estrutura básica nos setores de transportes, comunicações, energia, além de criar infra-estrutura urbana. Segundo, modernizar a administração pública.

Segundo Rocha e Morandi, diante da “situação crítica” que atravessava o Espírito Santo, várias tentativas foram feitas para “sensibilizar o governo” e “conseguir o apoio necessário e imprescindível para a recuperação econômica” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 16). Entre as tentativas os autores citam a intenção de inserir o Espírito Santo na política de Incentivo Fiscal da SUDENE e o projeto de lei para a criação da COMLESTE (Comissão de Desenvolvimento Econômico do Médio-Leste), órgão de desenvolvimento regional que iria abranger todo o estado do Espírito Santo, o norte do estado do Rio de Janeiro e o leste de Minas Gerais. Ressaltam os autores que ambas as tentativas foram “frustradas”.

Mas, o que denota certo alívio para os autores, foi o fato do IBC/GERCA, que havia implementado a erradicação, reconhecer “a necessidade premente de intervenção na ‘economia capixaba’” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 17) e realizar um estudo específico sobre o Espírito Santo⁹, no qual resultou o acordo IBC-GERCA/Governo do Estado do Espírito Santo. Nesse acordo, explicam Rocha e Morandi, o IBC-GERCA se comprometia a ceder recursos financeiros para a “reativação econômica” do Estado.

Para Rocha e Morandi, o acordo do Estado com o IBC-GERCA “trouxe um novo alento para a ‘economia capixaba’ e representou um redirecionamento da intervenção estatal”. Isso porque a partir do acordo o Governo Estadual poderia ter “uma resposta concreta frente aos reclamos do setor privado local”, na medida em que “dispunha de recursos não só para realizar obras de infraestrutura, mas também para financiar a atividade produtiva” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 18).

Assim, para Rocha e Morandi o acordo IBC-GERCA foi importante porque “ajudou, de um lado, a consolidar algumas tendências já latentes na ‘economia capixaba’ e, de outro, a sair do ‘sufoco’ imediato da crise” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 18).

⁹ Esse estudo a que os autores se referem é *O Programa de Diversificação no Espírito Santo*, produzido pelo Departamento de Assistência à Cafeicultura do IBC.

Segundo os autores, o acordo havia concluído que como “questão de fundo” se deveria “fomentar” o “crescimento da industrialização”, principalmente as agroindústrias, “uma vez que não havia produto ou grupo de produtos que pudesse substituir a atividade cafeeira” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 18). Além disso, o acordo foi importante porque possibilitou a criação do FUNDEC (Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura), com recursos financeiros específicos para infraestrutura básica e para financiar a agroindústria, e da CODES, que além de administrar o FUNDEC tinha como objetivo “dotar o Estado de um instrumento capaz de planejar e coordenar a mobilização e aplicação de recursos locais, nacionais e externos, visando a aceleração de seu processo de desenvolvimento econômico” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 19).

Para Rocha e Morandi, apesar da cafeicultura ter assumido a “posição de principal atividade produtiva da economia estadual”, ela era desenvolvida “em pequena escala de produção de acordo com a disponibilidade de força de trabalho das famílias dos pequenos proprietários e dos parceiros”, e essas condições “tornavam relativamente lento o ritmo de expansão da lavoura” e “travavam a acumulação de capital, posto que as relações mercantis eram pouco desenvolvidas e a rentabilidade bastante reduzida” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 23).

Dessa forma, para Rocha e Morandi a agricultura familiar foi o principal fator responsável pela economia capixaba não ter tido “grande dinamismo” e apresentar-se “altamente dependente da cafeicultura sem vislumbrar nenhuma alternativa de diversificação econômica” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 24). Mas, graças a “última grande crise de superprodução e de preços que afetou a cafeicultura nacional” o “círculo vicioso” e o “atraso econômico” que caracterizavam a economia do Espírito Santo foram “alterados e rompidos” e “foi dada a partida num processo de transformações econômicas que viria alterar profundamente a estrutura produtiva da ‘economia capixaba’” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 24).

Assim, ao lado do Plano de Metas, Rocha e Morandi apontam como “marco fundamental da primeira fase de expansão da ‘economia capixaba’” o “início da crise de preços internacionais do café em 1955”. Os autores explicam como a “crise” dos preços influenciou o setor industrial do estado da seguinte forma:

Essa crise [do preço internacional do café] afetou profundamente o desempenho da agricultura estadual, visto que a cafeicultura tinha uma importância muito relevante e as demais atividades não se constituíam em alternativas rentáveis para a substituição. Apenas a pecuária bovina apresentou grande dinamismo e teve taxas elevadas de crescimento, principalmente entre 1970 e 1975. Entretanto, a pecuária não se constituiu em perfeita substituta da cafeicultura, tendo-se verificado um decréscimo relativo da agricultura estadual no período 1960/75, tanto em termos de emprego como de geração de renda.

O setor industrial, ao contrário da agricultura, apresentou nesta primeira fase um grande dinamismo. Embora na década de cinquenta seu crescimento tenha sido negativo, devido à queda do preço do café cujo beneficiamento tinha grande peso na estrutura industrial, na década seguinte a expansão industrial teve grande vitalidade. Em primeiro lugar, devido à operação dos projetos implantados pelo Plano de Metas e em segundo lugar em decorrência da implantação e expansão de vários projetos que foram viabilizados pela política de financiamento a agroindústrias instituída pelo IBC/GERCA. A partir de 1970 instituiu-se também a política de Incentivos Fiscais, que colocou à disposição dos investidores nova massa de recursos. A essas condições altamente favoráveis somou-se a retomada do crescimento da economia brasileira no período 1967/73, o que ao expandir os mercados dos Estados vizinhos possibilitou a expansão da indústria local, principalmente dos gêneros de madeira e produtos alimentares (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 26-27).

Explicam os autores que “a queda dos preços tenderia a afetar de forma particular a ‘economia capixaba’, posto que tratava-se de uma estrutura produtiva fundamentada na pequena produção familiar” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 31), ao contrário de São Paulo, que pelo fato de ter uma economia “tipicamente capitalista”, deveria ocorrer um “intenso processo de substituição de culturas”. Mas a economia capixaba “apresentava-se altamente resistente à crise e à desestruturação de sua base produtiva” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 33):

Numa economia “tipicamente capitalista” como a de São Paulo, deveria se verificar intenso processo de substituição de culturas, uma vez que a lucratividade da cafeicultura atingisse [sic] um nível bastante baixo, capaz de tornar aquela atividade antieconômica.

Na “economia capixaba”, ao contrário, dada que a pequena produção familiar, tanto de pequenos proprietários como de parceiros, ocupavam-se da produção do café e ainda de todos os bens de subsistência da família, a tendência era de que se preservasse a capacidade produtiva de café, uma vez que, apesar do baixo preço, este produto representava para os cafeicultores, quase que a única fonte de obtenção de renda. Por outro lado, a unidade produtora dependia muito pouco do café para sua subsistência, pois produzia a parte fundamental dos produtos básicos de alimentação e poderia alterar hábitos de consumo com a substituição de produtos comprados no mercado por produtos de sua própria produção.

Assim, a “economia capixaba” apresentava-se altamente resistente à crise e à desestruturação de sua base produtiva. Embora devesse ocorrer a expansão da produção de outros produtos agrícolas tradicionais, deveria preservar-se tanto a capacidade produtiva da cafeicultura como a própria unidade básica de produção, que era a pequena produção familiar (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 31-33).

Para Rocha e Morandi, ao mesmo tempo em que essa “condição particular” da economia capixaba dava uma prova de resistência à “crise” de preços do café, “evidenciava uma incapacidade de realização de alterações significativas, tanto em termos de diversificação agrícola como de mudanças na estrutura produtiva” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 33).

Mas, explicam Rocha e Morandi, com a política de erradicação adotada pelo governo federal modificou-se tanto “os efeitos da crise como a própria estrutura produtiva da ‘economia capixaba’” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 35). Isso porque o Espírito Santo teve um número proporcionalmente maior de pés erradicados na segunda fase do programa, “pelo fato da cafeicultura estadual apresentar baixo nível de produtividade e ser em sua maior parte anti-econômica”, pois desenvolvia-se a cafeicultura em condições “extremamente precárias”. Segundo os autores “tanto contribuíam as condições naturais de clima e relevo que eram pouco favoráveis, como também a pequena capitalização e a quase inexistente aplicação de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento do produto” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 35). Além disso, Rocha e Morandi também acreditam que a significativa indenização oferecida pelo GERCA foi atraente para os cafeicultores, levando muitos preferirem as indenizações a continuar com as lavouras cafeeiras.

Assim, para Rocha e Morandi a política de erradicação, através das indenizações pagas por cova, “possibilitou a expansão de outras atividades alternativas à cafeicultura”, das quais se destacam a extração madeireira e a pecuária bovina. Explicam os autores que essas duas atividades apresentavam-se como “negócios altamente rentáveis” devido ao crescimento urbano do país, principalmente dos estados vizinhos, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os autores reconhecem, ainda, que além da madeira e da pecuária, outras culturas também apresentaram crescimento, tanto na área cultivada como no volume da produção. Entre elas estão o milho, a mandioca, o arroz e o feijão. Segundo Rocha e Morandi, o milho teve sua produção média anual aumentada de 79,7 mil toneladas no triênio 1954/56 para 244,9 mil toneladas em 1972/74. Em relação à área cultivada esta aumentou 130% e a produtividade cresceu 207%. A mandioca, aumentou sua área em 107,6% e a produção 63,1%. A área cultivada com arroz aumentou 183,7%

e a produção do produto aumentou 245,8%. O feijão teve sua área aumenta em 114,2% e a produção 74%. Mas, para Rocha e Morandi “em que pese o crescimento havido no período, nenhum desses produtos tornou-se isoladamente significativo nem passou a ser produzido em grande escala. Mantiveram-se como atividade de subsistência, cujo pequeno excedente era comercializado” (ROCHA; MORANDI, 1986, p. 52).

Na verdade esses dados evidenciam a força e importância que a agricultura familiar representava nesse momento de queda dos preços do café, erradicação e expansão de atividades como a extração madeireira e a pecuária bovina. Mas, como a visão dos autores é uma visão mercadológica, o crescimento desses produtos não era “significativo”, pois eram produtos de “subsistência”.

O que é evidente nas análises de Rocha e Morandi é que para esses autores, em que pese a “profunda crise social” gerada pela erradicação dos cafezais, essa política foi fundamental para romper com a “estrutura econômica estabelecida” de caráter familiar, que “pouco ou nada” era afetada em épocas de queda dos preços do café. Mas quando houve a erradicação essa estrutura foi enfim afetada e o “círculo vicioso” e o “atraso econômico” que caracterizavam a economia do Espírito Santo foram “alterados e rompidos”, pois o setor industrial, ao contrário da agricultura, passou a apresentar grande “dinamismo” e a extração madeireira e a pecuária bovina se expandiram. Rocha e Morandi chegam a essa conclusão, pois não problematizam o fato da agricultura familiar, que era quem produzia o café, não ficar com a renda gerada pelo café, embora tenha pagado o preço da “crise” (mesmo não sofrendo com ela, como os próprios autores reconhecem), pois a solução pensada foi a erradicação e a “diversificação da estrutura produtiva”, a qual deveria se “fundamentar no desenvolvimento do setor industrial”.

Em 1991, Rocha e Morandi publicaram o relatório *Antecedentes e Evolução Recente da Economia Capixaba* em livro, com o título *Cafeicultura e Grande Indústria: a Transição no Espírito Santo, 1955 – 1985*.

Alguns pesquisadores do NEP deram continuidade aos trabalhos realizados no Núcleo, aprofundando seus estudos através de dissertações e teses defendidas em importantes Universidades do Brasil.

Em 1992, José Antônio Buffon defendeu sua dissertação de Mestrado no Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), com o título *O Café e a Urbanização no Espírito Santo: Aspectos Econômicos e Demográficos de uma Agricultura Familiar*.

Ao falar do “padrão urbano da economia cafeeira assentada em bases familiares”, objeto da sua pesquisa, Buffon faz “uma reavaliação do percurso econômico e demográfico do Espírito Santo, cobrindo pouco mais de um século de expansão cafeeira – por convenção, o período entre 1850 e 1960” (BUFFON, 1992, p. 3).

Neste resgate histórico Buffon aponta a “especificidade da economia cafeeira capixaba, caracterizada sobretudo pela preponderância da pequena produção e pelo trabalho familiar a ela associado” como fator para explicar o “‘atraso’ do desenvolvimento industrial e urbano do Estado” (BUFFON, 1992, p. 20).

Segundo Buffon,

Tendo como base este tipo de estrutura produtiva o Estado do Espírito Santo não logrou desenvolver uma vigorosa economia primário-exportadora. Sem falar no seu tamanho absoluto, sempre marginal no contexto da produção nacional, a cafeicultura capixaba, por ser estruturada à base da produção familiar, não fomentou a divisão social do trabalho e restringiu o crescimento do mercado, inclusive os de bens de consumo. O débil desenvolvimento das forças produtivas verificado durante a fase primário-exportadora, aliado à fraca dotação de recursos naturais, fez com que o Espírito Santo apresentasse até o início dos anos cinquenta baixa complementaridade ao conjunto da economia nacional, cuja unificação vinha processando-se desde os anos vinte sob o comando da economia paulista, região onde a cafeicultura proporcionou o aprofundamento da divisão social do trabalho e lançou as bases da industrialização brasileira (BUFFON, 1992, p. 21).

Buffon chama a atenção para a resistência desta agricultura cafeeira de pequena escala às quedas dos preços do café. Segundo o autor, a queda dos preços não colocava em risco a “existência dos produtores”, pois “a reprodução da força de trabalho, condição e objeto da produção familiar, não era ameaçada”. Isso porque “o volume da produção e a intensidade do trabalho dos membros da família não resultavam diretamente das sinalizações do mercado, nem da lucratividade esperada dos produtos mercantilizáveis” (BUFFON, 1992, p. 112).

Assim, o que parece preocupante para Buffon é justamente essa “estabilidade” da estrutura produtiva, que, segundo o autor, “denunciava as difíceis condições de vida

e produção, situação na qual o produtor ‘não consegue reter excedente em suas mãos, se não o indispensável à sua reprodução’” (BUFFON, 1992, p.118). Além de não haver concentração de excedentes, acrescenta Buffon, “a fronteira agrícola aberta retardava a constituição do mercado de trabalho” (BUFFON, 1992, p.119).

Além disso, ressalta Buffon, o capital comercial “não subordinou o processo produtivo” e, assim, “ficou extremamente vulnerável às crises, quando o volume dos negócios (exportação + importação) reduzia-se drasticamente, dado o grau de autosuficiência do estabelecimento familiar” (BUFFON, 1992, p. 125).

Assim, segundo Buffon, dada a “importância da pequena produção rural na definição da estrutura e dinâmica apresentadas pela economia capixaba”, uma estrutura que gerava “pouco excedente”, “as possibilidades de diversificação desta economia eram muito remotas” (BUFFON, 1992, p. 134), principalmente se levasse em conta que pela “reduzida dimensão do mercado local” certos produtos tinham que competir no mercado regional, já monopolizado por paulistas e cariocas. Somava-se a esses fatores, ainda, a “inadequação dos meios de transportes”, que, de acordo com Buffon, refletia nos custos da produção elevando-os.

Segundo Buffon a agricultura familiar reproduziu-se “quase intacta até o final dos anos cinquenta”, quando, para alívio do autor, “o esgotamento da fronteira, o esgotamento dos solos e a crise cafeeira nacional” colocaram um “ponto final neste tipo de organização da produção” (BUFFON, 1992, p. 146).

Mas, para Buffon, pode-se considerar a década de 1940 como o “início da transição rumo a economia industrial e urbana” do Espírito Santo. Isso, porque “verifica-se pela primeira vez no Espírito Santo um saldo migratório negativo” que, segundo o autor tem a ver com as “crescentes dificuldades de reprodução da propriedade familiar”, em decorrência do esgotamento da fronteira agrícola nas regiões Sul e Centro, do esgotamento das terras propícias ao café no Norte e também porque “aparecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do Estado” (BUFFON, 1992, p. 192).

Por isso, para Buffon, a “forma” como a “literatura local” encara as décadas de quarenta e cinquenta “obscurece fundamentais questões, internas e externas, que,

simultaneamente, limitavam a expansão cafeeira no Estado e estreitavam os espaços de sobrevivência da produção familiar” (BUFFON, 1992, p. 194). Para Buffon, os “adeptos” dessa “forma de abordagem” “tendem a idealizar as condições de vida e produção vigentes no Estado antes da erradicação dos cafezais e encobrem problemas estruturais inexoráveis já explícitos nos anos cinquenta” (BUFFON, 1992, p. 194). Assim, a erradicação aparece nesses trabalhos como uma “interrupção ‘artificial’, exógena, de uma vida com um quê de paradisíaca [sic], que, se deixada livremente, tenderia a reproduzir-se indefinidamente” (BUFFON, 1992, p. 194).

Assim, para Buffon a “estagnação e a decadência da economia do café”, bem como os “limites” para a “sobrevivência” da agricultura familiar no Espírito Santo “são fenômenos anteriores à erradicação, que vinham delineando-se já no pós-guerra e que assumiram traços mais nítidos na segunda metade dos anos cinquenta, em decorrência da queda dos preços internacionais” (BUFFON, 1992, p. 195).

Nota-se, então, que para Buffon a agricultura familiar entra em “decadência” mesmo antes da erradicação dos cafezais, fato que, para o autor, explica os próprios níveis que a erradicação alcançou no estado. Explica Buffon que “fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional a erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo” (BUFFON, 1992, p. 195). Assim, para Buffon “pode-se dizer que a erradicação acelera drasticamente, confere contornos dramáticos, mas não é capaz de explicar a própria origem da decadência e, conseqüentemente, a própria proporção de pós-erradicados no Espírito Santo” (BUFFON, 1992, p. 196).

Dessa forma, o autor explica que já na década de 1950 podiam-se perceber “limites muito claros” à expansão do café e à sobrevivência da pequena produção familiar. Tratava-se de “fatores endógenos” conjugados a “fatores exógenos”. Assim, para Buffon a erradicação dos cafezais só acelerou a “‘desmontagem’ da economia de pequena produção e a hegemonia da cafeicultura” no estado:

[...] tratava-se de fatores atuantes, alguns endógenos (esgotamento do solo, fechamento da fronteira agrícola e ecológica, presença da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD), outros exógenos (queda dos preços internacionais do café, integração do mercado nacional, avanço da urbanização e o Plano de Metas), que, conjugados haviam posto em marcha um inexorável

processo de transformação da estrutura produtiva, ainda que se tratasse de um processo lento. Não fosse a erradicação dos cafezais, a “desmontagem” da economia de pequena produção e a hegemonia da cafeicultura teriam se prolongado por mais tempo e o esvaziamento do campo, a concentração fundiária, a alteração do padrão urbano e outros fenômenos correlatos, teriam pronunciado-se de forma mais lenta e mais “equilibrada” (BUFFON, 1992, p. 201-202).

Segundo Buffon, alguns trabalhos já haviam “identificado com precisão” a “tendência a estagnação” do café capixaba, mas foram “‘convenientemente’ esquecidos”. Dentre esses trabalhos Buffon cita o Estudo de Desenvolvimento Regional (Espírito Santo) produzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1959¹⁰.

Para Buffon, a importância desse trabalho da CAPES está no fato de que ele aborda “o lado ‘estagnacionista’ da conjuntura dos anos cinquenta”. Segundo Buffon, além de apontar a baixa produtividade do café produzido no Espírito Santo, o referido trabalho também aponta a qualidade do café, assinalando que “era das piores”.

Buffon cita também o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, produzido pelo INED em 1966 a pedido da FINDES. Buffon se surpreende com o documento, pois segundo ele, é um documento elaborado em 1966, mas que apresenta um “elevado grau de compreensão do futuro desempenho da economia local”. Surpreende-se também pelo fato do documento trazer “ainda que embrionariamente, importantíssimas considerações sobre o papel das economias estaduais periféricas no contexto de uma economia nacional integrada” (BUFFON, 1992, p. 208).

E conclui:

Constata-se assim, neste documento, uma clareza meridiana a respeito do futuro da economia do Estado, denunciando as limitadas potencialidades da agricultura e evidenciando focos de dinamismo, que já se encontravam em processo há pelo menos dez anos (BUFFON, 1992, p. 208).

Vale ressaltar, como já visto no capítulo 2, que este documento considerava que as atividades “tradicionais” (café, cacau, açúcar e madeira) “pouco tinham a oferecer num programa de desenvolvimento para o Espírito Santo”, e apontava as atividades ligadas à exportação de minério de ferro como as que apresentavam no final da

¹⁰CAPES. **Estudos de desenvolvimento regional**: Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1959.

década de 1960 “maiores oportunidades de inserção do Espírito Santo na economia nacional”.

Buffon cita ainda o artigo de Bertha Becker e Lysia Bernardes publicado no colóquio de Geografia realizado em Vitória, em 1971¹¹. Para Buffon, a importância do trabalho de Becker e Bernardes está no fato dele, assim como outros trabalhos apresentados na ocasião, diagnosticar “a fundo a problemática da economia do café no Estado”. Tal problemática estava ligada ao fato de que a expansão do café ao norte “deu-se preponderantemente num momento de queda de preços e em terras não tão propícias ao café” (BUFFON, 1992, p. 210).

Por fim, Buffon cita o trabalho de Sinésio Pires Ferreira, pois na interpretação de Buffon, “Ferreira consegue amarrar um conjunto de determinantes, que já produziam nos anos cinquenta um futuro sem maiores possibilidades para a cafeicultura do Estado” (BUFFON, 1992, p. 211), ao apontar que “a produção cafeeira capixaba não cresceu às mesmas taxas da produção brasileira; o rendimento [...] da produção capixaba não acompanhou o da brasileira e as cotações dos cafés capixabas declinaram em relação à dos demais cafés brasileiros” (FERREIRA, 1987, apud BUFFON, 1992, p. 212).

Assim, para Buffon as décadas de 1940 e 1950 “marcam o momento no qual a cafeicultura capixaba inicia a sua fase de esgotamento” (BUFFON, 1992, p. 214). Buffon elenca um “conjunto de elementos” que, segundo ele, eram “capazes de reduzir a importância do Espírito Santo no cenário cafeeiro nacional”, tais como: “produtividade baixa (resultado direto do esgotamento das terras e da elevação média de idade dos cafeeiros), produção estagnada e número de cafeeiros elevando-se a taxas cada vez mais reduzidas” (BUFFON, 1992, p. 219). Por outro lado, Buffon afirma que tais elementos “evidenciavam o esgotamento do potencial dinâmico desta atividade no Estado”, mas a “estagnação desta cultura” não significava o seu “imediato abandono, principalmente em se tratando de uma economia fundada na produção familiar” (BUFFON, 1992, p. 220).

¹¹ COLÓQUIO SOBRE DESIGUALDADES REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO, 1971, Vitória. **Um caso de desigualdade regional do desenvolvimento:** o Estado do Espírito Santo. Vitória: União Geográfica Internacional, 1971.

No entanto, Buffon aponta como “importantes elementos explicativos para a definitiva crise da pequena produção no Estado”, além dos preços e da erradicação, a própria “realidade” da produção familiar que, segundo ele:

[...] marcada pelo esgotamento das terras, pela baixa capacidade de gerar/concentrar excedentes e de absorver tecnologias, situada num contexto nacional caracterizado pela rápida integração dos mercados e pelos acelerados processos de urbanização e industrialização, não poderia ser, no período em exame, tão estável como fizeram sugerir [...] muitos autores capixabas. Pelo contrário, a cafeicultura viveu no pós-guerra o seu auge e o seu momento “derradeiro”, após o quê, na ausência dos programas de erradicação, seguramente entraria num estágio de irreversível estagnação, atenuado momentaneamente por eventuais melhorias de preço (BUFFON, 1992, p. 221-222).

Nota-se que para Buffon a “crise” do final dos anos cinquenta “não é apenas mais uma crise de preços – é a própria crise do modelo, que esgota sua expansão e inicia sua decadência”. Para o autor a queda dos preços na segunda metade dos anos cinquenta “apenas evidencia os estreitos limites de uma certa agricultura e potencializa a sua decadência” (BUFFON, 1992, p. 222).

Como fica claro na exposição de Buffon, para o autor a “crise” de 1960 não foi uma “crise de preços”, mas uma “crise” da agricultura familiar, pois além do esgotamento das terras na década de 1950, essa era uma estrutura que gerava e concentrava poucos excedentes, assim como absorvia poucas tecnologias. E por isso essa estrutura não era “estável”. A situação se agravava, pois esta estrutura estava situada “num contexto nacional caracterizado pela rápida integração dos mercados e pelos acelerados processos de urbanização e industrialização” (BUFFON, 1992, p. 222).

Gabriel Bittencourt (1987) no trabalho *A Formação Econômica do Espírito Santo: o Roteiro da Industrialização* também defende o fato de que a “problemática da cafeicultura” da década de 1960 “precipitou o colapso” da economia cafeeira do Espírito Santo, “demonstrando a crise crônica em que se debatia o setor básico da economia capixaba” (BITTENCOURT, 1987, p. 19).

Mais adiante, ao falar da agricultura no Espírito Santo, o autor coloca que embora não existisse no estado uma estatística que pudesse medir os “coeficientes de sua produtividade”, não havia dúvida de que “eram bastante defasados, face a estrutura econômica da região, onde predominavam métodos e técnicas empíricas de

exploração e preservação da terra”. E acrescenta que a agricultura capixaba “em nada ficava devendo ao desempenho da agricultura do Nordeste brasileiro” (BITTENCOURT, 1987, p. 205).

Diante desse quadro, Bittencourt localiza o Espírito Santo na periferia do espaço econômico brasileiro:

As características econômicas e sociais do Espírito Santo, como no nordeste brasileiro, representam muito bem o outro lado de um crescimento econômico historicamente desigual e desequilibrado. [...] O crescimento da moderna economia industrial e urbana, concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro, e os abalos da economia tradicional de exportação, impôs no espaço nacional uma estrutura polarizada em que o Espírito Santo consolidou uma condição periférica (BITTENCOURT, 1987, p. 205-206).

Mas, explica o autor, a “submersão” da “base econômica” do Espírito Santo, ou seja, da cafeicultura, e “o estabelecimento de novos tipos de relações com os centros mais dinâmicos do país”, vão traduzir-se em uma “crise econômica” e, ao mesmo tempo, em uma “tendência à diversificação da produção e de reorganização do espaço capixaba” (BITTENCOURT, 1987, p. 206).

Sobre a “submersão” da cafeicultura, Bittencourt explica que no sul do estado “os cafezais das áreas mais antigas” já haviam sido substituídos por pastagens, onde foi implantada uma pecuária leiteira. Na área central do Estado, que foi ocupada por núcleos coloniais de imigrantes, a lavoura cafeeira perdurou mesmo em “bases antieconômicas”. No norte, nos afluentes do vale do Rio Doce, do Santa Joana e Guandu, as “terras quentes e relativamente secas, onde é mais rápido o esgotamento dos cafezais”, não impediu que boa parte do espaço se organizasse com base na lavoura cafeeira. No entanto, no extremo norte-nordeste do estado o café encontrou o seu “limite ecológico”, ou seja, “grandes extensões florestais e solos pouco férteis”. Assim, “à atividade madeireira em crescimento, veio se juntar, nas décadas de 1950/1960, a criação extensiva de bovinos para corte, em grandes propriedades, com mão-de-obra das lavouras da própria área onde já se assinalava a decadência dos cafezais” (BITTENCOURT, 1987, p. 206-207).

Como resultado “a crise econômica em que se debatia a economia cafeeira do Estado encontrou nos programas de erradicação de cafezais uma solução drástica”, quando foram liberados pelo IBC-GERCA cerca de 170.000 ha plantados de café,

“visando a imperativa necessidade de diversificação da base agrícola” (BITTENCOURT, 1987, p. 208).

Além disso, explica Bittencourt, como os fazendeiros e colonos quase sempre aplicaram seus recursos na pecuária bovina, “isso trouxe alterações importantes ao Estado como um todo”, pois “a retração das atividades tradicionais ocasionou a estagnação e mesmo a decadência de grande parte dos municípios capixabas” (BITTENCOURT, 1987, p. 208).

Assim, “quando a queda contínua nos preços do café desativou a dinâmica da cafeicultura gerando a política de erradicação [...] a economia capixaba esteve se debatendo ao encontro de uma solução para sua recuperação econômica” (BITTENCOURT, 1987, p. 208).

Nota-se que, para Bittencourt, os problemas na agricultura do Espírito Santo são anteriores à erradicação, pois o estado esteve por muito tempo dependente apenas do café. Além disso, a situação se agravava, pois os fazendeiros e colonos quase sempre aplicavam seus recursos na pecuária bovina, o que retraía as atividades tradicionais, ocasionando a “estagnação” e a “decadência” de municípios.

Segundo Bittencourt, “desde o século passado, a excessiva dependência da economia local de um único produto [...] criava situações de depressão nos períodos em que os preços externos declinavam”. Assim, “a partir do início do século, quando começou a aflorar a problemática da super-oferta da produção, havia sempre um alto grau de apreensão, e o crescimento da economia se fazia a passos oscilantes, às vezes até mesmo de retrocesso, sem que fossem, contudo, alteradas as estruturas” (BITTENCOURT, 1987, p. 209).

Dessa forma, “com a decadência da economia cafeeira, a economia estadual estava aniquilada”. Explica Bittencourt que “para a elite local, a saída estratégica para a infra-estrutura não parecia outra senão a industrialização”. E, como o Espírito Santo “estava incrustado entre pólos industriais consolidados como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, não havia, conseqüentemente, que confiar somente nas forças do empresariado local ou mesmo externo para investir nesta área periférica sem um arcabouço institucional que a protegesse”. Por outro lado, explica

Bittencourt, “a ‘inchação’ da Grande Vitória, sem infra-estrutura urbana adequada, resultou na intensificação de favelas e inúmeros outros problemas sociais, oriundos da baixa renda do pessoal subempregado e desqualificado, situando a renda per capita regional em torno de pouco mais da metade da renda per capita nacional”, situação que “exigia medidas decisivas dos poderes públicos” (BITTENCOURT, 1987, p. 209).

Assim, “nessa caótica situação capixaba, cuja renda interna atingia tão somente a 1,1% da do país, surge o decreto-lei n.º 880, relativo a incentivos fiscais e os ‘Grandes Projetos de Impacto’” (BITTENCOURT, 1987, p. 209).

Bittencourt chama a atenção para o papel do Estado nesse momento de processo de industrialização:

O que desejamos ressaltar aqui, porém, é o ressurgimento do Estado como condição decisiva do processo de industrialização local, como se um movimento cíclico abatesse o Espírito Santo de tempo em tempo, como se uma repetição do período Jerônimo Monteiro. O Estado, como fornecedor de capital social básico, passou a transferir recursos públicos para o setor privado objetivando subsidiar a industrialização via incentivos fiscais e legislação correlata (BITTENCOURT, 1987, p. 210).

Assim, “para a concretização da reestruturação da economia capixaba”, além da criação de alguns “órgãos de atuação”, o Estado destinou “outros recursos” para a “formação da infra-estrutura” necessária ao surgimento de “outras indústrias não tradicionais” (BITTENCOURT, 1987, p. 210).

Já a agricultura, explica o autor, “sofreu grande impacto”, pois durante muito tempo “baseou-se, principalmente, no café”, que “não foi compensado por uma diversificação agrícola substitutiva, defrontando-se o Espírito Santo com graves problemas”. Assim, “com a retração do setor primário houve uma aceleração da urbanização, fruto, sobretudo, de um processo migratório campo/cidade, refletindo na atual estrutura de aglomeração da Grande Vitória” (BITTENCOURT, 1987, p. 234).

Na interpretação de Bittencourt “esses antecedentes sensibilizaram os governos estadual e federal, levando a efeito a institucionalização de um sistema de incentivos fiscais, a exemplo do concedido ao nordeste brasileiro, fomentando o surgimento de novas alternativas econômicas e apoio ao incipiente parque industrial local”. Desde

então, “o mecanismo de incentivos passa a constituir o sustentáculo da política de industrialização, encetando ao setor industrial o papel dinâmico da economia estadual” (BITTENCOURT, 1987, p. 234).

Nota-se que Bittencourt também interpreta a industrialização comandada pelo Estado nesse momento como uma “alternativa econômica” ao Espírito Santo, pois com a erradicação o estado havia sofrido grande “impacto”.

Em 1990, Hildo Meirelles de Souza Filho defendeu sua dissertação de Mestrado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com o título *A Modernização Violenta: Principais Transformações na Agropecuária Capixaba*.

Neste trabalho Souza Filho propôs estudar “as especificidades da modernização agrícola no Espírito Santo”. Para tal, o autor parte da análise de alguns “elementos históricos” que, segundo ele “serviram de fundamento para as transformações desencadeadas a partir da década de 60” na agricultura capixaba. São eles: a constituição da economia cafeeira “baseada na pequena propriedade”, a “resistência” às tentativas de industrialização e às crises, a “integração” ao mercado nacional e a erradicação dos cafezais (SOUZA FILHO, 1990, p. 3-4).

Ao falar da constituição da economia cafeeira, Souza Filho reafirma os discursos da invisibilidade e do atraso presentes nos documentos produzidos no Espírito Santo na década de 1960. Segundo o autor, o interior capixaba era “um vazio demográfico” e a atividade canavieira do estado “mesclava-se com uma pobre agricultura de subsistência, onde as pequenas propriedades retinham ainda o caráter de auto-suficiência”. Segundo o autor, cultivava-se, além da cana, algodão, feijão, café, milho e legumes (SOUZA FILHO, 1990, p. 8). Mais adiante Souza Filho reforça o discurso da invisibilidade, ao citar que em 1888, apenas 15% das terras do Estado haviam sido apropriadas e 85% constituíam-se de terras devolutas de propriedade do Estado, e “enquanto a região sul era ocupada pelo café e por uma agricultura canavieira em crise, as regiões central e norte, excetuando-se a capital e o povoado de São Mateus, constituíam-se imenso vazio territorial” (SOUZA FILHO, 1990, p. 16-17).

Foi nesse contexto que a “ação do Estado” dirigiu a “ocupação do território vazio”, por meio das políticas de imigração, e, assim, “consolidou-se, no Espírito Santo, uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade” (SOUZA FILHO, 1990, p. 25), que por não constituir um mercado de trabalho e ser auto-suficiente impediu o “crescimento do mercado interno e uma maior divisão social do trabalho”. Além disso, o “baixo potencial de acumulação” das unidades familiares implicava em “precárias condições de produção e reduzida capacidade de absorção tecnológica” (SOUZA FILHO, 1990, p. 29). Dessa forma, a estrutura fundiária de pequena propriedade revelou-se uma “barreira” a industrialização, pois “a ausência de um mercado de trabalho tornava problemática a contratação de operários para as plantas industriais e impedia o plantio das matérias-primas (cana-de-açúcar e algodão), em bases capitalistas” (SOUZA FILHO, 1990, p. 31). E como agravante, a pequena unidade familiar “resistiu às crises de preços e solidificou uma estrutura incapaz de gerar mercados de consumo e de trabalho, impondo resistência ao surgimento de indústrias e à própria transformação tecnológica na agricultura” (SOUZA FILHO, 1990, p. 38).

A ausência de técnicas ainda era “revelador” da “precariedade” da cafeicultura capixaba em relação à cafeicultura nacional, resultando em cafeeiros com “vida mais curta”, de “baixa produtividade” e de “qualidade inferior” (SOUZA FILHO, 1990, p. 38).

Nota-se que para Souza Filho a agricultura familiar é identificada como o grande empecilho para a industrialização do estado.

Segundo o autor, no final da década de 1930 o café representava 70% das exportações e o seguiam em importância a madeira, o milho, o cacau, o feijão, o arroz, as aves, o gado vacum e, em menor escala, mas ampliando-se, o açúcar. Esses produtos eram exportados para o Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Para o exterior iam o café, o cacau e uma parcela de madeira. Entre o início da Segunda Guerra Mundial e o final da década de 1950 a produção de arroz, cacau, feijão, mandioca dobrou. Mas, explica Souza Filho que “embora tenha ocorrido expansão na produção de alimentos, os dados sugerem que a produtividade da terra não se elevou

expressivamente (exceto para a mandioca), chegando mesmo a cair para algumas lavouras”, como o milho (1,02 t/ha no triênio 1939/41 para 0,90 t/ha no triênio 1957/59) e o feijão (0,88 t/ha no triênio 1939/41 para 0,64 t/ha no triênio 1957/59). Outro fator a observar, segundo Souza Filho, é que o “crescimento da área colhida com alimentos não pode ser considerado fenomenal, quando se tem em conta que a população estadual aumentou de 696.107 habitantes para 1.177.132” entre 1940 e 1960.

Nota-se que Souza Filho se apega as idéias malthusianas e explica de forma simplista que a produção de alimentos no Espírito Santo não iria conseguir acompanhar o crescimento da população do estado, o que era, inclusive, um indicativo da baixa produtividade das lavouras do estado.

Diante da capacidade de “resistência” da agricultura familiar às “crises” e as tentativas de industrialização, foi somente com “crise” de 1960 e da “força dos mecanismos implementados com objetivo de superá-la, que tiveram início, no Espírito Santo, profundas alterações em sua estrutura agrária” (SOUZA FILHO, 1990, p. 62), resultando numa “intensa modernização” da agricultura capixaba na década de 1970 (SOUZA FILHO, 1990, p. 79). Só assim “foi possível a integração da agricultura com a indústria”, o que revelou não só o aproveitamento dos produtos agropecuários locais, mas também os dos produzidos em outras regiões do país, “caracterizando sua completa inserção em um mercado nacional” (SOUZA FILHO, 1990, p. 79).

Segundo Souza Filho, além do crédito rural subsidiado, “o projeto modernizante” da agricultura capixaba veio acompanhado por uma série de programas do governo federal: o Programa para a Recuperação da Lavoura Cacaueira (PROCACAU), o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), o Programa Nacional de Recuperação e Aproveitamento de Várzeas (PROVÁRZEAS), os Planos de Renovação e Revigoramento dos cafezais e os incentivos fiscais para o “reflorestamento”, que culminou na implantação da Aracruz Celulose (SOUZA FILHO, 1990, p. 80).

Assim, ao analisar “indicadores da modernização” no espaço rural capixaba, a partir de alguns aspectos – base técnica, emprego e relações de trabalho e complexos agroindustriais – Souza Filho observou que na segunda metade da década de 1970

houve crescimento das despesas, tanto por área explorada como por pessoa ocupada na agricultura, o que revela, respectivamente, uma “elevação dos gastos com insumos produzidos pela indústria” e “aumento da produtividade do trabalho” (SOUZA FILHO, 1990, p. 131-133). Observou também que o uso de tratores elevou os indicadores de mecanização do Espírito Santo a taxas superiores as verificadas na maioria dos estados brasileiros. Em relação à utilização de insumos químicos, Souza Filho constatou que houve aumento no uso de fertilizantes e defensivos, especialmente na segunda metade da década de 1970, chegando, em 1980, a valores comparáveis aos dos estados “mais adiantados”, o que comprovava “o ritmo acelerado da modernização” da agricultura capixaba (SOUZA FILHO, 1990, p. 137). Sobre as relações de trabalho, a mão-de-obra reduziu-se de 60,3% para 47,3% durante a década de 1970, ao mesmo tempo em que os empregados permanentes e temporários aumentaram sua participação de 19,6% para 33,2%. A região Serrana apresentou a maior incidência do trabalho familiar, já a participação de empregados permanentes e temporários foi crescente em todas as regiões. Também, observou que houve uma ampliação e diversificação da agroindústria, pois cresceram as atividades ligadas à pecuária bovina de corte e de leite, à suinocultura, à avicultura, à silvicultura e à lavoura canavieira. Além disso, “a partir da conformação de um perfil de consumo, ditado pelo processo de urbanização e concentração da renda, ampliaram-se a pauta e a exigência de produtos mais elaborados” (SOUZA FILHO, 1990, p. 150). Também se pôde observar a instalação de segmentos da “indústria para a agricultura”.

Como “resultados da modernização”, Souza Filho aponta a concentração fundiária acelerada a partir da década de 1960, verificada, principalmente, no norte do estado, onde surgiram grandes propriedades voltadas para a pecuária de corte e para o “reflorestamento”. Além disso, pôde-se observar um rápido crescimento da produtividade do trabalho entre 1970 e 1980 em todo o estado, mas algumas regiões apresentaram um crescimento mais significativo, como a região do Alto São Mateus e do Litoral Sul.

A partir desses indicadores, Souza Filho conclui que “a erradicação dos cafezais na década de 60 marcou o fim de um modelo não empresarial baseado na pequena propriedade”, pois “destruiu a antiga agricultura cafeeira de subsistência”. A partir

daí teve início uma nova fase da agropecuária capixaba, que representou a “montagem de uma nova estrutura, baseada em padrões tecnológicos mais avançados, administração empresarial das atividades e ampliação das relações de trabalho, típicas do regime capitalista de produção”. Graças ao programa de crédito assistido para a pecuária, ao Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras e aos incentivos fiscais “ampliou-se uma atividade criatória, submetida à lógica do lucro; implantaram-se agroindústrias, infra-estrutura e projetos de reflorestamento”. O estado estava diante de “um ritmo veloz de modernização”. Por isso, a erradicação dos cafezais “representou o marco histórico mais importante para a agropecuária capixaba, pois destruiu uma estrutura apenas parcialmente integrada aos mercados e extremamente resistente às crises e às políticas governamentais (agrícolas ou industriais)” (SOUZA FILHO, 1990, p. 176-177).

Nota-se que Souza Filho define a agricultura capixaba como moderna ou não a partir do seu grau de tecnificação e intensificação. Foi esse o critério utilizado pelo autor para definir a agricultura familiar como “precária”, “rudimentar”, de “subsistência”, pois era caracterizada pela “ausência de progresso técnico”. Só quando essa estrutura passou por “profundas alterações”, quais sejam “elevação dos gastos com insumos químicos” (fertilizantes e defensivos), “aumento da produtividade do trabalho”, elevação do “uso de tratores”, “ampliação e diversificação da agroindústria”, pôde-se observar uma “intensa modernização” da agricultura capixaba. Como podemos constatar o autor reproduz em suas análises o discurso tecnicista presente nos documentos produzidos na década de 1960 no Espírito Santo, onde o futuro da agricultura capixaba deveria ser orientado por uma nova racionalidade.

Em 1998 Helder Gomes defendeu sua dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo com o título *Potencial e Limites às Políticas Regionais de Desenvolvimento no Estado do Espírito Santo: o Apego às Formas Tradicionais de Intermediação de Interesses*. Ao “explicitar o processo histórico de construção da forma tradicional de intermediação de interesses no Estado do Espírito Santo” (GOMES, 1998, p. 12), o autor parte do entendimento de que o Espírito Santo constitui “uma região, integrada de forma extremamente atrasada no desenvolvimento da industrialização tardia no Brasil, o

que lhe confere uma condição subordinada na dinâmica de interdependência regional da economia brasileira” (GOMES, 1998, p. 22).

Gomes explica que sobre a “condição subordinada” do Espírito Santo cabem duas observações. Uma delas “refere-se a forma que assume a intervenção pública local”, a qual está “reduzida aos limites impostos pelo federalismo brasileiro” e “ainda é determinada pelo poder de influência das representações de interesses regionais relativo ao eixo espacial da dinâmica econômica”. A outra está relacionada “às articulações políticas, ideológicas e institucionais de nível local que, mesmo orientadas por uma dinâmica nacional, foram assumindo formas específicas de manifestação”, uma vez que “a região capixaba foi sendo marcada por um processo histórico muito moroso, extremamente defasado, de desenvolvimento das forças produtivas rumo às relações capitalistas e à urbanização” (GOMES, 1998, p. 22-23).

Gomes reconhece que a forma de intermediação experimentada até então no estado privilegiava “o acesso de apenas um grupo bastante seleto de representações de interesses à arena de decisões” (GOMES, 1998, p.23), ou seja, “as representações de alguns pequenos proprietários, e principalmente dos trabalhadores, atuaram marginalmente e, portanto, pouco puderam garantir às suas bases” (GOMES, 1998, p.27).

Nota-se que Gomes, embora reproduza a tese do atraso presente no discurso desenvolvimentista dos planos e estudos produzidos na década de 1960, reconhece que a agricultura familiar não tinha expressão política no estado nesse período. No entanto, o autor volta a reafirmar a tese do atraso em vários momentos no texto.

Gomes parte de uma “contextualização histórica”, pois para ele “o desenvolvimento industrial incompleto e segmentado na região do Espírito Santo não pode ser considerado isoladamente”, ou seja, “a forma de organização das atividades econômicas na região capixaba, deve ser compreendida como uma manifestação local das mutações estruturais da economia brasileira, provocadas pelo avanço do movimento de internacionalização do capital” e, também, “no contexto das alterações na divisão internacional do trabalho e nos padrões de produção e consumo, ocorridos mundialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial” (GOMES, 1998, p. 28).

Assim, o autor discute “elementos do movimento do capital na virada para os anos 60” para explicar a “adequação da economia brasileira à nova divisão internacional do trabalho”, que culminou na “montagem de um moderno aparelho central de Estado” e na “substituição de uma abordagem liberal por uma ação mais intervencionista” (GOMES, 1998, p. 30-31).

Gomes explica que “as intervenções públicas no sentido de políticas de industrialização começam a se manifestar mais ativamente a partir da década de 50”, e que o governo federal atinge o seu auge de intervenção “embalado pela noção cepalina de que a saída do atraso das economias periféricas estava no crescimento e na diversificação da produção industrial” (GOMES, 1998, p. 32). Assim, “a preocupação com as desigualdades regionais” já estava presente desde o Plano de Metas e os investimentos com infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicação promovidos a partir desse momento pelo governo federal “potencializavam mecanismos de integração inter-regional, o que em certa medida criava as bases para a instalação de unidades industriais nas regiões ainda não integradas” (GOMES, 1998, p. 33).

Gomes explica que foi nesse cenário que começaram a surgir “reações industrializantes de grupos de interesse” no Espírito Santo “em plena crise da monocultura cafeeira capixaba”. Assim:

Da perspectiva política ideológica, o modelo autoritário e corporativo de intermediação de interesses, em plena consolidação em nível nacional, marcava a oportunidade de que os grupos de interesse dominantes locais avançassem na cooptação dos demais segmentos sociais capixabas para seu projeto de industrialização da Grande Vitória (GOMES, 1998, p. 33).

Aqui parece que Gomes vai discutir a inserção da ideologia desenvolvimentista no estado, a partir das articulações políticas que vão buscar para o Espírito Santo o padrão industrial difundido no Brasil naquele momento. No entanto, ao fazer isso o autor demonstra compartilhar das idéias fortes que marcaram a inserção do desenvolvimentismo no Espírito Santo.

Para Gomes “tanto o movimento do capital nesse período, como a crescente percepção das limitações da monocultura cafeeira capixaba, apresentavam oportunidades de investimentos industriais, mas, sua realização encontrava entraves

de diversas origens” (GOMES, 1998, p. 34). Segundo o autor, um desses entraves estava na “estrutura econômica” do período, pois “para as perspectivas capitalistas, o modelo resultante do atrasado processo de colonização capixaba estava assentado em bases bastante precárias”, cuja “principal característica da região eram as relações produtivas de base familiar, com insignificantes manifestações de trabalho assalariado”. Além disso, as unidades familiares eram “todas auto-suficientes, pois a cultura de subsistência atendia razoavelmente a um padrão de consumo ainda bastante rudimentar”. Dessa forma, Gomes conclui que “as pré-condições para a formação e o desenvolvimento de um mercado interno diversificado estavam, assim, cerceadas” (GOMES, 1998, p. 34).

Além disso, “a monocultura cafeeira voltada para o mercado externo era produzida em regime de baixa produtividade e de reduzida qualidade” e “grande parte do excedente gerado pelo café era apropriado pelo grande capital comercial”, controlado pelas agências de comércio sediadas no Rio de Janeiro (GOMES, 1998, p. 34). Para Gomes “tudo isso impedia um processo intensivo de acumulação interna de capital, contrariando as tendências de generalização das relações mercantis capitalistas em andamento naquele momento a partir das regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro” (GOMES, 1998, p. 34). Ainda, o café capixaba era marcado “pela ausência de técnicas modernas de cultivo, o que provocava “um esgotamento precoce da fertilidade do solo” (GOMES, 1998, p. 35). Por isso, explica o autor, “vários movimentos combinados, interna e externamente”, tinham forçado a “superação do modelo cafeeiro capixaba”, mas, no entanto, não apresentaram condições satisfatórias “necessárias a um processo de industrialização urbana em grande escala” (GOMES, 1998, p. 35).

Para Gomes o que parecia ser uma perspectiva otimista, era o fato de que no final da década de 1950 “foram crescendo e se diversificando novas atividades geradoras de empregos assalariados, acelerando a comercialização urbana”, como as operações portuárias, as atividades de beneficiamento de café e de alguns produtos agropecuários, as atividades ligas à metalurgia, à produção de cimento e ao beneficiamento de pedras decorativas. No entanto, ressalta o autor que até o final da década de 1950 “cerca de 72% da população capixaba ainda estava na área rural, sob os reflexos de mais uma crise da monocultura cafeeira”. Assim, “a carência de

energia elétrica e de outros elementos infra-estruturais, associada à baixa perspectiva empresarial dos pequenos proprietários e comerciantes ligados às relações familiares tradicionais, dificultavam os investimentos industriais” (GOMES, 1998, p. 37).

Dessa forma, coloca o autor que somente na segunda metade da década de 1960 “várias condições propiciaram um primeiro processo de crescimento da produção industrial na região capixaba”, como a internacionalização do capital, a aceleração dos investimentos privados em nível nacional, a acelerada urbanização nas grandes cidades do Sudeste Brasileiro, os investimentos diretos da União, a criação de importantes incentivos fiscais, a montagem de estruturas institucionais locais e a segunda fase do processo de erradicação que resultou na transferência de recursos monetários para a indenização de alguns proprietários e forçou a “formação de um mercado de trabalho urbano, ao expulsar mais uma leva de trabalhadores para as cidades, principalmente, para a Grande Vitória” (GOMES, 1998, p. 53). No entanto, argumenta Gomes que essas condições:

[...] não eram suficientes para o desenvolvimento local de produção de bens de consumo duráveis e de alguns bens de capital como ocorria nos grandes centros. O beneficiamento de produtos primários se restringia a poucos produtos que exigiam baixa densidade tecnológica. No momento em que foram exigidas as forças produtivas, necessárias ao salto de qualidade requerido, rumo ao desenvolvimento industrial capixaba, estas não estavam presentes. Mais uma vez se manifestavam as precárias condições resultantes das formas de organização produtiva baseada na empresa familiar, distantes das exigências da produção capitalista, principalmente, no que tange a qualificação empresarial e também dos trabalhadores, como era exigida. Tanto estava ausente nos proprietários e comerciantes locais uma capacidade empreendedora mínima adequada, como também não se apresentou a força de trabalho minimamente qualificada para a produção industrial capitalista em larga escala. Apesar de algum esforço local no sentido da construção de centros de pesquisa e de qualificação profissional, estes se mostravam totalmente desarticulados, sem a amarração de uma política de desenvolvimento de caráter mais abrangente. Tudo isso, colocava em evidência o estágio bastante atrasado do desenvolvimento das forças produtivas locais, se comparado ao das demais regiões do Sudeste Brasileiro e considerando as exigências da concorrência intercapitalistas (GOMES, 1998, p. 54-55).

Aqui fica claro que Gomes compartilha da tese do atraso, ao identificar na agricultura familiar o grande empecilho para o processo de industrialização do estado, pois era uma agricultura assentada em “bases bastante precárias”, com “insignificantes manifestações de trabalho assalariado”, “auto-suficiente”, com “um padrão de consumo ainda bastante rudimentar”, “produzida em regime de baixa produtividade e

de reduzida qualidade”, marcada “pela ausência de técnicas modernas de cultivo”, “baixa perspectiva empresarial dos pequenos proprietários e comerciantes ligados às relações familiares tradicionais” e sem “capacidade empreendedora mínima adequada” e nem “força de trabalho minimamente qualificada para a produção industrial capitalista em larga escala”. Por outro lado, Gomes reconhece que “grande parte do excedente gerado pelo café era apropriado pelo grande capital comercial”, controlado pelas agências de comércio sediadas no Rio de Janeiro. Mas mesmo assim, aponta a agricultura familiar como o grande empecilho à acumulação interna de capital e, conseqüentemente, ao investimento industrial.

Em 2001, Maria da Penha Smarzaró Siqueira publicou o livro *Industrialização e Empobrecimento Urbano*, onde a autora apresenta os resultados de sua pesquisa de doutorado defendida em 1991 na Universidade de São Paulo (USP).

Siqueira propõe discutir as “transformações ocorridas na estrutura econômica capixaba” na década de 60 e as “implicações sociais desse processo”. Explica a autora que na década de 1960 “a sociedade capixaba passou a estruturar-se em um novo contexto socioeconômico” (SIQUEIRA, 2001, p. 20).

Logo no início do seu trabalho, Siqueira distingue o Espírito Santo como um estado com “tendências de região subdesenvolvida”, pois, embora situado na região sudeste, não acompanhou o “dinamismo dessa região” por causa das suas “próprias características socioeconômicas”. Explica a autora que o “isolamento” em que o Estado estava colocado e a “ausência de infra-estrutura disponível” não propiciavam condições de crescimento ao Espírito Santo. Além disso, “a economia era estagnada e seus índices de evolução eram pequenos em relação às médias do país” (SIQUEIRA, 2001, p. 36).

Assim, baseando-se no trabalho *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo*, produzido pelo Serviço Social Rural a pedido da FINDES em 1962, e no trabalho *Aspectos da Economia do Estado do Espírito Santo*, produzido pela CODES em 1966, Siqueira aponta uma série de razões que, na sua interpretação, explica a “questão de inferioridade socioeconômica em que permanecia o Estado” (SIQUEIRA, 2001, p. 38). Uma delas é o fato de o Espírito Santo ter ficado por fora das políticas regionais empreendidas pelo Governo Federal.

Sendo assim, “dificilmente o Espírito Santo poderia alcançar os níveis de progresso dos demais estados da região centro-sul” (SIQUEIRA, 2001, p. 37).

Outra razão diz respeito à renda interna do Espírito Santo, que segundo a autora, comparada com as de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia deixava clara a “situação inferior do Espírito Santo” e provava que os “recursos disponíveis para a capitalização do Estado eram muito limitados”. Isso porque a “base agrária, que caracterizava a economia capixaba, não permitia ampliar os limites excessivos que persistiam na tributação estadual”. Explica a autora que o Espírito Santo “dependia da economia cafeeira”, a qual era “geradora predominante da renda estadual”, e como “o grau de industrialização era insignificante” e “intimamente ligado à transformação de produtos primários”, essa situação “limitava as perspectivas de recursos tributários do governo local, limitando também sua ação investidora” (SIQUEIRA, 2001, p. 37-38).

Por último, Siqueira aponta a “transferência de renda” para explicar a “estagnação da economia capixaba” (SIQUEIRA, 2001, p. 38).

Nota-se que Siqueira aponta, além do fato do Espírito Santo não participar das políticas regionais do Governo Federal, a “base agrária” e a “transferência de renda” como fenômenos para explicar a “inferioridade socioeconômica” do Espírito Santo. Porém, mais adiante a autora explica que o Espírito Santo estava incluído na região “considerada subdesenvolvida no quadro de desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro”, porque enquanto no Brasil no final da década de 1950 as “relações de produção capitalistas” já eram “predominantes”, o Espírito Santo, “embora inserido na região sudeste e articulado com o bloco cafeeiro que comandava as articulações capitalistas em nível nacional”, continuava com “relações de produção de predomínio familiar, desenvolvidas em pequenas propriedades”. (SIQUEIRA, 2001, p. 39).

Observa-se que Siqueira identifica na “base agrária” de produção familiar a causa do “subdesenvolvimento” do estado. Assim, para ela “a segunda metade dos anos 50 é determinante para a posterior mudança econômica do Estado”, pois “a base econômica estadual inicia processos de desestruturação, em função da queda dos preços do café em âmbito nacional e internacional”. Além disso, acrescenta Siqueira,

como conseqüência do Plano de Metas, o “novo ciclo de expansão” que se inicia causou “impactos positivos no setor industrial capixaba”, pois incentivou tanto a indústria siderúrgica como a de cimentos no estado.

No entanto, o poder estadual ainda “permanecia num pingue-pongue entre o setor mercantil-exportador e o setor agromercantil” (SIQUEIRA, 2001, p. 43). Mas em 1958 a burguesia agromercantil voltou ao poder com Carlos Lindenberg e “o descompasso socioeconômico capixaba em relação aos centros dinâmicos do país” permaneceu “sobre as mesmas relações de trabalho”, ou seja, “mão-de-obra familiar e pequenas propriedades”. Isso porque, “apesar da consciência quanto ao atraso industrial do Estado, e de entender que a industrialização era necessária e urgente”, para Lindenberg “o campo era prioritário porque era o setor que ainda determinava a vida econômica do Espírito Santo” (SIQUEIRA, 2001, p. 44).

Assim, “só nos anos 60, quando a economia passa por uma intensa transformação, provocando mudanças radicais no quadro socioeconômico estadual” esse quadro vai ser alterado. Nesse período a “crise do café” afetou “profundamente” a economia do Estado. Assim, no plano político “a ação do governo estadual” assumiu “novas características”, pois o Estado passou “a atuar como agente condutor do processo de industrialização e fornecedor do capital básico para viabilizar tal processo”. Dessa forma, “traçando suas ações a partir de diretrizes do Governo Federal, o Governo Estadual consegue apoio para a montagem da infra-estrutura necessária, e viabiliza o processo de mobilização de poupanças nacionais e estrangeiras”. Assim, o Espírito Santo “começou a ser lançado na era industrial” (SIQUEIRA, 2001, p. 45) e foi “finalmente incluído como área de atenção, alocando recursos para dinamização econômica do Estado” (SIQUEIRA, 2001, p. 46).

Segundo Siqueira, a política de erradicação dos cafezais modificou “tanto os efeitos da crise como a própria estrutura produtiva da economia do Espírito Santo”, uma vez que o Espírito Santo foi o estado que teve um número proporcionalmente maior de pés erradicados, pois a cafeicultura capixaba apresentava “baixo nível de produtividade” e era em sua maior parte “antieconômica”, ou seja, “a quase inexistente aplicação de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento do produto e a pequena capitalização” levava a cafeicultura capixaba obter “baixos níveis de

produtividade e tipos baixos de café, que não eram muito próprios à exportação” (SIQUEIRA, 2001, p. 52). Por isso, “a posição da cafeicultura capixaba em relação à cafeicultura nacional era nitidamente desfavorável, em termos de qualidade, produtividade e preços obtidos na comercialização” (SIQUEIRA, 2001, p. 53).

Para Siqueira, levando em consideração esses aspectos “seria natural o Espírito Santo sofrer uma erradicação em maiores proporções, uma vez que a política visava exatamente erradicar os cafezais considerados antieconômicos”. Mas, para a autora “após uma maior reflexão sobre a questão” podia se observar que a “erradicação e indenização’ dos velhos cafezais improdutivos não verificou primeiro a maneira como se achavam organizadas [as] comunidades rurais, em termos da cultura do café”. Assim, “sem um estudo prévio da estrutura agrária nas comunidades rurais, a medida de erradicação pareceu ‘salvadora’ para muitos agricultores endividados”, pois “a venda dos velhos cafezais arrancados foi um meio de liquidar as dívidas e criou perspectivas de novos investimentos”. Mas esse processo “criou também uma crise social de grandes proporções, que se expressou diretamente na substancial redução da renda e do emprego”. (SIQUEIRA, 2001, p. 53).

Esse processo teve “conseqüências graves” para o Espírito Santo, pois a agricultura capixaba era “pouco capitalizada”, uma vez que era “fundamentada na pequena produção familiar”, o que era “fator relevante para maior entendimento da crise socioeconômica provocada pelo plano de erradicação” (SIQUEIRA, 2001, p. 53). Assim, Siqueira reconhece que “os efeitos do plano foram mais sensíveis entre os pequenos e médios agricultores do que entre os grandes”. Mas a autora explica que isso se deu, pois as terras “em declínio” dos pequenos e médios cafeicultores, “face ao nível de sua experiência tecnológica, já não lhes podia fornecer os recursos monetários indispensáveis para enfrentar a inflação que se abateu sobre o país, pegando-os desprevenidos para as novas formas de ajustamento que foram obrigados a realizar, para sobreviverem na área rural” (SIQUEIRA, 2001, p. 54).

Esse fato se agravou tendo em vista que “nas regiões onde predominava a pequena produção familiar, tornou-se mais expressiva a substituição do café pela pecuária”, como é o caso do Espírito Santo, onde “as pastagens/pecuária passaram a ocupar 70% da área liberada no Espírito Santo” (SIQUEIRA, 2001, p. 54).

Para Siqueira a análise das atividades agrícolas que se expandiram após a “crise da cafeicultura” no Espírito Santo requer “uma análise mais profunda”, pois “o período que marca a fase da política de erradicação, trazendo a desestruturação da economia estadual, vai formar também os pré-requisitos suficientes para a mudança do caráter da economia regional”. A autora explica que “o processo de mudança das atividades rurais não foi um fato isolado na economia nacional, e sim o início de um processo de racionalização capitalista na agricultura gerando o complexo agroindustrial e o posterior desenvolvimento de uma indústria urbana em cidades consideradas periféricas” (SIQUEIRA, 2001, p. 54).

Assim, esse processo, iniciado com um programa de erradicação, ao mesmo tempo em que “desestruturou a economia capixaba”, também “ajudou a promover recursos diretos na economia, através da indenização dos cafezais erradicados, e, indiretos, por meio do Programa de Diversificação Econômica das regiões cafeeiras”. Assim, ocorreu no Espírito Santo o “incremento dos projetos agroindustriais, principalmente os relacionados às indústrias de madeira e de produtos alimentares (café, cana-de-açúcar e carne)” (SIQUEIRA, 2001, p. 56).

Além da agroindústria, esse período vai ser marcado por uma expansão industrial “comandada por pequenos capitais locais e favorecida pelos incentivos fiscais”. Assim, “através da ação conjugada dos Governos Estadual e Federal, o Espírito Santo moderniza-se” e se instalam no estado vários projetos industriais de grande porte, conhecidos como “grandes projetos de impacto”. Esses projetos industriais “caracterizaram o setor industrial moderno, que despontou fortemente concentrado nos setores siderúrgico, paraquímico, turístico e portuário” e, assim, “o Governo Estadual viabilizou a execução do processo de modernização capitalista do Espírito Santo” (SIQUEIRA, 2001, p. 58).

Ressalta a autora que essa fase foi financiada pelo “grande capital privado”, nacional e estrangeiro, e que nesse período “se dá a entrada do capital agroindustrial, através do plantio de eucalipto e de cana” (SIQUEIRA, 2001, p. 59).

Para Siqueira “esse processo é de grande importância na história econômica do Espírito Santo”, pois modificou “as relações de trabalho na agricultura, ou seja: passa-se do predomínio da mão-de-obra familiar (que caracterizava a estrutura da

pequena propriedade do Estado), para o predomínio do trabalho assalariado temporário”. Assim, “as relações de trabalho que se estabelecem evidenciam a forma de produção tipicamente capitalista, em que o objetivo da unidade de produção não é mais a reprodução simples da família, mas a acumulação”. E isso é “determinante no processo de modernização capitalista do Estado, uma vez que a acumulação é uma necessidade e um imperativo do modo capitalista de produção” (SIQUEIRA, 2001, p. 59).

Campos Júnior em *A Construção da Cidade: Formas de Produção Imobiliária em Vitória*¹² também caracteriza a década de 1960 como de “crise”, marcada pela “desestruturação da produção agrícola”. O autor aponta como fatores que levaram à grande participação do Espírito Santo no programa federal de erradicação dos cafezais na década de 1960 a “baixa produtividade dos cafeeiros”, pois eram “velhos e plantados sem técnica”, e a queda dos preços do café no mercado internacional:

A baixa produtividade dos cafeeiros, velhos e plantados sem técnica, somada à queda no preço do produto no mercado externo, foram motivos para que a política federal de erradicação tivesse grande impacto no Espírito Santo, pondo um ponto final nas lavouras que caminhavam para a estagnação total (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 15).

Como fica claro na citação acima, para Campos Júnior (2002) a erradicação dos cafezais apenas antecipou uma situação que seria inevitável para as lavouras capixabas: a “estagnação total”, ou seja, mesmo que não houvesse os programas de erradicação, a “estagnação” das lavouras capixabas seria algo inevitável.

Nota-se, também, que apesar de o Espírito Santo ter tido uma expressiva participação no programa de erradicação, o autor não discute o fato de que o Espírito Santo pouco contribuía para o problema da superprodução, que foi o que determinou a queda dos preços do café na década de 1960.

Campos Júnior explica que como consequência da erradicação intensificou-se os fluxos migratórios do campo para a Grande Vitória e esse fluxo continuou com maior intensidade na década de 1970, período em que “vão ficando evidentes os resultados dos esforços na busca de novas alternativas para a economia local” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 16).

¹² Este trabalho constitui sua tese de doutorado *O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em vitória (ES)*, defendida em 1993 na Universidade de São Paulo.

Nesse sentido, a estratégia pensada por Christiano Dias Lopes Filho consistiu em “auferir benefícios fiscais para a via da industrialização do Estado”, o que resultou no Decreto 880 e na criação do FUNRES, o que “foi importante para a criação de pequenas e médias indústrias no Estado a partir dos anos 70”. Posteriormente, explica o autor, “aproveitando-se do momento de grande internacionalização da economia brasileira e das possibilidades criadas pela política industrial proposta no II PND, as lideranças locais junto com a CVRD articulam a implantação de grandes projetos industriais [Aracruz Celulose, Samarco Mineração, Siderúrgica de Tubarão e a intensificação das atividades da Companhia Vale do Rio Doce] colocando em negociação as oportunidades locais” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 16).

Dessa forma,

[...] ganha contorno claro o processo em curso. As mudanças nas relações de produção no campo fazem parte de um processo maior, da ruptura das barreiras regionais, que insere o Espírito Santo na nova dinâmica nacional/internacional. A industrialização através dos grandes projetos consome esse processo de transformações no Estado, que tem Vitória e a Grande Vitória como locais privilegiados de sua manifestação (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 16-17).

Mais adiante, o autor explica que a “crise” “levou mudanças à base econômica do Espírito Santo”, ou seja, “transformações na sua estrutura produtiva de base agrícola para urbano-industrial” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 118).

Campos Júnior procura compreender esse processo a partir da inserção do Espírito Santo na nova política econômica do governo federal, na qual “as formas ‘arcaicas’ (a agricultura classificada enquanto tal) [...] precisavam se modificar para abrir oportunidades à expansão do capital”. Assim, “o seu território, visto como região ‘atrasada’, necessitava se ‘desenvolver’, ou melhor, proporcionar as condições que possibilitassem ao capital de também ali se reproduzir” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 118).

Dessa forma, o autor explica que “o princípio da crise” manifestou-se na segunda metade da década de 1950, quando o programa federal de erradicação encontrou “eco” no Estado:

A partir de 1955, com a queda nos preços internacionais do produto, cultivado sem técnica, apresentando baixa produtividade e um fruto de má qualidade, tudo foi motivo para que os apelos à erradicação trazidos pela

política federal para o setor encontrassem eco no Estado, visto que o produtor, em dificuldade financeira, receberia remuneração por pé de café erradicado. Conseqüência: a crise na cafeicultura culmina com as erradicações efetivas em 1962 e 1966, afetando profundamente a economia estadual com desdobramentos numa crise social sem precedentes (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 118).

Explica o autor que 70% da área liberada foi ocupada por pastagens com pecuária, o que “serviu para agravar a situação social no campo, tornando-se um dos fatores que influenciou na mobilidade do trabalhador rural” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 118).

Campos Júnior explica que após a erradicação dos cafezais e a introdução de pastagens “que poderiam significar a demolição de formas arcaicas de produção, as mudanças nas relações de produção no campo introduzindo o “novo” dão-se com o reflorestamento, o ressurgimento do café e o crescimento da produção canavieira”. Essas mudanças significavam “a inserção do Estado na nova dinâmica nacional/internacional de reprodução do capital”, ou seja, “o rompimento das barreiras regionais na produção agrícola e a sua articulação em outras bases” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 119).

Esse processo de mudança, explica Campos Júnior, “não alterou o curso das migrações verificado na década de 60”, que continuou direcionado para a Grande Vitória. Somente suas causas foram outras: “transformações tecnológicas e estruturais na agricultura e a atração industrial na Grande Vitória” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 119).

Campos Júnior explica ainda que “o elenco das modificações ocorridas não ficou restrito à agricultura”, mas também à indústria:

Houve preocupação das lideranças locais, como alternativa à crise que abateu também a indústria, dependente que era do café, em diversificar a base da economia estadual de forma a não deixar as finanças públicas dependentes quase que de um único produto, cujos preços estavam sujeitos às oscilações do mercado externo. Nesse processo empunharam a bandeira da industrialização (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 120).

Assim; “o processo ocorreu gradativamente, por intermédio da integração da economia local à dinâmica nacional/internacional também através da indústria” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 120).

No trabalho *A Formação da Centralidade de Colatina*¹³, publicado dois anos depois, Campos Júnior refere-se a “crise” como sendo uma “crise do modelo de reprodução da pequena propriedade” (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 10), apesar de reconhecer que a acumulação se dava a nível do comércio e não da produção¹⁴ e que as unidades familiares não dependiam apenas do café:

Em média uma colônia, como era chamada a unidade produtiva, possuía 25 hectares. Era comum o colono possuir até duas colônias. Plantava café como cultura principal. Milho e feijão podiam ser consorciados com o café. Tinham criação de animais e possuíam pomar. Eram atividades que serviam para o sustento da família. Nunca atendiam à reprodução da unidade produtiva. As sobras eram vendidas para os armazéns próximos ou para os vizinhos. Acontecia, nos períodos prolongados de preços baixos do café, de o colono plantar mais lavouras de subsistência, para atenuar a queda de sua renda monetária. [...] Dependiam do armazém para aquisição dos produtos que não tiravam da propriedade (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 13).

Assim, ao se referir à “crise” como sendo uma “crise do modelo de reprodução da pequena propriedade”, Campos Júnior aponta mais um fator responsável pela “crise” no Espírito Santo: o “esgotamento das reservas de terras férteis para o café”. Assim coloca o autor:

O excesso de produção e a queda nos preços internacionais não se configuraram nos principais motivos que levaram a cafeicultura capixaba à crise instalada. Esse período coincidiu com o momento do esgotamento das reservas de terras férteis para o café no Espírito Santo. Sem novas terras que proporcionassem a fertilidade natural ao solo, o modelo produtivo da produção familiar, tal como vinha historicamente se reproduzindo, entra em falência – é que a forma predatória como a agricultura era realizada exauria os solos em pouco tempo, havendo a necessidade de mais terras para que a produção pudesse continuar (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 33-34).

Mas, como veremos no próximo capítulo, as terras localizadas ao norte do estado, as quais se tornaram as novas zonas pioneiras do Espírito Santo a partir da década de 1950 vão ser marcadas pela coexistência de pequenos imóveis rurais, em decorrência da reprodução camponesa, e outros de maior dimensão. Isso indica a presença de novos vetores atuando no Espírito Santo, os quais foram capazes de elevar a concentração fundiária no norte do estado antes mesmo da erradicação dos cafezais. Esses vetores estavam voltados, em sua maioria, à produção extensiva da

¹³ Este trabalho foi utilizado como documento básico de referência na elaboração do *Plano Estratégico de Colatina*, publicado pela Futura e a CVRD.

¹⁴ Campos Júnior apresenta importantes contribuições para o estudo da produção agrícola no Espírito Santo ao tomar como referência José de Souza Martins para pensar a acumulação a partir do comércio. Além dos trabalhos analisados aqui, ver também CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

pecuária e da extração da madeira. Dessa forma, à medida que as terras no norte do estado foram sendo apropriadas pelo capital, elas foram se valorizando e criando um mercado imobiliário nessa região, impossibilitando, assim, o acesso a terra pelas famílias camponesas. Isso significa que é preciso relativizar o termo “esgotamento” e analisá-lo dentro de um contexto maior em que o camponês tinha agora que disputar espaço com o capital.

O que nos chama a atenção na interpretação de Campos Júnior é que, ao buscar compreender a erradicação dos cafezais no Espírito Santo na década de 1960 inserida num contexto maior de reprodução do capital, que buscava romper as “barreiras” regionais e promover a integração da economia local à dinâmica nacional e internacional, parece que o autor vai fazer uma crítica à inserção da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo e a idéia da “crise”, mas não faz. Muito pelo contrário, ele acaba reafirmando a tese da “crise”, o que fica claro no trabalho *A Formação da Centralidade de Colatina*, ao alegar que a “crise do café” era uma “crise do modelo de reprodução da pequena propriedade”.

A análise dos trabalhos citados acima nos permitiu constatar que grande parte dos autores selecionados utilizou como fonte principal de pesquisa os documentos e estudos produzidos na década de 1960, notadamente os autores que produziram há mais tempo. Estes trabalhos, por sua vez, constituem a principal fonte dos trabalhos produzidos mais recentemente.

Dessa forma, podemos afirmar que os autores selecionados aqui fizeram uma leitura pelo ângulo do discurso oficial. Sendo assim, acabaram reforçando esse discurso, expandindo-o do debate político para o debate acadêmico. Ao se inserir no debate acadêmico, principalmente através de teses e dissertações defendidas em importantes Centros Universitários do Brasil, a idéia da “crise” ganhou força e legitimidade, sendo reproduzida até os dias de hoje.

4 O QUE TINHA POR TRÁS DA IDÉIA DE “CRISE”

Vimos nos capítulos 2 e 3 que no discurso desenvolvimentista da década de 1960 a agricultura familiar foi apontada como a raiz da “crise”, ou seja, o problema não estava no café, mas na “base agrária” do estado, concentrada em pequenas unidades familiares, onde era produzido o café. Assim, mesmo reconhecendo que a “crise” não era da produção, pois o Espírito Santo pouco contribuía para o problema da superprodução, e identificando que havia transferência de renda do produtor ao comércio exportador, o discurso desenvolvimentista da década de 1960 identificou na base agrária de pequena propriedade familiar a causa da “crise”.

A agricultura familiar também foi identificada como a causa do “atraso” do estado em relação “aos demais centros do país”, e o Espírito Santo foi localizado na periferia do desenvolvimento nacional.

Assim, após identificar a causa da “crise” e do “relativo atraso” em que o estado se encontrava o discurso desenvolvimentista apontou a solução: a “diversificação” da estrutura produtiva do estado, a qual deveria ser orientada pela indústria e pela produção de exportáveis. Mas ainda faltava o recorte espacial por onde o desenvolvimento iria se inserir no Espírito Santo. Esse recorte foi a região Norte do estado.

Vimos, ainda, que o discurso racionalista, com vistas a promover o “desenvolvimento” do estado por meio de um novo padrão técnico também foi fundamental nas estratégias dos gestores do *desenvolvimento* capixaba.

Neste capítulo fazemos um apanhado histórico sobre o espaço agrário capixaba, contrapondo-o com as idéias contidas nos documentos e trabalhos analisados. Buscamos com isso desconstruir a idéia da “crise” e mostrar que, na verdade, essa idéia tinha uma intencionalidade. Trata-se de trazer a tona evidências que mostram que a agricultura familiar não estava em “crise” e nem foi responsável por ela. A partir daí, apresentamos uma interpretação da idéia de “crise” e identificamos os elementos que levaram a sua construção.

4.1 O CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO E O ESPAÇO AGRÁRIO CAPIXABA

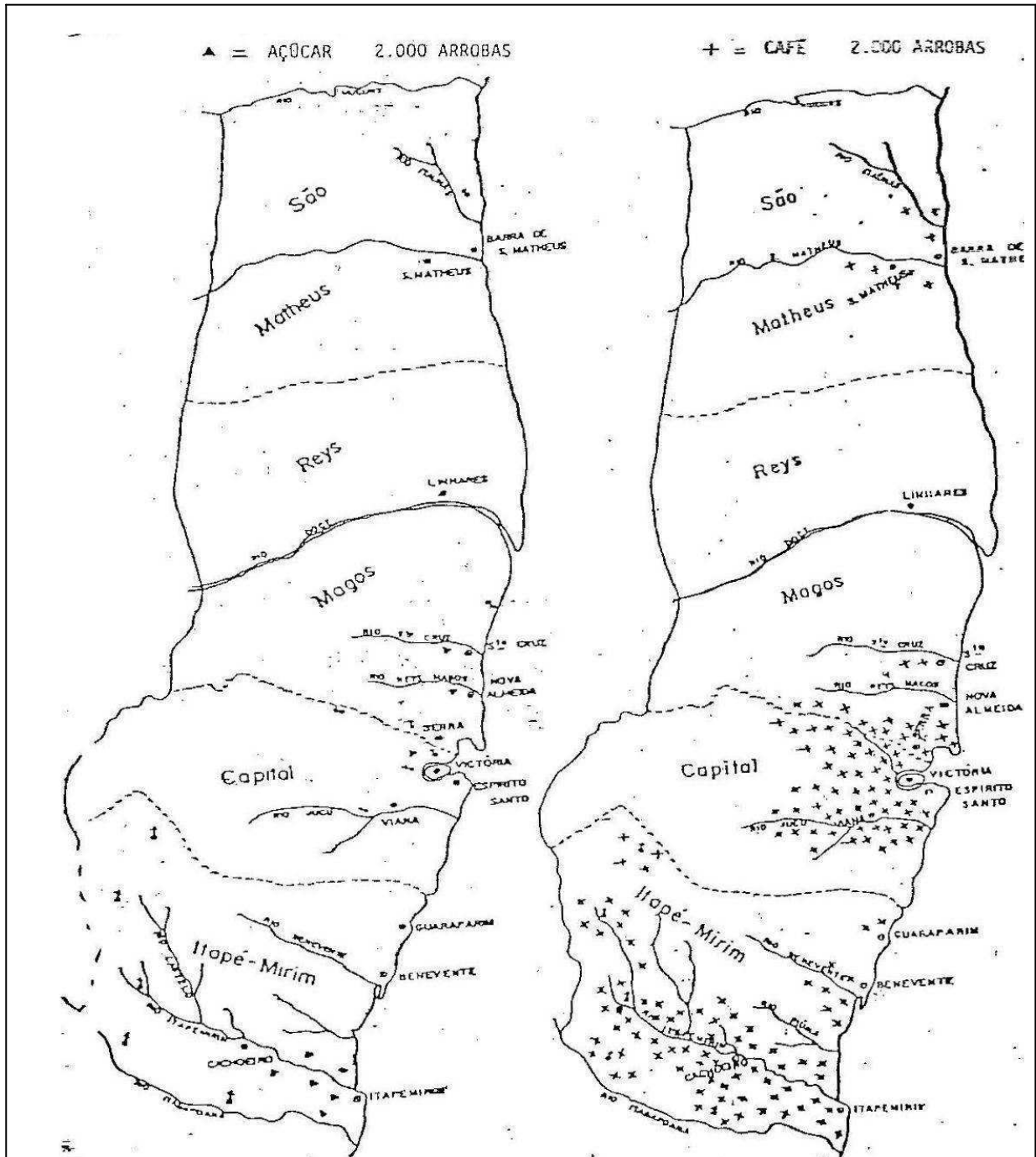
O café foi introduzido no Espírito Santo nas primeiras décadas do século XIX e já em meados desse século se tornou o principal produto de exportação da Província, ultrapassando a cana-de-açúcar, que havia sido até esse período o principal produto de exportação.

Segundo Vilma Almada (1984), fatores como preços mais altos, mercado certo e menor dispêndio de capital para a produção do café do que o exigido pela cana-de-açúcar levaram com que, a partir da segunda metade do século XIX, toda a Província se visse atraída por aquele produto. Os mapas apresentados pela autora nos ajudam a compreender o processo de espacialização do café na fase inicial de sua expansão na Província do Espírito Santo (Mapas 2 e 3).

Percebe-se que, entre 1852 e 1873, não só houve a substituição da cana-de-açúcar pelo café na região de Vitória e nos vales do Itapemirim e Itabapoana – onde o cultivo da cana-de-açúcar era mais difundido¹⁵ – mas, também, o avanço do café para as regiões de Santa Cruz, de Nova Almeida, de Linhares e de São Mateus. Porém, como indica o mapa 3, são nos vales do Itapemirim e do Itabapoana que o café vai apresentar maior expansão nesse período.

Almada (1984) explica o pioneirismo da região sul na expansão cafeeira do Espírito Santo. Segundo a autora, a expansão do café no sul da Província do Espírito Santo coincidiu com a expansão do café no Vale do Paraíba “quando as fazendas, no afã de ampliar seus cafezais, disputavam palmo a palmo novas áreas disponíveis” (ALMADA, 1984, p. 76). Assim, sendo o sul do Espírito Santo vizinho do Vale do Paraíba e com imensas terras devolutas, essa região tornou-se um atrativo para a expansão cafeeira. Também foi um fator fundamental para a instalação de fazendas de café nessa região o fato do governo provincial, após a promulgação da Lei de Terras de 1850, passar a incentivar a vinda de fazendeiros fluminenses para o Espírito Santo.

¹⁵ Segundo dados apresentados por Almada (1984), dos 80 engenhos existentes na Província do Espírito Santo em 1818, 58 (72,5%) se localizavam nas freguesias submetidas à região da Capital. Também nessa região se localizavam 15.752 (67,3%) dos 23.399 habitantes da Província. A região sul concentrava 20 engenhos (25%) e 6.763 (28,9%) do total de habitantes registrados.



FONTES: 1. Cf. Almeida, Cândido Mendes de, "Atlas do Império do Brasil; RJ 1868 - Arquivo Nacional

2. Cf. Anexo do Relatório do Presidente José Bonifácio Nascentes d'Ajambuja apresentado à Assembléia Legislativa em 24 de maio de 1852, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

3. Cf. Relatório do Presidente Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, apresentado à Assembléia Legislativa em 29 de abril de 1874, Arquivo Público do Espírito Santo

Segundo Almada, a expansão cafeeira aliada à iniciativa governamental levou a inúmeras irregularizações fundiárias, principalmente no vale do Itapemirim. Dessa

forma, houve um favorecimento “à formação de latifúndios à custa dos pequenos proprietários que impedidos de regularizarem suas posses e sem capital para comprá-las ao Governo, acabaram por vendê-las, ilegalmente, aos grandes fazendeiros” (ALMADA, 1984, p. 80).

Salleto (1996a) chega a afirmar que a economia do Itapemirim foi um “prolongamento” da economia cafeeira fluminense, pois a produção do sul do estado estava inteiramente integrada ao sistema financeiro e comercial do Rio de Janeiro. Segundo a autora, o café do vale do Itapemirim era comprado por comissários do Rio e grande parte desse café era transportada diretamente para lá, onde se pagavam os impostos, sem se passar ao menos pelas repartições fiscais do Espírito Santo.

Os dados fornecidos por Van Delden Laérne¹⁶ e citados por Saletto (1996a), apesar de se referir apenas as fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil em 1883, nos dão uma noção de como as propriedades cafeeiras formadas no sul do Estado na segunda metade do século XIX apresentavam enormes extensões de terra (Tabela 4).

Note-se que a extensão média das fazendas capixabas era três vezes maior que a extensão média das fazendas fluminenses, das mineiras e das do oeste paulista. Em relação ao número de pés de café, porém, as fazendas capixabas apresentavam médias bem inferiores que as demais regiões produtoras, uma prova de que apenas uma pequena parte dessas fazendas era ocupada com café. Certamente isso justifica o valor inferior das fazendas capixabas sem escravos em relação às fazendas fluminenses, mineiras e paulistas.

Por outro lado, significativo era o número médio de escravos, inferior apenas ao das fazendas do Rio de Janeiro. Como os cafezais capixabas eram pequenos, esses escravos tinham um número bem mais reduzido de cafés aos seus cuidados que os das demais regiões produtoras e, certamente, se ocupavam com outras culturas e outros afazeres.

¹⁶ LAÉRNE, Van Delden. **Le Brésil et Java, rapport sur La culture Du café en Amérique, Asie et Afrique**. La Haye, 1885.

Tabela 4 – Fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil em 1883 (médias).

Regiões	Extensão (ha)	Nº pés de café	Nº escravos	Valor dos escravos (mil réis)	Valor das fazendas s/ escravos	Relação pés de café/escravos
RJ	628	197.060	56.08	65.607	73.927	3.513
SP/Paraíba	894	148.698	37.49	46.458	66.684	3.966
MG	591	134.856	36.39	43.526	55.312	3.705
SP/Oeste	663	88.384	36.06	50.627	82.063	2.450
ES	2.066	65.916	47.41	45.883	42.169	1.390

Fonte: LAËRNE (1885), citado por Saletto (1996a).

O café provocou um intenso fluxo migratório para a Província do Espírito Santo, principalmente vindo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Segundo Saletto (1996b), além dos fazendeiros que vieram com seus escravos e outros bens e se instalaram na região Sul, formando suas fazendas, vieram também, e em número superior ao dos fazendeiros, “modestos agricultores” que abriram sítios e escravos provenientes do tráfico interprovincial. Segundo a autora, a partir da década de 1870 começou também a chegar nordestinos, ao mesmo tempo em que se iniciou a imigração européia.

A expansão cafeeira no Espírito Santo começou justamente quando o tráfico de escravos foi extinto, no início da década de 1850. A partir desse período o abastecimento tornou-se difícil e o preço do escravo elevou-se bastante. Mesmo assim, as fazendas de café no Espírito Santo continuaram contando com a mão de obra escrava até por volta de 1886 (ALMADA, 1984; SALETTO, 1996a).

Como apresentado por Almada (1984), a capacidade do Espírito Santo em atrair escravos para as suas lavouras de café no período de desagregação do sistema escravista pode ser verificado pelo percentual de aumento líquido (maior número de

entradas sobre a saída de escravos da Província, independente das mortes e manumissões) da sua população escrava entre 1874 e 1884. Almada verificou que o percentual de aumento líquido da população escrava no Espírito Santo nesse período foi de 14,3, superior aos das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que apresentaram nesse mesmo período aumento de 10,3% e 1,9%, respectivamente.

Esse aumento, segundo Almada (1984), explica-se não só pela imigração, mas também pelo “pequeno esforço” da Província do Espírito Santo em acabar com o comércio interprovincial. Tal fato, como mostra a autora, pode ser atestado pela pequena taxa do imposto proibitivo de entrada de escravos praticada no Espírito Santo de apenas 200\$000, ao passo que nas Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, esses impostos chegaram a 2.000\$000. Além do mais, o imposto proibitivo no Espírito Santo só foi criado um ano e meio depois de entrar em vigor nas demais Províncias e, ainda, excluía os escravos que entravam no Espírito Santo em companhia de seus senhores (ALMADA, 1984).

No entanto, ressalta Almada, embora as entradas de escravos entre 1874 e 1884 tenham sido superiores às saídas, esse aumento líquido, “ao diluir-se no cômputo das mortes e manumissões, contribuía apenas para retardar nessas regiões o fim de um sistema inexoravelmente condenado à extinção” (ALMADA, 1984, p. 178). Isso porque enquanto no Extremo Norte o declínio da população escrava no período em análise foi de 34,6%, no Nordeste 30,8% e no Oeste e Sul 36,2%, nas Províncias cafeeiras esse declínio foi de apenas 14,3% no Rio de Janeiro, 9,3% no Espírito Santo, 4,0% em São Paulo e 3,3% em Minas Gerais.

Prova disso é que após 1886 a escassez de mão de obra tornou-se um problema no Espírito Santo. Como coloca Saletto (1996a), todos os recursos utilizados nas regiões cafeeiras mais ricas para fazer face ao problema da escassez de mão de obra – como a concentração dos escravos no cultivo do café, a substituição das tropas de mulas (grandes consumidoras de mão de obra) pelas estradas de ferro, o aumento da produtividade do trabalho (através da mecanização do beneficiamento do café) e de sua exploração (pela extensão da jornada de trabalho e sobrecarga de

tarefas) e a utilização do trabalho livre – tornaram-se insuficientes a partir da segunda metade da década de 1880.

A escassez de mão de obra tornou-se um problema não só no Espírito Santo, mas em todas as Províncias produtoras de café do país. Várias medidas foram tomadas no sentido de superar esse problema. Entre elas, a mais discutida foi a promoção da imigração com vistas a solucionar o problema da mão-de-obra nas fazendas cafeeiras.

Assim, por volta de 1886, quando o sistema escravista já havia se desintegrado, os fazendeiros capixabas resolveram introduzir o trabalho de imigrantes europeus nas fazendas (ALMADA, 1984; SALETTO, 1996a). Antes, porém, “[...] todos os esforços do governo no estabelecimento de colônias tinham merecido dos fazendeiros uma profunda indiferença, já que no Espírito Santo, devido à grande quantidade de terras devolutas, elas não ofereciam qualquer ameaça ao latifúndio escravista (ALMADA, 1984, p. 180).

Como assinala Saletto (1996a), em 1871 o presidente Ferreira Corrêa, seguindo orientação do Governo Imperial, realizou um trabalho de propaganda, procurando convencer os fazendeiros de introduzirem imigrantes em suas terras, mas os resultados não foram positivos. Segundo a autora, “o movimento imigratório se intensificou nos anos seguintes, mas foi canalizado para os núcleos coloniais” (SALETTO, 1996, p. 83).

Antes mesmo da abolição da escravidão no Brasil muitas colônias haviam sido criadas na Província do Espírito Santo. Entre elas estão as colônias de Santa Isabel (1847), de Rio Novo (1855), de Santa Leopoldina (1856), de Fransilvânia (1856) e de Santa Maria (1857). Podemos citar ainda o núcleo Castelo, instalado em 1880.

No Espírito Santo o Governo tinha dois objetivos principais com a imigração estrangeira: elevar o incremento demográfico e promover a ocupação do território da Província. Dessa forma, o papel do Governo foi fundamental na criação dos núcleos, uma vez que a formação de muitos deles contou com o apoio do Governo que arcava com o custo da viagem e disponibilizava terras. Essas medidas contribuíram significativamente para intensificar a chegada de imigrantes estrangeiros no Espírito

Santo. Segundo Wagemann (1949) “[...] o governo distribuía lotes com mais de 50 hectares; reduziu-se mais tarde, à metade, estabelecendo-se por fim como unidade 25 hectares. Daí designar-se de colônia uma superfície de 25 hectares” (WAGEMANN, 1949, p. 49).

Até o ano de 1870, os imigrantes que chegaram ao Espírito Santo eram europeus de diversas nacionalidades, com destaque para os alemães que se instalaram nas colônias de Santa Isabel e de Santa Leopoldina. Também vieram alguns chineses que, juntamente com os imigrantes europeus, ocuparam a colônia de Rio Novo. A partir de 1870 passou a predominar os italianos que também se dirigiram para a colônia de Rio Novo e, igualmente, para os novos núcleos da colônia de Santa Leopoldina (Santa Teresa e Santa Cruz) e para o núcleo de Castelo.

No final da década de 1870 o governo abandonou a política de criação de núcleos de pequenos proprietários, voltando-se para o fornecimento de imigrantes para as fazendas de café, ocasionando forte queda no número de entradas de imigrantes na Província até 1887 (SALETTTO, 1996b), refletindo a falta de interesse dos fazendeiros pela mão de obra imigrante. Com a Abolição, porém, os fazendeiros começaram a procurar por imigrantes, pois os escravos haviam abandonado as fazendas em plena colheita do café (SALETTTO, 1996a). Mais uma vez a entrada de estrangeiros no Espírito Santo voltou a crescer (tabela 5).

Nota-se que o maior número de imigrantes que veio para o Espírito Santo chegou à Província entre 1888 e 1896 totalizando quase 28 mil estrangeiros. A partir de 1897 praticamente cessa a entrada de imigrantes estrangeiros na Província do Espírito Santo.

Outro fator que contribuiu para a entrada de imigrantes após 1888 foi a Proclamação da República em 1889. Antes as Províncias tinham pouca autonomia para promover a imigração. Com a Proclamação, entretanto, as Províncias adquiriram maior autonomia e a imigração intensificou-se a partir de então.

Tabela 5 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo, 1888-1900.

Ano	Nº de Imigrantes	Ano	Nº de imigrantes
1847	163	1884	33
1857	382	1885	167
1858	480	1886	190
1859/60	700	1887	421
1867	29	1888	4.279
1868	71	1889	3.073
1869	637	1890	414
1872	557	1891	4.554
1873	1.018	1892	521
1874	386	1893	3.128
1875	887	1894	3.927
1876	3.073	1895	4.810
1877	3.003	1896	3.230
1878	1.056	1897	121
1879	314	1898	48
1882	222	1899	6
1883	342	1900	41
1880/81	1.072	Total	43.325

Fonte: Gilda Rocha, Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1984.

Relatório do Ministério da Agricultura 1888-1889.

Relatório da Diretoria Central de Terras e Colonização do ES, 1892-1896.

Livros de Registro da hospedaria de Pedra d'água 1889-1896. Citado por Saletto, 1996b.

Muitos imigrantes preferiam se instalar em núcleos coloniais a ir para as fazendas. Os que se dirigiam para as fazendas, geralmente os que vinham sem recursos, se instalavam como parceiros. Segundo Saletto (1996a) “[...] o trabalho em parceria era visto como maneira de acumular um pequeno pecúlio com o qual poderiam, futuramente, instalar-se em melhores condições como pequenos proprietários” (SALETTTO, 1996a, p. 87).

Dessa forma, a solução encontrada para superar o fim da escravidão dependia, de um lado, de um fluxo contínuo de imigrantes para o território capixaba e, de outro, da oferta de condições de trabalho que se mostrassem mais lucrativas do que as das colônias. Assim, longe de estar solucionado, o problema da mão de obra vai se intensificar em 1898. Segundo Saletto (1996a) o fim do fluxo de imigrantes estrangeiros a partir desse período e as dificuldades econômicas dos fazendeiros, por causa da baixa dos preços internacionais do café, prejudicaram essa estratégia e desencadearam uma “grave crise” entre os grandes fazendeiros do Sul do Espírito Santo. Como resultado, várias fazendas foram abandonadas, vendidas e loteadas.

Sobre as fazendas na região de Cachoeiro de Itapemirim Saletto (1996a) coloca:

A Abolição desorganizou a produção, rompeu a velha organização plantacionista, levou à substituição da grande exploração pela exploração parcelar dos parceiros. Ainda não refeitas do golpe, em pleno processo de reorganização, lutando contra a falta de mão-de-obra, as fazendas foram atingidas pela crise, que diminuiu a margem de acumulação e agravou a falta de mão-de-obra. Muitas tornaram-se inviáveis, todas pouco rentáveis” (SALETTTO, 1996a, p. 107).

Mas, por que com a Abolição não houve a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, mesmo com inúmeras fazendas indo a falência? Por que o governo da Província não tomou medidas, visando garantir mão-de-obra barata para o trabalho nas fazendas? Por que os fazendeiros não protestaram contra o acesso a terra para os imigrantes facilitada pelo governo?

Almada (1984) destaca a precária capacidade financeira dos fazendeiros, mesmo os da região cafeeira do Itapemirim, fato que não permitia os mesmos a pagar salários satisfatórios capazes de incentivar os trabalhadores nas fazendas. Assim:

Optando por “contratos” por um ano, por “camaradas” pagos por mês, ou, mais ainda, por “jornaleiros”, pagos por dia, a maior parte dos fazendeiros procurava safar-se da responsabilidade de manter permanentemente um grande número de trabalhadores, diminuindo assim as somas destinadas ao pagamento de salários ao longo do ano. Desta forma, o problema de mão-de-obra nas fazendas tendia a tornar-se maior na medida em que falhassem os incentivos capazes de reter a força de trabalho nos estabelecimentos agrícolas (ALMADA, 1984, p. 206-207).

Além disso, ressalta Stanley Stein (1961, apud ALMADA, 1984) que ainda embutidos do pensamento de que os escravos deviam produzir o máximo pelo menor preço, muitos fazendeiros continuaram a pagar salários ínfimos a seus

trabalhadores, com quantias pouco superiores ao custo e manutenção de um trabalhador. Para Almada é possível que tal atitude, aliada à grande quantidade de terras devolutas existentes na Província, tenha influenciado o governo, “[...] incentivando-o a fundar colônias como tentativas para salvar os seus esforços imigratórios na conjuntura abolicionista de 1888” (ALMADA, 1984, p. 207). E, como comentado anteriormente, o imigrante só aceitava trabalhar para o fazendeiro se este lhe oferecesse uma situação melhor do que a que poderia ser encontrada nas colônias ou nos loteamentos particulares, é bem provável que, nessas condições, o imigrante tenha optado pelos núcleos coloniais e não pelas fazendas.

Para Campos Junior (2002; 2004), no entanto, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Espírito Santo no momento da política de imigração no Estado não se concretizou porque “[...] os fazendeiros não tinham importância diante do poder local” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 35). Assim:

Não se manifestaram sobre a crise do trabalho escravo que se avizinhava, nem avaliaram previamente as conseqüências que a política de imigração poderia trazer para as fazendas dependentes do trabalho compulsório, assim como não propuseram alternativas de adaptação da referida política a seus interesses. [O que se presenciou foram apenas] protestos isolados e posteriores à abolição (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.35-36).

Campos Júnior (2002) ressalta o fato de que a “passividade” dos fazendeiros diante do declínio do trabalho escravo revelava “a presença, naquele momento, de interesses mais fortes do que os da grande propriedade no Espírito Santo”. Esses interesses, segundo o autor, “expressavam-se nas estratégias empresariais dirigidas pelo comércio”, que “subordinando a pequena produção que se multiplicava no Espírito Santo”, apresentava-se “como alternativa de continuidade à produção, mantendo o processo de exploração, mas em novas relações” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 36). Assim:

A indiferença das frações do capital representativas do interesse da grande propriedade frente à política de imigração expressa o seu contrário: a importância econômica e política do comércio.

Como não ocorreram modificações nessa política em âmbito local, difundiu-se a pequena propriedade em relações de trabalho familiar no Estado a partir da região central, reforçando a subordinação da produção ao comércio.

O excedente vazava da produção para o comércio, fazendo deste o grande centralizador de capitais. Desde o vendeiro, residente na região produtora, até as casas comerciais sediadas em Vitória, formava-se uma rede de

suporte, tanto da exportação quanto da importação de mercadorias (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 37).

O que Campos Júnior quer chamar a atenção aqui é que, a partir da desagregação do sistema escravista de produção, se presenciou a “[...] transferência do núcleo central da acumulação da produção para o comércio” (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 11). Ou seja, era a partir do comércio que seria possível naquele momento a acumulação de capital.

Concomitante a ascensão do comércio como alternativa de acumulação do capital no Espírito Santo se assistia nesse momento o declínio da oligarquia cafeeira do poder, representada pelos grandes fazendeiros de café, e a ascensão de outra camada da elite no poder, aquela ligada à atividade comercial, para quem a expansão da pequena propriedade era fundamental. De acordo com Campos Júnior (1996):

[...] o que se depreende da política de imigração/colonização desenvolvida no Espírito Santo é que ela, além de promover o incremento demográfico e a ocupação territorial, aumentando a produção cafeeira, foi também a viabilizadora do surgimento de um espoliativo esquema de comercialização do café capixaba. Em outras palavras, toda essa discussão mostra a ocupação do interior e configura uma forma predominante de produção em pequena propriedade com trabalho familiar, que, por sua vez, explicita um outro tipo de estrutura de poder: a dos setores do comércio cafeeiro (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 83-84).

Uma forma de como o capital comercial passou a dominar a produção cafeeira capixaba nesse período é expressa na relação estabelecida entre a pequena produção e o mercado mundial, através da venda, estabelecimento que abastecia os pequenos produtores dos bens que ele não podia produzir e recebia deles o café.

A venda dominava praticamente todo o comércio na região das colônias. Wagemann (1949) explica a relação que se estabelecia entre vendeiro e colono:

O intercâmbio entre o vendeiro e o colono assume aspectos de troca em espécie: Em regra, o vendeiro não recebe pagamento à vista pela mercadoria que fornece, mas leva-a à conta do colono, que saldará o débito com o café de sua colheita. Mas, nem sempre a contraprestação do colono é bastante, de modo que ele se endivida, o que sucede quando a colheita é má ou os preços do café caem (WAGEMANN, 1949, p. 66).

Os colonos estabeleciam, assim, uma relação permanente com a venda, sobretudo quando adquiriam dívidas, pois se viam na obrigação de vender o seu café para o vendeiro.

Os vendeiros, no entanto, não estabeleciam relações diretas com o mercado internacional. De modo geral adquiriam suas mercadorias de uma firma que as recebia do exterior ou de uma casa comercial importadora. Da mesma forma, o café adquirido pelo vendeiro não era colocado por ele diretamente no exterior, passando primeiro pela firma. Podia acontecer também dos vendeiros não estabelecerem relações diretas com as firmas e as casas importadoras. Muitos vendeiros ligavam-se aos chamados “comerciantes de segunda classe”, os quais se relacionavam diretamente com as casas importadoras, como explica Wagemann (1949) ao falar do comércio do café da região setentrional do Espírito Santo:

[As firmas] se ocupam, simultaneamente, de todos os ramos da importação. Relacionam-se, diretamente, com alguns dos vendeiros mais fortes do interior, mas, na maioria dos casos, utilizam como intermediários os comerciantes do Pôrto do Cachoeiro. Estes são, por assim dizer, comerciantes de segunda classe, embora haja, entre eles, violações a essa categoria, com freqüentes importações diretas do estrangeiro. Alguns dêles operam com um capital de várias centenas de contos. [...] Com os seus negócios, estão colocados entre a venda e a casa comercial de primeira classe, exercendo intenso varejo e mantendo tropas para o transporte no interior (Wagemann, 1949, p. 69).

Sobre como o comerciante se beneficiava com a vinda dos imigrantes, podendo acumular excedentes vindo da produção, Campos Júnior (1996; 2002) cita o caso da firma Duarte e Beiriz que se estabeleceu em Iconha entre 1879 e 1914, a qual foi responsável pelo estabelecimento de mais de 600 famílias de imigrantes europeus nessa região. Explica o autor que os imigrantes adquiriam os lotes a prazo e ainda alguns gêneros que necessitavam. Dessa forma, a firma obtinha algum lucro com o fornecimento dos gêneros e, ainda mais, com a venda dos cafés que recebiam dos colonos, os quais ficavam na obrigação de vender suas safras para a firma.

É nesse contexto que várias firmas comerciais vão surgir e ganhar importância, sobretudo na região sul do Estado, as quais passam a concentrar o excedente da produção na esfera do comércio “[...] ficando, de um lado, um imenso número de pequenos produtores e, de outro, uma cadeia extremamente articulada de casas

comerciais controladoras de expressiva fração da comercialização do café capixaba” (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 83).

Campos Júnior (2002) explica esse mecanismo na região sul do Espírito Santo da seguinte forma:

[...] empresas comerciais adquiriam grandes glebas de terra, fazendas falidas, para dividir em lotes e vender a preços módicos e a prazo aos colonos, tendo como moeda o café. Ou seja, a venda se processava com o compromisso de que o café produzido fosse utilizado para abater as prestações referentes ao pagamento do terreno (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 37).

Nas primeiras décadas do século XX Vitória passou a centralizar o comércio do café do Espírito Santo e até mesmo parte do de Minas Gerais. Como vimos anteriormente, grande parte da produção capixaba era comercializada na praça do Rio de Janeiro e exportada pelo seu porto. Quando Vitória adquiriu infra-estrutura portuária para efetuar essa exportação esse quadro começou a se alterar, possibilitando que vários comissários e casas exportadoras e importadoras passassem a se instalar na cidade.

A centralização do comércio em Vitória foi possível graças à abertura de inúmeras estradas e linhas ferroviárias. Em 1910 foi concluída a construção da E. F. Sul do Espírito Santo, ligando Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, o que possibilitou a captação da produção cafeeira do sul. Nesse mesmo período a E. F. Vitória-Minas, partindo de Vitória chegou à divisa com Minas, estimulando a ocupação de uma nova área ao sul do Rio Doce e ligando parte da zona colonial do centro a Vitória. Em 1913, um ramal da antiga ferrovia de Cachoeiro do Itapemirim atingiu Espera Feliz, em Minas Gerais, estabelecendo uma segunda ligação do Espírito Santo à Minas.

Assim, à medida que a produção capixaba crescia, ia se expandindo o sistema ferroviário e se iniciava a construção de rodovias e pontes. Construiu-se a E. F. Itapemirim, ligando Cachoeiro a seu porto marítimo, e a E. F. São Mateus, no norte do estado. Construiu-se, também, a ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, estabelecendo a ligação rodoviária com o norte do estado, permitindo, assim, a expansão do café também nessa região (SALETTTO, 1996b).

Como resultado, entre 1922 e 1931, 28 casas exportadoras atuavam em Vitória, das quais 10 eram responsáveis por 94% do café exportado pelo porto de Vitória. Entre elas citam-se as estrangeiras Hard and Rand e Theodor Wille, a fluminense Arens e Langer e a capixaba Vivacqua e Companhia.

Além das firmas, alguns fazendeiros também repartiam suas terras e doavam para colonos, tendo em troca a preferência pelo café que viessem a produzir. “Estavam, com esse movimento, transferindo o núcleo da acumulação da produção para o comércio, deixando de ser fazendeiros para ingressarem no comércio de café” (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 12). Assim, muitas fazendas foram loteadas e vendidas e os colonos iam, aos poucos, se tornando produtores de café.

Vários fatores explicam como era mais vantajoso para os fazendeiros se concentrarem no comércio do café do que na sua produção. Primeiro, porque além de se isentarem dos custos com a mão-de-obra, já que não podiam mais contar com os escravos, se isentavam também dos custos com a formação das lavouras. Além disso, o fazendeiro conseguia, através da apropriação do excedente produzido pelo colono, adquirir o café a um custo bem inferior do que ele realmente valia no mercado internacional. Assim, ao comercializar o excedente adquirido dos colonos, os fazendeiros voltados para o comércio do café obtinham grandes lucros.

Assim, dentro dessa lógica de acumulação do capital, a permanência e reprodução das unidades camponesas eram fundamentais. Isso nos ajuda a compreender porque não só a lavoura cafeeira ficou nas mãos dos camponeses, como também a propriedade da terra. O fato dos imigrantes estrangeiros, e também dos nacionais, não encontrarem grandes obstáculos por parte do governo provincial ao acesso a terra, associado à inexistência de um mercado de terras nesse período, criou as condições favoráveis a reprodução da agricultura familiar no Espírito Santo. Dessa forma, difundiu-se a pequena propriedade no território capixaba, tão importante para garantir a acumulação capitalista por meio do comércio.

Por isso “a pequena produção foi uma forma de organização da produção perfeitamente adequada às condições da economia cafeeira capixaba” como coloca Saletto (1996a). Se a permanência e reprodução das unidades camponesas

estavam garantidas, estava garantido também o café que era o principal produto de exportação e, por isso, a principal fonte de lucro dos comerciantes capixabas.

Em 1920, 89,4% dos estabelecimentos tinham área igual ou inferior a 100 hectares, e ocupavam 52,01% da área total recenseada. As propriedades entre 101 e 1.000 ha representavam 10,3% dos estabelecimentos e ocupavam 37,29% da área total. Já as propriedades acima de 1.000 ha representavam apenas 0,3% dos estabelecimentos e 10,7% da área total ocupada (Tabela 6).

Tabela 6 – Estabelecimentos rurais no Espírito Santo, segundo a classe de área, 1920.

Grupos de área (ha)	Nº de estab.	%	Área ocupada	%
0 – 100	18.721	89,4	665.588	52,01
101 – 200	1.392	6,7	194.178	15,17
201 – 1.000	752	3,6	283.111	22,12
> 1.000	76	0,3	136.820	10,7
Total	20.941	100,0	1.279.699	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1920.

Como se vê, o perfil da estrutura fundiária do Espírito Santo nesse momento era composto predominantemente por pequenas propriedades. A cafeicultura manteve-se como principal produto de exportação, mas passou a ser desenvolvida em pequena escala de produção, absorvendo a força de trabalho familiar de pequenos proprietários e parceiros.

Dessa forma, a estrutura econômica baseada no trabalho familiar e de parceria vai condicionar todo o desenvolvimento capitalista da economia capixaba a partir de então, especialmente o do capital mercantil.

Entre 1920 e 1940, a área recenseada aumentou em torno de 61%, passando de 1.279.699 ha para 2.061.057 ha, enquanto o número total de estabelecimentos rurais nesse período dobrou. Em 1940, as propriedades menores que 100 ha representavam 91,42% dos estabelecimentos e ocupavam 60,59% da área, ou seja, mais da metade da área total ocupada. As propriedades entre 101 e 1.000 ha representavam 8,43% dos estabelecimentos e ocupavam 34% da área total. Já as propriedades acima de 1.000 ha representavam apenas 0,14% dos estabelecimentos e 4,36% da área total ocupada (Tabela 7).

Tabela 7 – Estabelecimentos rurais no Espírito Santo, segundo a classe de área, 1940.

Grupos de área (ha)	Nº de estab.	%	Área ocupada	%
0 – 100	38.317	91,42	1.204.358	60,59
101 – 200	2.553	6,09	331.917	16,70
201 – 1.000	984	2,34	343.420	17,3
> 1.000	64	0,14	86.822	4,36
Total	41.918	100,0	2.061.057	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1940.

A partir da década de 1940 a expansão do café vai se dá, basicamente, pela incorporação de áreas no norte do estado, pois o principal obstáculo para a mobilidade da pequena produção no território capixaba nessa direção, o rio Doce, havia sido superado com a construção da Ponte Florentino Avidos, em Colatina. Como resultado da maior incorporação de terras no norte, em 1940 o vale do Itabapoana deixou de ser a principal região produtora de café do Espírito Santo e o vale do Rio Doce passou a ocupar essa posição.

As áreas que se tornaram novas zonas pioneiras do estado a partir de meados do século XX vão ser marcadas pela coexistência de pequenos imóveis rurais, em decorrência da reprodução camponesa, e outros de maior dimensão.

A tabela 8 apresenta os dados sobre o número e a área dos estabelecimentos rurais, segundo as regiões do estado entre 1920 e 1960. Nota-se que enquanto nas regiões sul e centro houve uma redução da área apropriada por estabelecimentos com área superior a 500 ha entre 1920 e 1960, na região norte houve um aumento tanto no número de estabelecimentos maiores que 500 ha, como também na área apropriada por eles, sobretudo a partir de 1940.

Esses dados indicam a presença de novos vetores atuando no Espírito Santo já na década de 1940, os quais foram capazes de elevar a concentração fundiária no norte do estado antes mesmo da erradicação dos cafezais. Esses vetores estavam voltados, em sua maioria, à produção extensiva da pecuária e da extração da madeira. À medida que essas terras foram sendo apropriadas pelo capital, elas foram se valorizando e criando um mercado imobiliário nessa região, impossibilitando, assim, o acesso a terra pelas famílias camponesas.

Dessa forma é preciso relativizar os termos “abundância”, “escassez”, “esgotamento” tão utilizados para explicar a expansão e reprodução das unidades familiares no Espírito Santo pelos autores analisados aqui. De um modo geral, esses trabalhos são unânimes em afirmar que enquanto houve “abundância” de terras a reprodução das unidades familiares estava garantida e só por volta da década de 1960 essa reprodução se vê limitada pela “escassez” de terras.

Os dados do censo (Tabela 9) apontam que houve incorporação de novas terras aos estabelecimentos agrícolas entre 1960 e 1970. A área agrícola do Espírito Santo passou de 2.888.667 ha, em 1960, para 3.759.360 ha, em 1970. Ou seja, não havia “escassez” de terras nesse período, muito pelo contrário, o aumento da área agrícola do estado foi em torno de 31%. O que houve foi um aumento da participação percentual dos grupos de área acima de 100 ha.

Tabela 8 – Número e área dos estabelecimentos rurais do Espírito Santo, segundo as regiões: 1920-1960.

Regiões e grupos de área (ha)	1920		1940		1950		1960	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Região Norte	3.317	139.629	8.218	381.085	13.603	899.495	20.009	1.179.153
0 – 100	3.174	90.849	7.557	228.834	11.423	424.114	17.613	603.644
100 – 500	110	20.115	611	103.090	2.037	333.352	2.231	375.347
500 – 1.000	23	14.628	30	19.349	90	56.481	112	70.945
> 1.000	10	14.037	20	29.812	53	85.548	53	129.217
Região Centro	10.814	535.472	18.944	769.320	17.044	774.955	19.584	853.694
0 – 100	10.031	370.768	17.767	572.753	15.684	535.036	18.089	584.308
100 – 500	730	120.353	1.147	171.780	1.316	201.015	1.444	220.426
500 – 1.000	45	28.773	25	16.726	40	25.816	40	27.713
> 1.000	8	15.578	5	8.061	4	13.088	11	21.247
Região Sul	6.810	604.712	14.756	837.826	13.522	850.501	15.238	855.820
0 – 100	5.516	204.256	12.993	402.218	11.682	366.991	13.412	392.422
100 – 500	1.063	191.940	1.623	295.939	1.675	308.729	1.673	312.092
500 – 1.000	173	101.307	101	69.600	120	84.642	117	78.550
> 1.000	58	107.209	39	70.069	45	90.139	36	72.756
Espírito Santo	20.941	1.279.813	41.918	1.988.231	44.169	2.524.951	54.831	2.888.667
0 – 100	18.721	665.873	38.317	1.203.805	38.789	1.326.141	49.114	1.580.374
100 – 500	1.903	332.408	3.381	570.809	5.028	843.096	5.348	907.865
500 – 1.000	241	144.708	156	105.675	250	166.939	269	177.208
> 1.000	76	136.824	64	107.942	102	188.775	100	223.220

Fonte: Censos Agropecuários de 1920, 1940, 1950 e 1960.

Tabela 9 – Espírito Santo: área e estabelecimentos por grupo de área, 1960-1970.

Grupos de área (ha)	1960				1970			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	49.114	89,6	1.580.374	54,8	63.625	88,6	1.810.207	49,8
100-500	5.348	9,7	907.865	31,4	6.811	9,6	1.239.403	32,9
500-1.000	269	0,5	177.208	6,1	470	0,7	315.511	8,4
> 1.000	100	0,2	223.220	7,7	165	0,2	334.237	8,9
Total	54.831	100,0	2.888.667	100,0	70.711	100,0	3.759.360	100,0

Fonte: IBG, Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1980.

Mas a estratégia desenvolvimentista da década de 1960 procurava liberar mais áreas para o capital nacional e internacional se inserir no Espírito Santo. A erradicação foi a solução que faltava.

Vimos que a idéia forte do discurso desenvolvimentista foi a “crise” do café de 1960. Após a Segunda Guerra Mundial o café entrou numa longa fase de alta dos preços, passando de 16,18 dólares a saca de café de 60 kg, em 1945, para 86,83 dólares, em 1954, o que acabou induzindo o aumento da produção. Depois desse ano os preços começaram a cair chegando a 38,27 dólares em 1963, como podemos observar na tabela 10.

Apesar da queda dos preços a partir da segunda metade da década de 1950 o número de cafeeiros continuou a aumentar, principalmente no estado do Paraná. Assim, superprodução e queda dos preços acabaram provocando uma diminuição dos lucros dos comerciantes com a venda do café.

Tabela 10 – Brasil: preço médio de exportação do café, 1945-1987.

Ano	Preço	Ano	Preço
1945	16,18	1958	53,36
1946	22,41	1959	41,98
1947	28,17	1960	42,37
1948	28,05	1961	41,86
1949	32,61	1962	39,24
1950	58,34	1963	38,27
1951	62,79	1964	50,83
1952	66,07	1965	52,40
1953	70,05	1966	45,41
1954	86,83	1967	42,29
1955	61,61	1968	41,88
1956	61,27	1969	43,11
1957	59,05	1970	57,46

Fonte: IBC, Anuário Estatístico do Café, citado por Rocha e Morandi (1991).

Ao contrário dos comerciantes, os agricultores familiares não sofreram com a “crise” dos preços, pois desenvolviam uma agricultura diversificada e possuíam um maior grau de autonomia, uma vez que não dependiam apenas do café para sua sobrevivência.

Wagemann (1949) em seu trabalho sobre a colonização alemã no Espírito Santo nos fornece algumas descrições das propriedades coloniais que se formaram em território capixaba:

O **café**, como produção única de exportação é a mais importante atividade econômica do colono, embora não seja a maior do ponto de vista da superfície. Imprime direção a toda a economia. Cultiva-se, geralmente, café “bourbon” e crioulo. O bourbon tem a vantagem de amadurecer mais rapidamente que o outro. O crioulo, entretanto, proporciona rendimentos anuais mais regulares. O “bourbon” floresce na região alta, nos meses de outubro a janeiro, o crioulo nos meses de janeiro a março. Só excepcionalmente, cultiva-se café de grão pequeno. [...] As possíveis culturas associadas são o **milho** (de raízes superficiais), o **cará**, a **taioba** e a **mandioca** [...]. Acrescentem-se as **batatas doces** [...]. Uma colheita de 100 a 150 arrobas [de café] constitui a média. Quem colhe 250 a 300, passa

por abastado, e rico quem apanha 500 a 600. Um verdadeiro nababo é o que chega a produzir 1 000 arrôbas. [...] O **milho** é cultura [...] acessória à plantação de café (1 a 2 colheitas). [...] É boa colheita, a multiplicação do grão por 150, e muito boa, a multiplicação por 200. Entre os holandeses, em Santa Leopoldina, onde o terreno é menos fértil, entre 50 a 100 vezes a quantidade de grãos semeados. Um colono colhe de modo geral, 50 a 100 sacos (de 80 litros, cada um). Alguns se aproveitam para fazer pão, e os outros se destinam à alimentação dos animais. Durante os primeiros anos do sítio, enquanto os cafeeiros não frutificam, vende-se milho, que nesse período, constitui, em regra, a mais importante fonte de receita. Mais tarde, só se cultivava para as próprias necessidades. [...] A **mandioca** [...] no Espírito Santo, cultivam-se ambas as espécies. [...] O aipim é um sucedâneo da **batata**. Como esta, cozinha-se e come-se. A mandioca brava é transformada em farinha [...] (WAGEMANN, 1949, p. 50-54).

Segundo Wagemann (1949), ainda se cultivava o inhame, exclusivamente para alimentar os animais, e o amendoim, que se comia cozido e, às vezes, cru. O feijão era às vezes cultivado juntamente com o milho. Entre os legumes, cultivava-se o chuchu. Cultivava-se também a banana, a qual também era empregada na preparação do vinagre. A cana-de-açúcar era plantada na zona alta para alimentação dos animais e na região baixa aproveita-se, também, para a fabricação de açúcar. Entre as frutas, as principais cultivadas pelos colonos alemães no Espírito Santo eram a laranja, a tangerina, o mamão, o pêssego, a ameixa, a amora, a melancia, a goiaba, a manga e o coco.

Os colonos também criavam gado, porco e algumas aves:

É estimável em 10 cabeças a quantidade de gado, possuída, em média por cada colono; existem sítios com 2 a 3 cabeças, e outros, com 20 a 30. [...] Tanto na zona alta como na baixa, produz-se leite, quase que exclusivamente para as necessidades caseiras. Uma boa vaca fornece cerca de 6 litros; excepcionalmente, muito mais. Consome-se leite, principalmente sob a forma de queijo e de manteiga; dá-se coalhada aos porcos. Um ou outro colono vende laticínios aos vendeiros. [...] Cada colono tem, em média, 20 a 40 porcos. [...] Os porcos alcançam, em média, um peso de 10 a 15 arrobas. Pelo número de cabeças das varas deduz-se que parte delas destina-se ao mercado. [...] Criam-se gansos, perus, galinhas d'angola, patos, pombos. As aves se desenvolvem muito bem (WAGEMANN, 1949, p. 55-56).

Pasquale Petrone (2004), ao realizar trabalho de campo durante a XII Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que ocorreu em Colatina em 1957, relata a utilização do espaço agrícola na “zona de colonização antiga” do Espírito Santo:

O principal produto cultivado é o café, objeto de verdadeira monocultura comercial. A maioria dos colonos não vende outro produto. Ao café segue-se a “lavoura branca”, representada pelo cultivo de cereais, principalmente

milho. Com o arroz e o feijão, o milho raramente é objeto de comércio. Eventualmente, havendo sobra, dispões-se do excedente na venda mais próxima. A lavoura de milho, comum em toda a região, desde o início da colonização, vê-se associada à criação, ou porque possibilita a alimentação principalmente de animais de pequeno porte, ou porque, após a colheita, o gado de grande porte é solto na "palhada". Nas áreas de colonização italiana constitui, também, elemento da dieta alimentar, aliás, como já era na área de origem da maioria dos colonos (Vêneto). Para satisfazer o consumo cultiva-se, também, a mandioca (mandíva) e a batata inglesa, esta mais nas terras frias que nas quentes, mais nas áreas de colonização alemã que nas de italianos.

A cana de açúcar é outra lavoura encontrada com relativa freqüência; aparecendo de preferência nas terras quentes, já ocupou áreas bem mais extensas que as atuais. [...] O cultivo desse vegetal objetiva principalmente a obtenção de aguardente e, secundariamente, a de rapadura, sendo toda a produção de consumo local.

A fruticultura é uma das atividades regionais que merecem destaque. Videiras, pereiras, laranjeiras, mangueiras, abacateiros, bananeiras são as plantas frutíferas mais comumente encontradas. A videira e a pereira aparecem mais nas terras frias, enquanto que as demais são mais freqüentes nas terras quentes, com exceção das laranjeiras, encontradas em toda parte. De um modo geral as árvores frutíferas existem sem um objetivo comercial, pois que quase todos os colonos possuem um pequeno pomar cuja produção satisfaz apenas o consumo. [...] em certos casos, porém, como acontece com as laranjeiras das vizinhanças de Santa Leopoldina, a produção tem exclusivamente caráter comercial, sendo a venda efetuada na cidade vizinha, ou dirigida para Vitória.

Na zona de Santa Maria, no alto vale do Santa Maria de Vitória, habitada quase exclusivamente por pomeranos, assim como nas áreas de Suíça e no vale do Recreio, habitadas por descendentes de alemães, holandeses e suíços, além de fruticultura eventualmente comercial, pratica-se importante horticultura. Legumes e hortaliças, assim como árvores frutíferas, justificam a presença, particularmente nas várzeas e terraços, de hortas e pomares bem cuidados. Plantam-se principalmente tomate, cebola, alho, couve, repolho e cenoura. A produção comercial é dirigida para o mercado de Vitória, via Santa Tereza e Santa Leopoldina. [...] A horticultura é também praticada, com o objetivo de satisfazer o consumo, pela maioria dos colonos, dado que tantos os teuto-brasileiros quanto os ítalo-brasileiros não dispensam as verduras e os legumes em sua dieta alimentar.

Outros produtos cultivados são a mamona e o fumo. O primeiro já teve maior importância, estando agora em decadência. O fumo satisfaz necessidades locais. [...] Atualmente inicia-se, parece que com resultados satisfatórios, a cultura do coqueiro. Foi o que verificamos em uma propriedade de ítalo-brasileiro da área de São João de Petrópolis em terra quente, com 400 pés já plantados.

A essas atividades devemos acrescentar, finalmente, a da floricultura, particularmente, no vale do Timbuí a montante de Santa Teresa, cuja produção encontra consumo em Vitória (PETRONE, 2004, p. 40-42).

Como já demonstrado por Wagemann, a criação de gado também fazia parte das atividades agrárias das famílias camponesas:

Na esmagadora maioria das propriedades a criação contribui para completar a dieta alimentar dos habitantes, sendo, portanto, antes de mais nada uma atividade de subsistência. Além disso, pode aparecer com certa freqüência como atividade associada à agricultura, aproveitando-se direta ou indiretamente de produtos cultivados e fornecendo o adubo tão necessário nas terras velhas (PETRONE, 2004, p. 53).

A partir das informações de Wagemann e Petrone foi possível organizar o quadro a seguir (Quadro 2) sobre a produção, utilização e destino dos produtos camponeses.

Quadro 2: Produção, utilização e destino das principais culturas produzidas pelas famílias camponesas no Espírito Santo.

(continua)

Cultura	Utilização/Destino
Café	Comércio.
Milho	Consumo das famílias e alimentação dos animais. Havendo sobra o excedente era vendido na venda.
Arroz e feijão	Consumo das famílias. Havendo sobra o excedente era comercializado na venda.
Mandioca	Consumo das famílias, podendo ser em forma de farinha.
Tomate, cebola, alho, couve, repolho e cenoura	Consumo das famílias e produção comercial, que era dirigida para o mercado de Vitória, via Santa Tereza e Santa Leopoldina.
Batata inglesa e batata doce	Consumo das famílias.
Cana de açúcar	Obtenção de aguardente, rapadura e açúcar. Também era destinada à alimentação dos animais. A produção era de consumo local.
Amendoim, Cará, taioba e chuchu	Consumo das famílias.
Uva, pêra, manga, abacate, tangerina, mamão, pêsego, ameixa, amora, melancia, goiaba, manga e côco	Consumo das famílias.
Mamona e fumo	Consumo local.
Inhame	Alimentação dos animais.

Quadro 2: Produção, utilização e destino das principais culturas produzidas pelas famílias camponesas no Espírito Santo.

(conclusão)

Cultura	Utilização/Destino
Banana	Consumo das famílias. Era também empregada na fabricação do vinagre.
Laranja	Consumo das famílias. Em Santa Leopoldina a produção tinha caráter exclusivamente comercial, sendo a venda efetuada na cidade vizinha, ou dirigida para Vitória.
Porco	Consumo das famílias e mercado.
Gado	Produção de leite para o consumo das famílias, principalmente sob a forma de queijo e de manteiga. Alguns colonos vendiam laticínios aos vendedores. A coalhada era dada aos porcos.
Gansos, perus, galinhas d'angola, patos e pombos.	Consumo das famílias. Fornecimento de adubo para a agricultura.
Floricultura	Produção comercial dirigida para o mercado de Vitória.

Fonte: Wagemann (1949) e Petrone (2004).

Nota-se como eram diversificadas as unidades camponesas. Produziam-se praticamente tudo o que as famílias necessitavam para sua sobrevivência. O pouco que não se produzia era adquirido nas vendas mais próximas, como o sal, o querosene e os tecidos.

Os relatos de Wagemann e Petrone mostram que apesar do café se destacar como principal produto, ele não era a única cultura presente nas unidades familiares, nem mesmo a única comercializável, o que demonstra o alto grau de autonomia dos agricultores capixabas. Como vimos, muitas culturas tinham o seu excedente

vendido na venda, como era o caso do milho, do arroz e do feijão. Outras, além de satisfazerem o consumo das famílias, tinham um objetivo comercial, como a laranja, em Santa Leopoldina e a horticultura, na zona de Santa Maria. Sendo assim, dificilmente a queda dos preços do café atingiria os pequenos agricultores capixabas, mais autônomos, pois não dependiam diretamente do café.

Mas como o discurso desenvolvimentista era um discurso que se inseria na lógica mercadológica, as trocas nas vendas e nos mercados locais eram consideradas uma “comercialização ruim”, pois eram “limitadas à prática do escambo”, uma vez que as unidades familiares apresentavam um “nível de exploração típico de uma economia de subsistência” (ASPLAN, 1968, p. 8). Por isso, seus produtos não eram levados ao mercado, entendido como um espaço exterior à esfera da produção. Dessa forma, a agricultura familiar foi identificada como a causa do “atraso” do Espírito Santo em relação “aos demais centros do país”.

Através dos relatos de Wagemann e Petrone podemos constatar, ainda, como eram diversificadas as atividades presente nas unidades familiares. Muitos produtos, ao invés de serem comprados na venda, ou até mesmo importados, eram produzidos na própria unidade familiar, como o pão, que era produzido a partir do milho, a aguardente, a rapadura e o açúcar, fabricados a partir da cana-de-açúcar, o vinagre, fabricado a partir da banana, e o queijo e a manteiga, que eram produzidos a partir do leite fornecido pelo gado. Além disso, a criação estava freqüentemente associada à agricultura: além de alguns cultivos como o milho, o inhame e a cana-de-açúcar serem também destinados à alimentação dos animais, o esterco dos animais era comumente utilizado como adubo na agricultura.

Os dados do Censo Agropecuário corroboram os relatos de Wagemann e Petrone ao mostrar como eram diversificadas as unidades familiares e que os pequenos agricultores não produziam somente café (Tabela 11).

Nota-se que mesmo na década de 1960, quando o discurso desenvolvimentista apontou que a agricultura familiar estava em “crise”, houve aumento das áreas cultivadas com arroz, feijão, mandioca, milho, cacau e cana-de-açúcar, outro elemento que comprova que a agricultura familiar não estava em “crise”, muito pelo contrário, ela crescia e se fortalecia a cada ano.

Tabela 11 – Área das principais culturas agrícolas do Espírito Santo, 1950-1970.

Cultura	Área total		
	1950	1960	1970
Arroz	25.316	36.252	50.813
Feijão	47.146	49.153	68.930
Mandioca	16.616	24.768	31.840
Milho	107.842	152.736	184.981
Cacau	-	12.782	20.126
Cana-de-açúcar	14.818	19.147	20.797

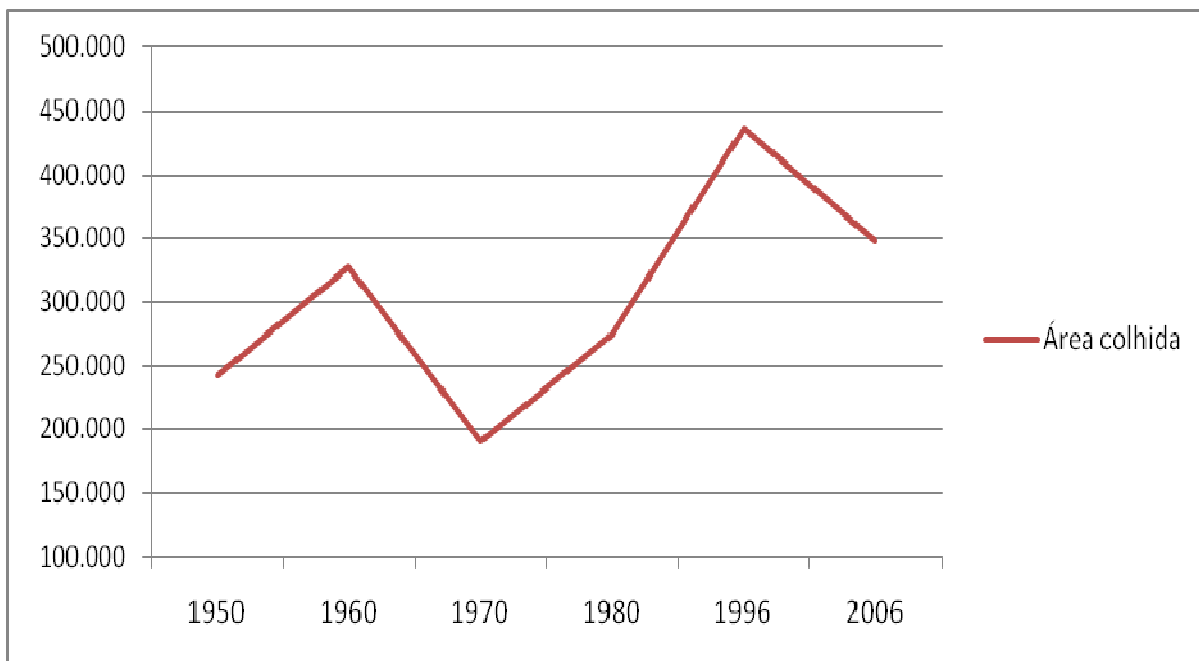
Fonte: IBG, Censos Agropecuários de 1950, 1960 e 1970.

Outro fator que indica que a agricultura familiar não estava em “crise” e nem foi responsável por ela foi a rápida recuperação do café capixaba que a partir da década de 1970 já voltou a apresentar crescimento (Gráfico 1).

Com a erradicação a área cultivada com café caiu quase pela metade, passando de 328.255 ha, em 1960, para 190.596 ha, em 1970. Da mesma forma, a produção que em 1960 havia sido de 243.425 toneladas, em 1970 foi de apenas 174.496 toneladas. Em 1980 a área colhida com café no estado chegou a 275.496 ha e em 1996 atingiu 437.143 ha, caindo um pouco na segunda metade da década de 1990, mas chegando em 2006 com 348.211 ha plantados. Em relação à produção, essa ultrapassou em muito os pouco mais de 200 milhões de toneladas produzidos na década de 1960, chegando a 665.728 milhões de toneladas em 1996.

Como podemos constatar, a exemplo do que ocorreu em outros momentos, a “crise” de 1960 não passou de uma “crise” de preços, pois já na década de 1970 a área colhida com café voltou novamente a apresentar crescimento, logo ultrapassando a marca de 1960.

Gráfico 1 – Café, área colhida (ha) no Espírito Santo: 1950-2006.



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006. Organizado pela autora.

Se os agricultores familiares não sofreram com a “crise” dos preços, os comerciantes foram diretamente atingidos por ela, pois, como vimos, eram eles que detinham o comércio do café. Assim, quando os preços do café apresentavam quedas toda a elite comercial, desde o pequeno comerciante da venda até os donos de grandes casas exportadoras, se viam obrigados a reduzir seus negócios, pois não só o lucro com o comércio do café diminuía como também o lucro com a venda de mercadorias importadas, pois em épocas de queda do preço do café o agricultor reduzia o consumo dos bens importados dispensáveis a sua sobrevivência.

Da mesma forma, a economia urbana também era dependente do café, pois no final da década de 1940 o setor de beneficiamento, torrefação e moagem de café representava aproximadamente 60% do valor da produção da indústria de transformação do Espírito Santo.

Também as finanças públicas eram diretamente afetadas com a queda dos preços do café, uma vez que o comércio do café era responsável por mais de 60% da

arrecadação do Estado com o imposto sobre vendas e consignações, principal fonte de arrecadação do Estado.

Como podemos constatar a “crise” de 1960 não era uma “crise” da estrutura produtiva do estado, mas sim uma “crise” de circulação, ou seja, uma “crise” de extração da mais valia. Assim, tanto para a elite urbana ligada ao comércio e à indústria como para o estado era preciso superar a estrutura cafeeira, pois as possibilidades de acumulação do capital haviam se estreitado.

É nesse contexto que é formulada a idéia da “crise”, cuja solução apontada foi a superação da estrutura cafeeira capixaba, baseada na pequena unidade familiar. Mas, como pudemos verificar a agricultura familiar não estava em “crise” e nem era responsável por ela, apesar de o discurso desenvolvimentista ter identificado na “base agrária” do estado a raiz da “crise”. Porém, como os agricultores familiares não tinham poder político, pois este estava concentrado nas mãos da elite urbana industrial e mercantil, acabaram sofrendo as conseqüências da “crise”.

Assim, após identificar a causa da “crise” e do “atraso” em que o estado se encontrava o discurso desenvolvimentista apontou a solução: “diversificar” a estrutura econômica do estado para superar a “dependência” de um único produto, o café. Como vimos no capítulo 2, tal “diversificação” seria orientada pela indústria e por produtos que pudessem ser exportados para os mercados nacionais e internacionais.

Mas ainda tinha um problema: o agricultor “arraigado”, com “técnica muito atrasada” e com uma “comercialização ruim”.

Para o campo, o discurso desenvolvimentista pregava uma “renovação da atividade agrícola buscando um padrão técnico e de rendimento para novas culturas”. No caso proposto para o Espírito Santo a “renovação da atividade agrícola” se daria através da silvicultura e da pecuária.

O discurso desenvolvimentista defendia a adoção de “um regime de aproveitamento racional” e pregava que “a solução dos problemas técnicos [só seria] conseguida eficientemente, quando assentada em base técnico-científica” (ECOTEC, 1967, p.

70). Na concepção desenvolvimentista, isso daria “um impacto na estrutura eminentemente agrária do Estado, permitindo desenvolvê-la sem os percalços” que possuía (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 366).

Assim, o discurso da racionalidade aparece para reforçar a inserção da ideologia desenvolvimentista no território capixaba. Vários termos são utilizados para reforçar esse discurso: “métodos racionais”, “bases científicas e tecnológicas”, “técnicas modernas de trabalho”, “assistência técnica adequada”, “aplicação sistemática”, “escala ótima”.

O discurso desenvolvimentista ainda apontou o recorte espacial por onde o “desenvolvimento” deveria se inserir no Espírito Santo. Esse recorte foi o Norte do estado que, segundo o discurso desenvolvimentista, era uma área em que o povoamento ainda não possuía as características de “ocupação permanente”. Assim, continha “extensos vazios demográficos, grandes áreas de terras devolutas” e a economia ainda se revestia de “caráter extrativo”. Por isso, essa área ainda procurava sua “vocação econômica e social”, caracterizando-se como uma área de “expansão potencial” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 52).

Ao caracterizar as áreas do norte do estado como “extensos vazios demográficos”, o discurso desenvolvimentista tornou invisíveis as inúmeras comunidades tradicionais que viviam naquela região, abrindo caminho para o capital se instalar. E não foi por acaso que o norte foi eleito área prioritária para os investimentos em silvicultura e em pecuária como vimos ao analisar os trabalhos *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* e *A Pecuária Bovina no Espírito Santo*.

4.1.1 E o “desenvolvimento” chega ao campo

A erradica o foi o golpe que faltava nos camponeses. Com o corte dos cafezais enormes áreas foram liberadas para serem apropriadas pelo capital local e internacional.

Entre as décadas de 1970 e 1980, em que a área total apropriada permaneceu praticamente estável as propriedades menores de 100 ha perderam

aproximadamente 300 mil ha, enquanto as propriedades acima de 500 ha tiveram um aumento correspondente em torno de 300 mil ha, como podemos observar na tabela 12.

Tabela 12 – Espírito Santo: área e estabelecimentos por grupo de área, 1960-1980.

Grupos de área (ha)	1970				1980			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	63.625	88,6	1.810.207	49,8	51.872	39,5	1.527.285	40,2
100-500	6.811	9,6	1.239.403	32,9	6.660	11,3	1.267.249	33,4
500-1.000	470	0,7	315.511	8,4	544	0,9	375.422	9,9
> 1.000	165	0,2	334.237	8,9	260	0,4	628.247	16,5
Total	70.711	100,0	3.759.360	100,0	59.340	100,0	3.798.224	100,0

Fonte: IBG, Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1980.

Entre as atividades que se destacaram no Espírito Santo após a inserção da ideologia desenvolvimentista, a silvicultura apresentou extraordinário crescimento. A década de 1970 foi marcada pelo surgimento de grandes latifúndios monocultores de eucalipto no litoral norte do Espírito Santo. A tabela 13 mostra o extraordinário aumento do número de árvores plantadas no Espírito Santo a partir da década de 1970.

As principais empresas a atuarem no estado foram a Aracruz Celulose S.A., a Floresta Rio Doce S.A e a Bahia Sul Celulose, ambas voltadas, prioritariamente, para a produção de celulose.

Tabela 13 – Árvores plantadas (área) no Espírito Santo, 1970-2007.

Ano	Área Plantada (ha)
1970	25.119
1980	143.148
1996	172.735
2007	186.354

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2007.

Como vimos, a silvicultura no Espírito Santo foi incentivada pelo governo estadual, que encomendou o estudo *Potencial Florestal e Silvicultura no Espírito Santo*. Foram fundamentais para a extraordinária expansão dessa atividade no estado os incentivos fiscais instituídos a partir da segunda metade da década de 1960, a começar pelo Novo Código Florestal, que incentivava a formação de “florestas” homogêneas para o consumo das empresas que utilizavam a matéria-prima florestal e as isentava de impostos. Além disso, os projetos de “reflorestamento” eram prioritários na aquisição de créditos com juros e prazos compatíveis.

Cita-se entre as principais leis de incentivo ao “reflorestamento” a Lei 5.106, de 02 de setembro de 1966, que abatia ou descontava das declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residente ou domiciliada no Brasil, a quantia correspondente empregada em “florestamento” e “reflorestamento”.

O Governo Federal também se preocupou com uma estrutura administrativa que impulsionasse os projetos de “reflorestamento” e criou, em 1967, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), órgão que tinha como objetivo coordenar todas as atribuições referentes à exploração e comercialização da madeira, ao plantio de árvores e à proteção das florestas. O IBDF tinha também a função de administrar os incentivos fiscais destinados ao “reflorestamento” e acompanhar todos os projetos florestais.

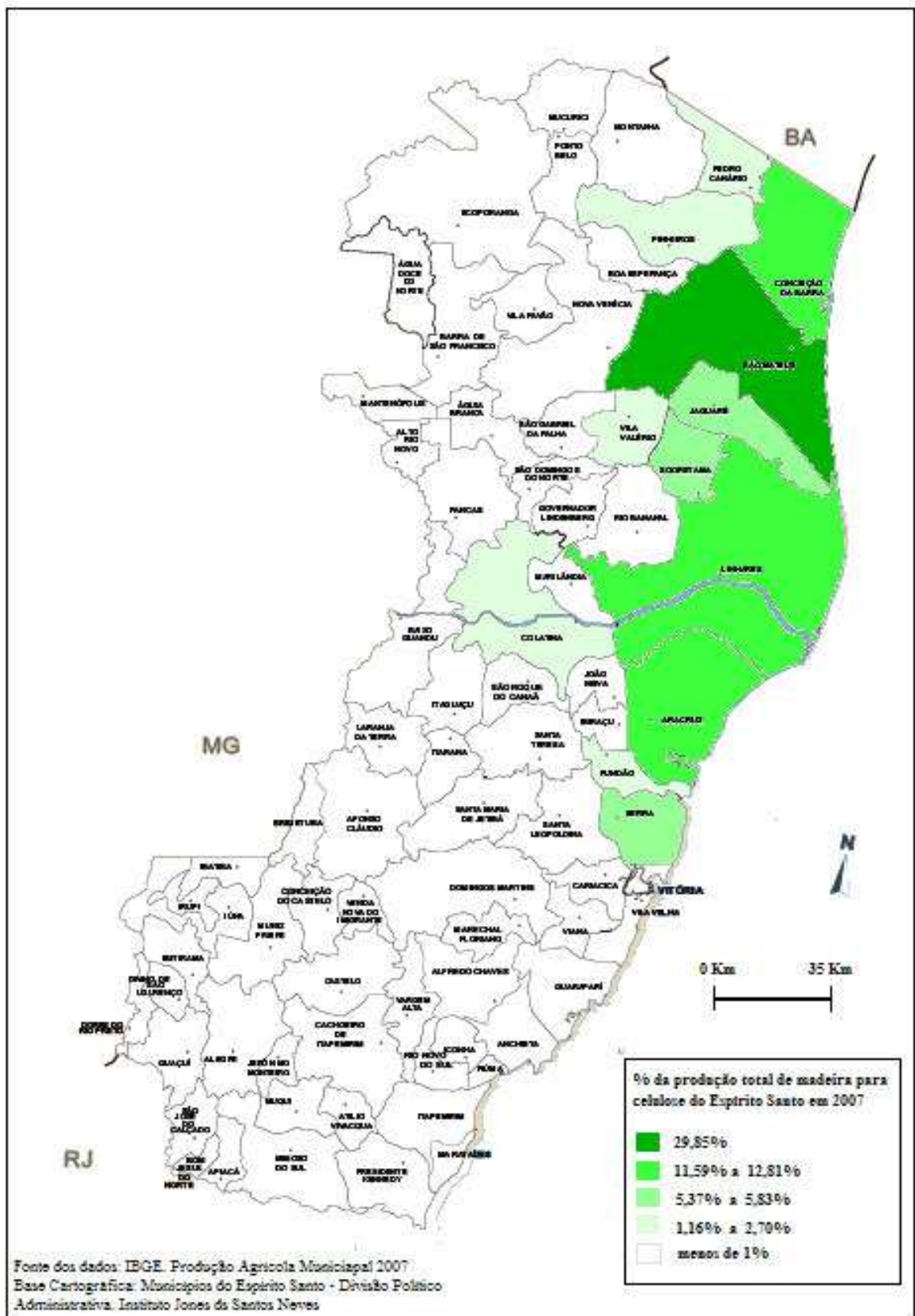
Os grandes plantios monocultores de árvores também tiveram impulso com o Programa Nacional de Papel e Celulose que integrava o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) elaborado em 1974, no governo Geisel. O Programa tinha como meta ampliar o consumo interno e a exportação de celulose e de papel.

Em 1974 foi criado o Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais). O Fiset seria alimentado pelas importâncias descontadas do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicadas em empreendimentos florestais. As importâncias recolhidas pelo Fiset só podiam ser movimentadas após aprovação dos projetos pelo IBDF.

O Decreto-Lei n.º 79.046, de 27 de dezembro de 1976, estipulava que os projetos de “florestamento” e “reflorestamento”, exceto os relativos a frutíferas e palmito e aqueles com efeitos eminentemente conservacionistas, a partir de 1977 só poderiam ser aprovados para execução em Regiões Prioritárias para Florestamento e/ou em Distritos Florestais-Industriais. Foi competido ao IBDF delimitar as Regiões Prioritárias. Por indicação também do IBDF seriam delimitadas como Distritos Florestais-Industriais áreas onde já existia, em funcionamento ou em implantação, indústria que utilizava a madeira como insumo principal. O Decreto Lei n.º 79.046 completou todo o aparato jurídico necessário para o estabelecimento e expansão das monoculturas de árvores no Espírito Santo, principalmente do eucalipto com a Aracruz Celulose, a qual já estava instalada no município de Aracruz desde o final de década de 1960.

O mapa 4 demonstra a distribuição geográfica da produção total de madeira para celulose no Espírito Santo em 2007.

Mapa 4 – Distribuição da produção total de madeira para celulose no Espírito Santo, 2007.



Organização: BERNARDO NETO, 2009.

A monocultura da cana-de-açúcar também cresceu significativamente no Estado a partir da década de 1980, chegando a ocupar, em 2007, 68.997 ha de terras do estado:

Tabela 14 – Cana-de-açúcar: área colhida (ha) no Espírito Santo, 1950-2007.

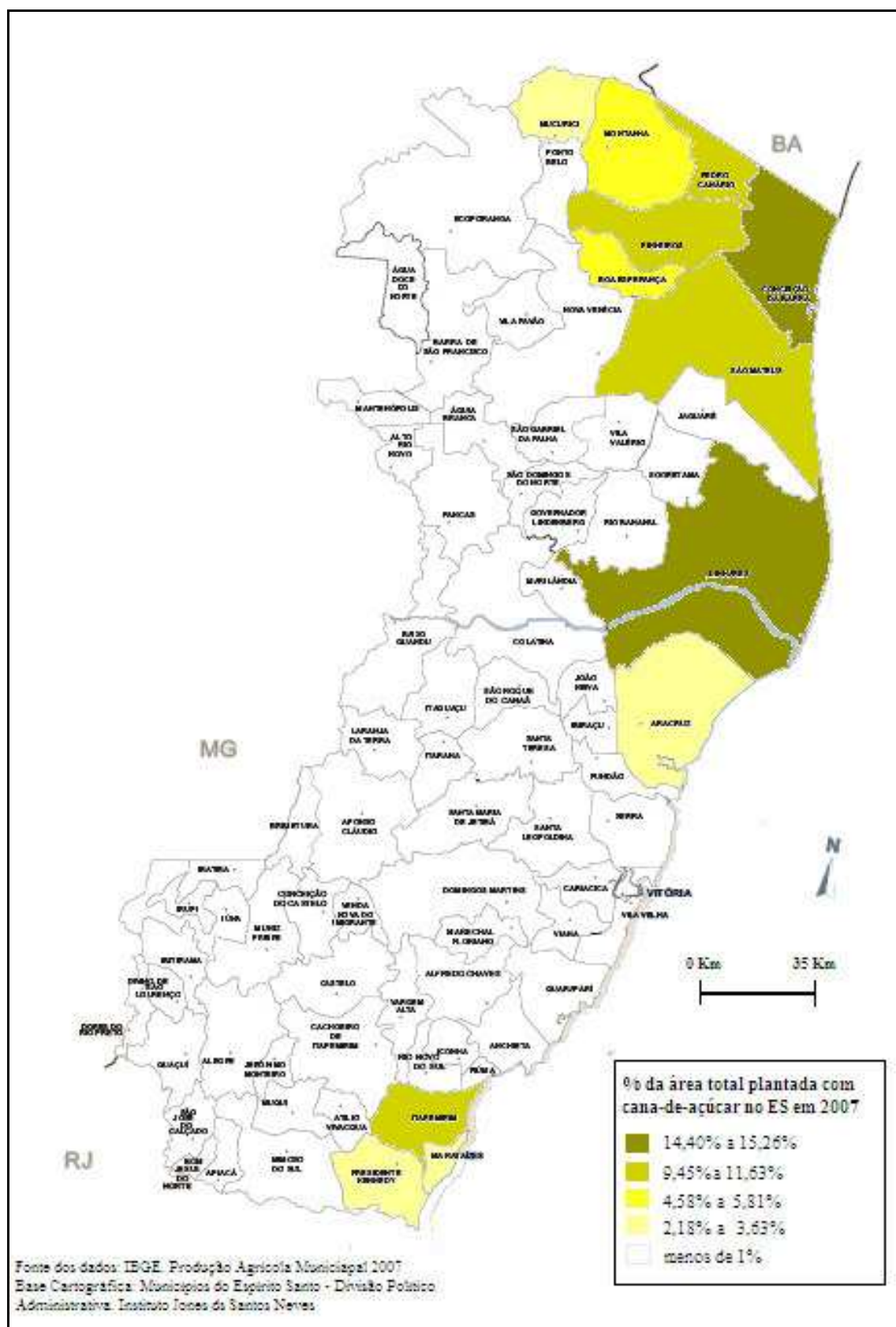
Ano	Área Colhida (ha)
1950	14.818
1960	19.147
1970	20.797
1980	18.475
1996	38.665
2007	68.997

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006.

As plantações de cana-de-açúcar cresceram significativamente a partir de 1980 como reflexo do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado em 1975 pelo Governo Federal com a intenção de substituir o petróleo pelo álcool etílico obtido da cana-de-açúcar. Com o PROÁLCOOL foram concedidos consideráveis empréstimos, a juros subsidiados, a grandes produtores de cana-de-açúcar de todo o Brasil, incentivando a criação de usinas de grande porte para a produção de álcool. Os financiamentos foram estendidos também, mas em menor proporção, a pequenos e médios produtores agrícolas. Na década de 1980, o Espírito Santo foi integrado à segunda fase do Programa e teve sua participação na produção nacional de álcool aumentada de 0,3% para 1,2%.

O mapa 5 mostra a distribuição geográfica da cana-de-açúcar no território capixaba em 2007.

Mapa 5 – Distribuição da produção total de cana-de-açúcar no Espírito Santo, 2007.



Organização: BERNARDO NETO, 2009.

Os principais canaviais localizados nos municípios de Conceição da Barra, Linhares, Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Boa Esperança, Mucurici e Aracruz refletem a produção intensiva dessa cultura no norte do estado, ao contrário dos canaviais presentes no sul do estado, em que os municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy estão localizados em uma região tradicional, que cultiva cana desde o período colonial, cuja produção é consumida em grande parte pelas usinas aí instaladas.

A pecuária também se tornou uma importante atividade no estado a partir de 1970. O percentual de área do estado ocupada com pastagens nos dá um indicativo da importância dessa atividade (Tabela 15).

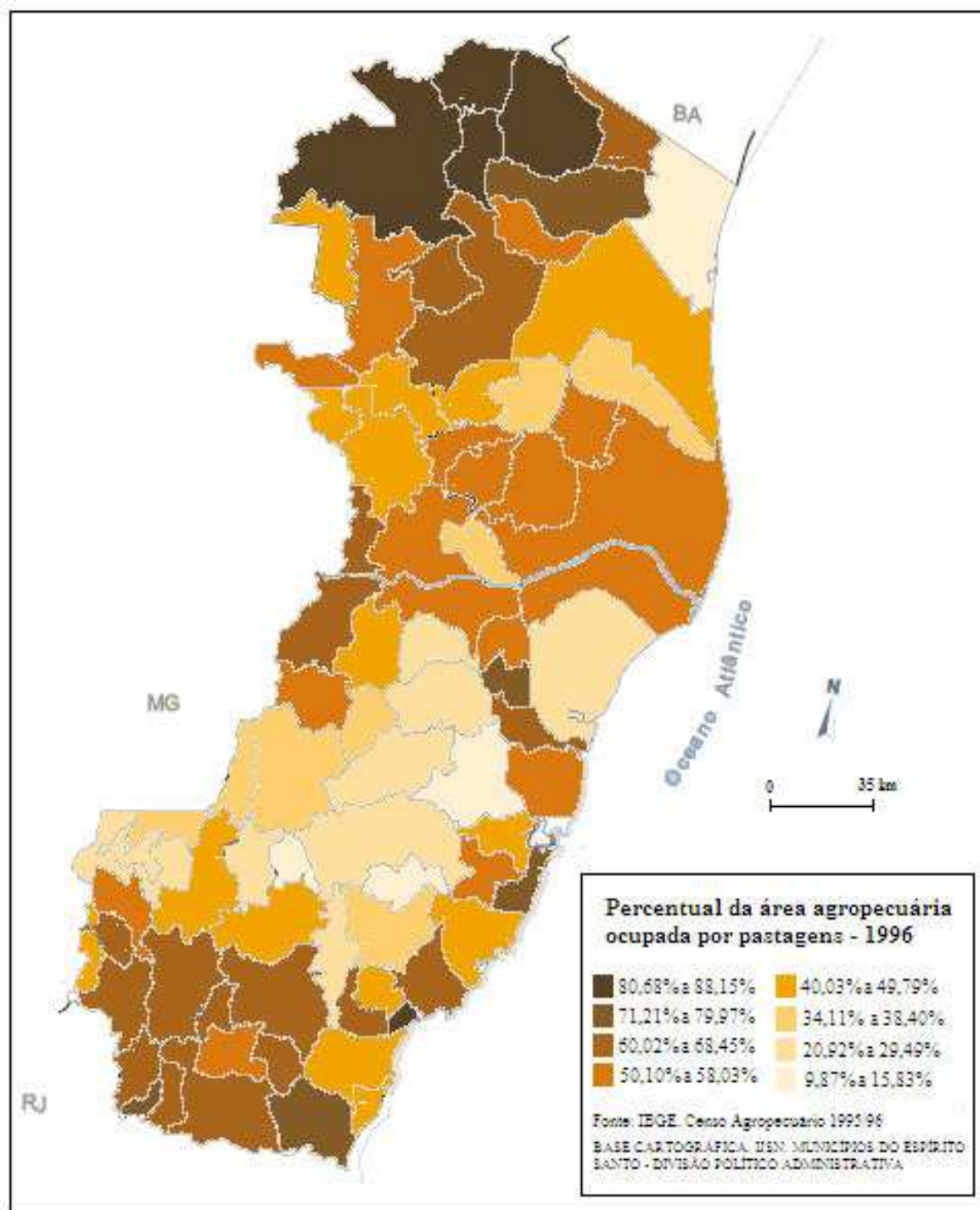
Tabela 15 – Área ocupada por pastagens e percentual da área total ocupada com pastagens, 1960-2007.

Ano	Área Ocupada (ha)	Percentual da área total ocupada com pastagens
1960	822.937	28,48
1970	1.829.975	48,67
1975	2.130.563	55,50
1980	1.978.794	52,22
1985	1.879.617	48,25
1996	1.821.069	52,19
2007	1.340.071	47,21

Fonte: IBG, Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006.

O mapa 6 mostra a distribuição geográfica da área agropecuária ocupada com pastagens no Espírito Santo em 1996.

Mapa 6 – Distribuição da área agropecuária ocupada com pastagens no Espírito Santo, 1996.



Organização: BERNARDO NETO, 2009.

Os dados demonstram a importância da atividade agropecuária no norte do Estado, onde se localizam os municípios com os maiores percentuais de área ocupada com pastagens, com destaque para Montanha, Mucurici, Ecoporanga, Ponto Belo e Pinheiros.

Em relação à estrutura fundiária do Espírito Santo os dados do Censo indicam uma significativa concentração fundiária a partir de 1970. Por outro lado, houve também uma fragmentação dos estabelecimentos menores que 100 ha nas últimas décadas (Tabela 16). Essa situação é preocupante, pois impede que muitas famílias permaneçam no campo, uma vez que a fragmentação reduz o espaço destinado à produção.

O avanço das áreas de pastagens e a expansão das monoculturas de eucalipto e de cana-de-açúcar desenvolvidas em grandes extensões de terra e utilizando pouca mão-de-obra contribuíram consideravelmente para a formação de latifúndios no norte do estado. Como podemos observar no mapa 7, os municípios por onde o agronegócio se territorializou são os que apresentam estrutura fundiária mais concentrada¹⁷.

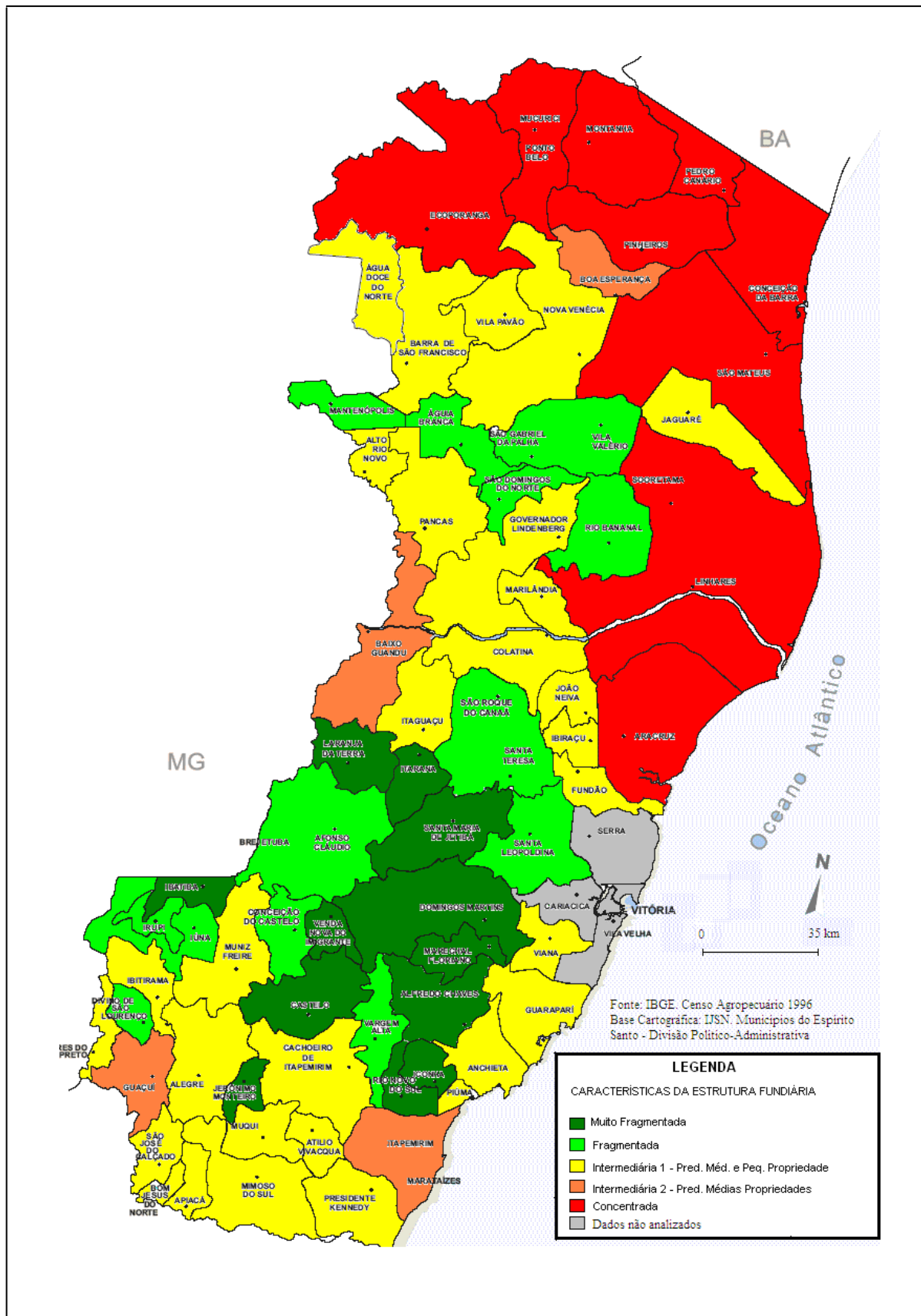
¹⁷ Segundo metodologia adotada por Bernardo Neto (2009), os municípios que apresentam estrutura fundiária classificada como *Muito Fragmentada* são aqueles em que as pequenas propriedades rurais (com menos de 100 ha) ocupam um percentual elevadíssimo da área agrícola e os grandes imóveis (com mais de 1.000 ha) são inexistentes; os municípios que apresentam estrutura fundiária classificada como *Fragmentada* são aqueles que também possuem a maior parte de sua área agrícola ocupada por pequenas propriedades, mas isso ocorre em percentual consideravelmente inferior aos municípios da categoria *Muito Fragmentada*, ou, nos casos em que esse percentual é quase tão alto quanto, verifica-se que os grandes imóveis rurais se fazem presentes, em alguns casos ocupando uma parcela considerável da área agrícola; os municípios que apresentam estrutura fundiária classificada como *Intermediária 1 – Predomínio de Médias e Pequenas Propriedades*, são aqueles em que as pequenas propriedades ocupam um percentual menor da área agrícola que o verificado nos municípios de estrutura *Fragmentada*, havendo certo equilíbrio com a área ocupada pelos imóveis de média extensão (entre 100 e 1.000 ha); os municípios que apresentam estrutura fundiária classificada como *Intermediária 2 – Predomínio de Médias Propriedades* são aqueles em que as médias propriedades ocupam a maior parte da área agropecuária, e o espaço ocupado por grandes imóveis é, em geral, bem mais significativo que o das regiões anteriores; e os municípios que apresentam estrutura fundiária classificada como *Concentrada* são aqueles em que a área ocupada pelos pequenos imóveis é pequena, havendo predomínio de médios e grandes imóveis rurais. São as áreas onde a concentração fundiária é mais intensa no Espírito Santo.

Tabela 16 – Espírito Santo: área e estabelecimentos por grupo de área, 1970-2007.

Grupos de área (ha)	1970				1980				1996				2006			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< de 10	13.194	18,65	73.846	1,96	11.363	19,13	61.948	1,63	23.492	32,05	120.192	3,44	40.248	47,71	183.081	6,45
10-100	50.071	70,80	1.796.361	47,78	40.513	68,22	1.465.336	38,57	43.412	59,23	1.415.638	40,57	39.054	46,29	1.142.914	40,26
100-1.000	7.281	10,29	1.554.914	41,36	7.204	12,13	1.642.691	43,24	6.102	8,32	1.413.808	40,52	4.299	5,09	1.002.758	35,33
> 1.000	165	0,23	334.237	8,89	260	0,43	628.246	16,54	202	0,27	539.086	15,45	157	0,18	509.425	17,94
Total	70.712	100,0	3.759.359	100,0	59.380	100,0	3.798.226	100,0	73.288	100,0	3.488.725	100,0	84.356	100,0	2.838.178	100,0

Fonte: IBG, Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2007.

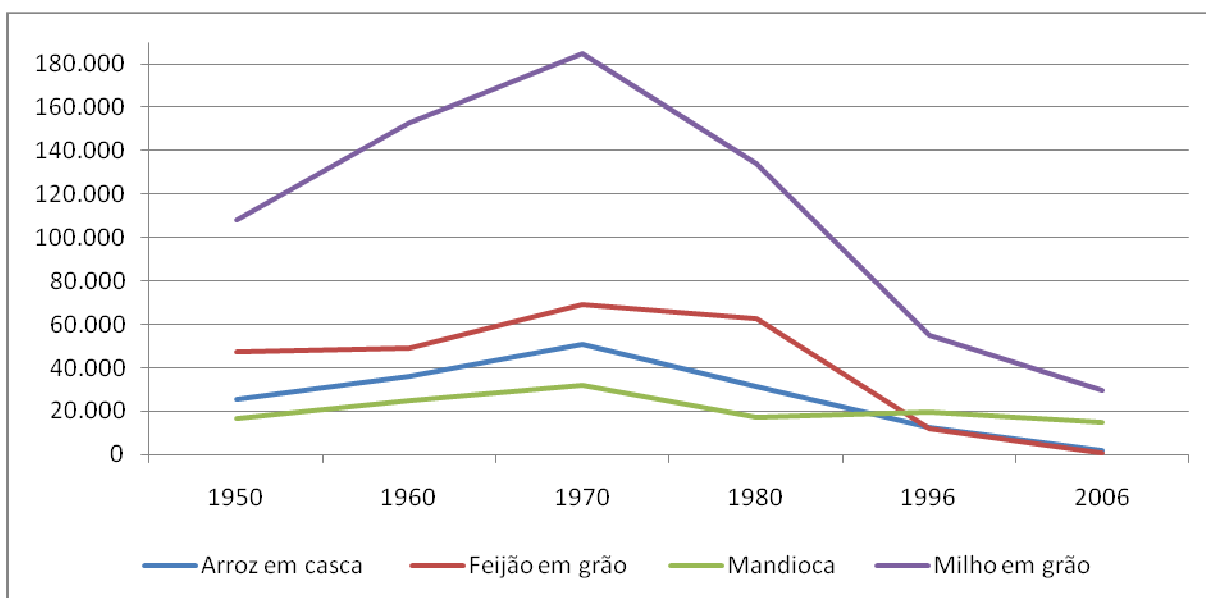
Mapa 7 – Estrutura fundiária no Espírito Santo, 1996.



Organização: BERNARDO NETO, 2009.

Uma das conseqüências da especialização da produção com gêneros de exportação (eucalipto, cana-de-açúcar, pecuária e café) a partir da década de 1970 foi o declínio de lavouras tradicionais, como podemos observar no gráfico a seguir (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Espírito Santo: área colhida (ha) das principais culturas agrícolas, 1950-2006.



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006. Organizado pela autora.

Nota: * Para os anos de 1950 e 1960, a área colhida não inclui a produção de cultivos associados com plantações permanentes.

Nota-se que as áreas cultivadas com arroz, feijão, mandioca e milho no Espírito Santo vinham apresentando aumento desde a década de 1950, mas após a erradicação e a introdução de monoculturas no estado esse quadro se inverteu e a área colhida com essas culturas passou a apresentar queda, sendo que todas elas apresentaram área colhida em 2006 inferior à área colhida em 1950.

Dentro da lógica de territorialização do capital tem-se a desterritorialização do camponês, os quais são muitas vezes obrigados a deixar a terra e migrar para as cidades.

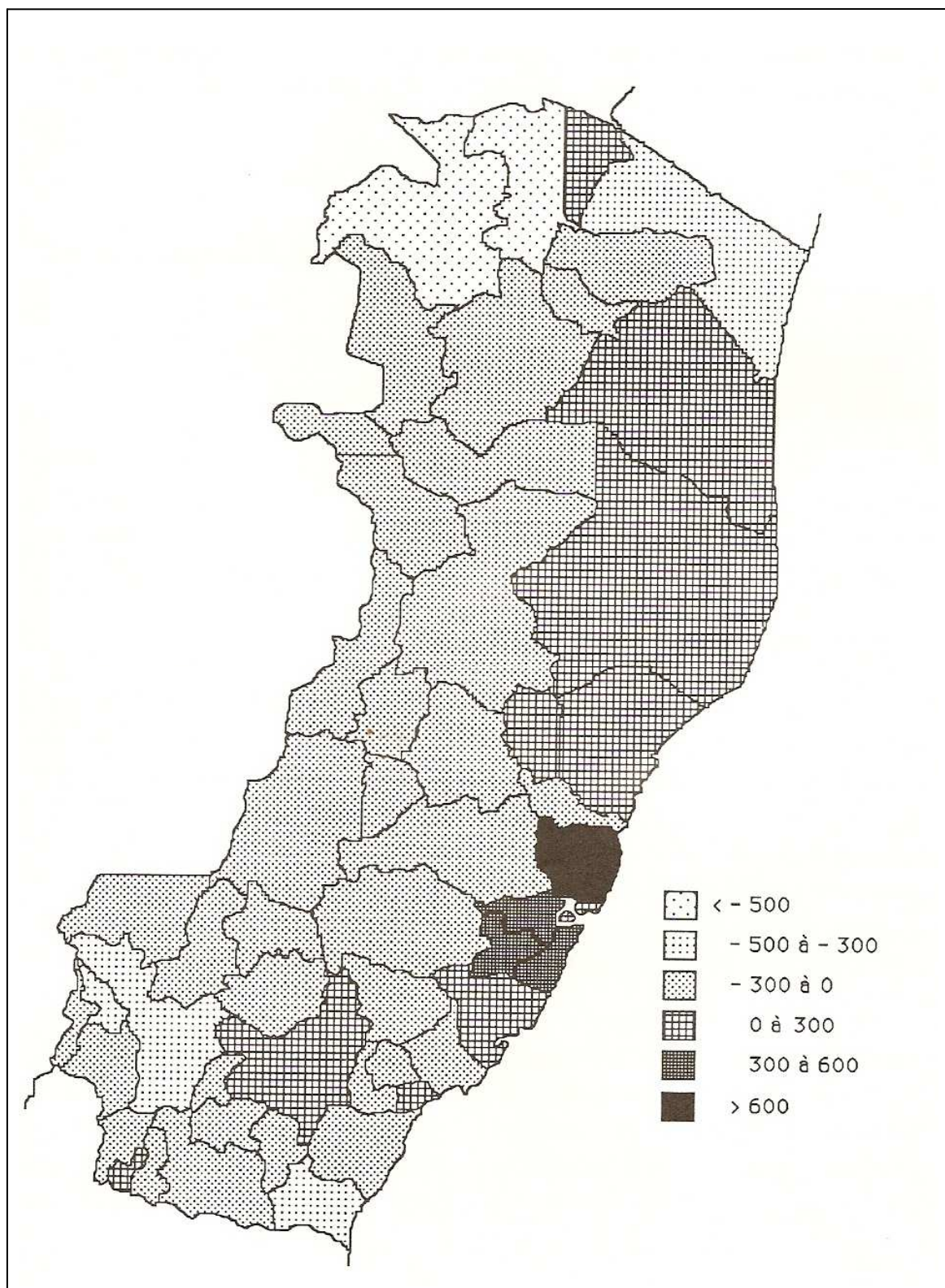
Segundo Castiglioni (2009) um conjunto de vetores, “[...] expulsões na área rural e, dinâmicos na região da capital, alimentou o processo de transferência da população em toda a segunda metade do século XX” (CASTIGLIONI, 2009, p. 100). Além da “crise” da cafeicultura que, na interpretação da autora, foi o principal determinante do êxodo rural no Espírito Santo durante as décadas de 1960 e 1970, Castiglioni (2009) cita ainda como fatores determinantes para que um número considerável de pessoas deixasse o campo no Espírito Santo e migrasse para as cidades após a década de 1960 o incremento elevado da população rural, em decorrência do elevado crescimento natural verificado no estado em meados do século XX, a formação dos grandes latifúndios no norte do estado, destinados à exploração extensiva da madeira e da pecuária – atividades que absorvem pouca mão-de-obra – e a consolidação do Espírito Santo como uma economia urbano-industrial a partir da década de 1980.

Em trabalho anterior, Castiglioni (1989) analisou os saldos migratórios dos municípios do Espírito Santo entre 1970 e 1980 e identificou as regiões que mais expulsaram e as que mais atraíram população nesse período no estado (Mapa 8).

Acompanhando a lógica territorialização do capital/desterritorialização do camponês, Castiglioni (1989) verificou que a região norte foi a região que mais expulsou população entre 1970 e 1980 com destaque para os municípios de Ecoporanga e Mucurici que apresentaram saldos migratórios ponderado superiores a -500. Depois desses municípios aparece Conceição da Barra com saldo entre -500 e -300. Já os municípios que mais atraíram população entre 1970 e 1980 foram municípios da Grande Vitória¹⁸: Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

¹⁸ Os municípios que formam a região da Grande Vitória são Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Mapa 8 – Saldo migratório ponderado (%) dos municípios do Espírito Santo entre 1970 e 1980.



Organização: CASTIGLIONI, 1989.

Bernardo Neto (2009), ao sobrepor os dados sobre a média de hectares ocupada com cafeicultura por imóvel rural e o número médio de pessoas empregadas sob regime de parceria, constatou que os municípios com maior produção de café, situados principalmente no Vale do Rio Doce e no extremo sul do Espírito Santo, eram os que mais empregavam pessoas sob regime de parceria em 1960 e, que apesar da queda no número de pessoal empregado sob esse regime de trabalho ter ocorrido em praticamente todos os municípios do estado após a erradicação dos cafezais, tanto em termos absolutos quanto na média de pessoal empregado por imóvel rural, esse fenômeno foi notadamente mais intenso justamente nos municípios que mais produziam café no estado, ou seja, os do Vale do Rio Doce (sobretudo Colatina, Linhares e Itaguaçu) e os do sul do Estado (Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui e Jerônimo Monteiro).

Em relação às trocas interestaduais, até 1970 a emigração superou a imigração no Espírito Santo, ou seja, o estado expulsava mais população do que atraía. Como observa Castiglioni neste período “os saldos negativos expressavam a falta de possibilidades de absorção dos migrantes rurais nos setores produtivos das áreas urbanas do Estado” (CASTIGLIONI, 2009, p. 107), o que provocou a saída de muitas pessoas do Espírito Santo.

Grande parte dessa população emigrou para estados do norte do país, com destaque para o estado de Rondônia. A partir da década de 1980, a saída de pessoas do estado foi progressivamente diminuindo. O Espírito Santo nesse período passou por um intenso processo de urbanização, recebendo população de diversos estados, principalmente de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia que ao chegar se instalaram, sobretudo, na região da Grande Vitória (Tabela 17).

Em 1970 a população rural ainda era dominante. Segundo Castiglioni (2009) níveis de urbanização abaixo de 10% podiam ser encontrados em 4 municípios, com destaque para Presidente Kennedy e Mucurici que apresentavam os níveis mais baixos, 4,5% e 6,8%, respectivamente. Mesmo municípios que hoje integram a RMGV¹⁹ eram predominantemente rurais, como Serra (46,1%), Viana (15,4%),

¹⁹ Em 1995 foi criada a Região Metropolitana da Grande Vitória, constituída pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Em 1999 e 2001 dois novos municípios foram incorporados a RMGV, Guarapari e Fundão, respectivamente.

Guarapari (46,7%) e Fundão (46,6%). Poucos municípios mais afastados da capital apresentavam população urbana majoritária, como Colatina (50,3%), principal produtor de café no estado em 1960 que recebeu muita população rural após o corte dos cafezais, e Cachoeiro do Itapemirim, uma das primeiras regiões a desenvolver indústrias no estado.

Mesmo em 2000, quando a população do estado atingiu 3.093.390 habitantes a situação rural ainda era dominante em 29 dos 77 municípios. Nos municípios que apresentavam os menores índices de urbanização (menos de 30%) prevalecia duas situações particulares ressaltadas por Castiglioni:

[...] um deles é constituído por municípios que se emanciparam durante a década de 1990, cujas áreas correspondiam a regiões mais rurais dos municípios de origem (casos de Brejetuba, Ibitirama, Laranja da Terra, Rio Bananal, Vila Pavão, Vila Valério); no outro conjunto agrupam-se os municípios da zona serrana, onde se desenvolve o agronegócio (CASTIGLIONI, 2009, p. 101).

Por outro lado, Castiglioni (2009) ressalta que 14 municípios já ultrapassaram 80% dos níveis de urbanização, dentre os quais estão os municípios que compõem a RMGV e os principais centros do Norte, Colatina e Linhares, e do sul, Cachoeiro do Itapemirim.

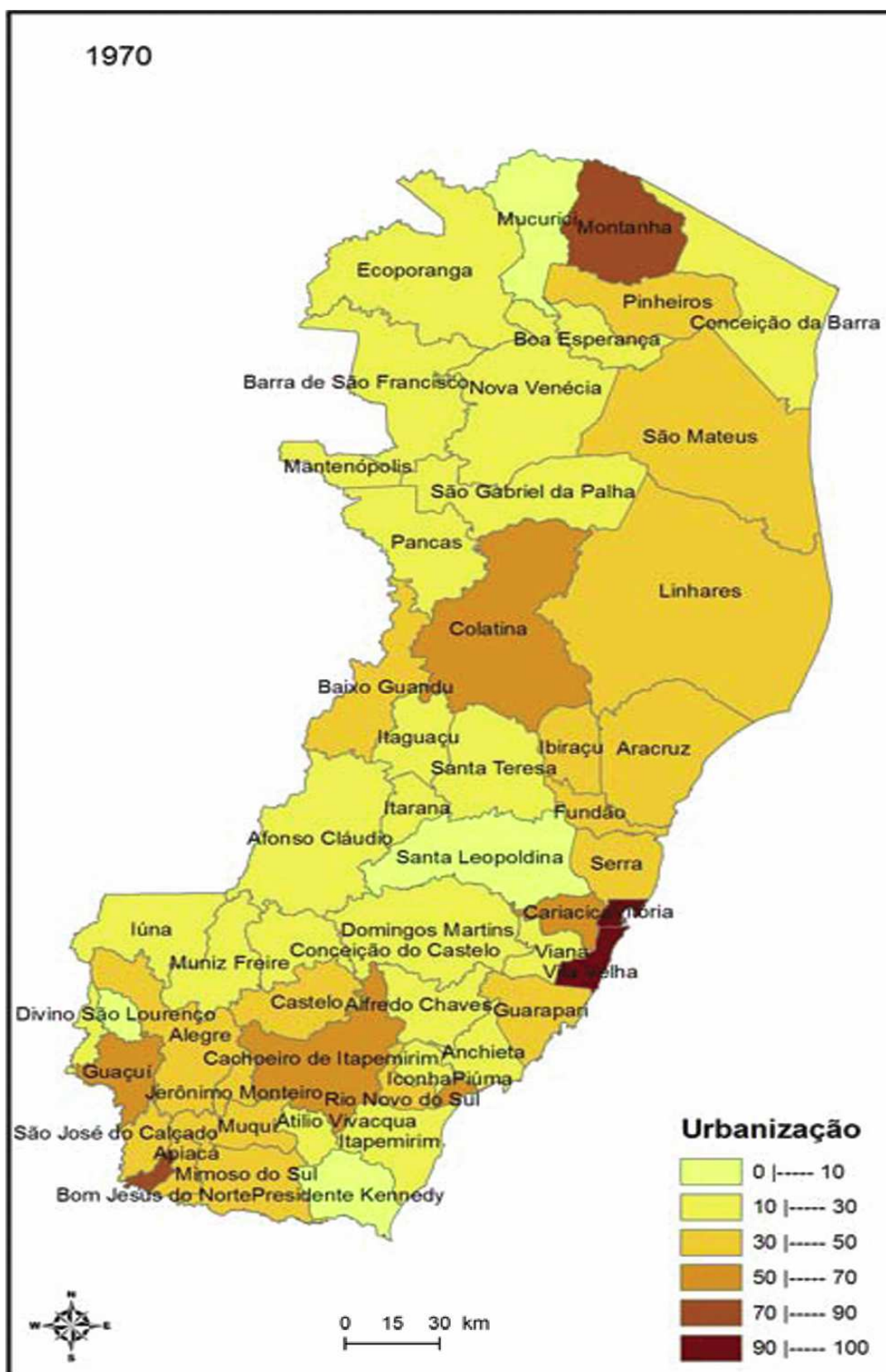
Os mapas 9 e 10 organizados por Castiglioni (2009) apresentam a proporção de população urbana dos municípios do Espírito Santo em 1970 e em 2000. Nota-se que nos municípios onde o capital não havia se territorializado de forma tão intensa e ainda predominava a agricultura familiar prevalecia a situação rural em 2000.

Tabela 17 – Espírito Santo: população rural e urbana, 1950-2000.

População	1950		1960		1970		1980		1991		2000	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Rural	666.627	77,38	919.498	70,82	877.110	54,84	729.962	36,14	676.030	26,00	634.183	20,47
Urbana	194.935	22,62	378.744	29,18	722.214	45,16	1.293.378	63,85	1.924.588	74,00	2.463.049	79,53
Total	861.562	100,0	1.298.242	100,0	1.599.324	100,0	2.019.753	100,0	2.600.618	100,0	3.097.232	100,0

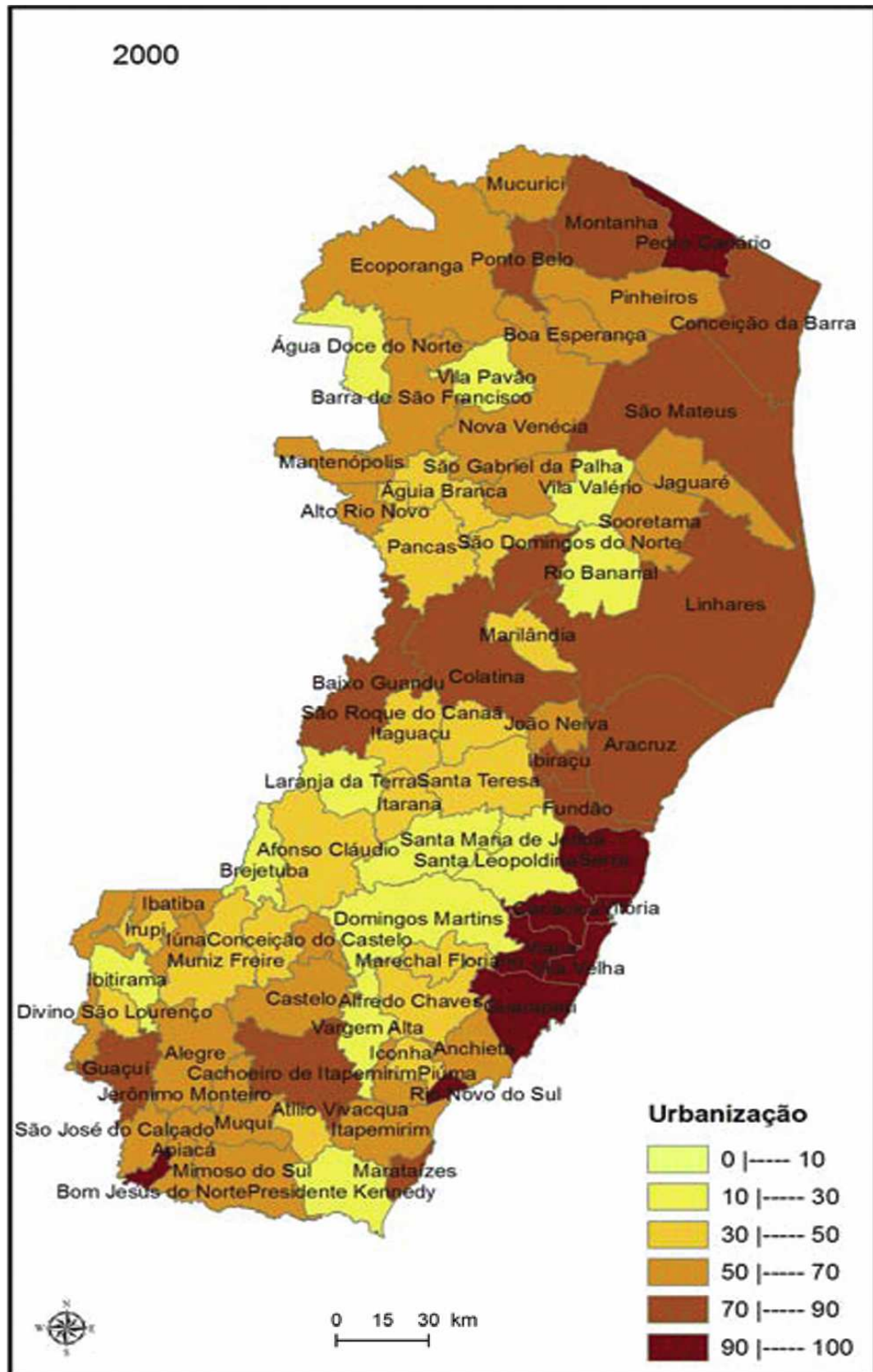
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Mapa 9 – Proporção de população urbana dos municípios do Espírito Santo, 1970.



Organização: CASTIGLIONI, 2009.

Mapa 10 – Proporção de população urbana dos municípios do Espírito Santo, 2000.



Organização: CASTIGLIONI, 2009.

Como vimos com Marini (2000) no capítulo 1, dentro da lógica industrial que se difundiu no Brasil pós-revolução de 1930, a urbanização e a formação de um “excedente permanente de trabalho” eram condições indispensáveis à industrialização. Por isso, a superação da estrutura cafeeira do Espírito Santo na década de 1960 foi um fator fundamental para o processo de industrialização do Espírito Santo, pois a erradicação provocou um intenso movimento migratório em direção às áreas urbanas do Espírito Santo, notadamente para a região da Grande Vitória, que passou a concentrar as principais atividades econômicas do estado²⁰.

Assim, o intenso fluxo de pessoas oriundas da zona rural verificado a partir de 1960 em decorrência da erradicação dos cafezais, e a intensificação desse fluxo nas décadas de 1970 e 1980 devido à exploração extensiva da silvicultura e da pecuária, principalmente em municípios do Norte do estado, e a chegada de um contingente significativo de imigrantes no Espírito Santo a partir de 1980 constituiu mão-de-obra para a indústria e as atividades ligadas a ela, dentre as quais se destacam as obras imobiliárias.

Cita-se entre os mais importantes projetos industriais a chegada da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a implantação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT). Em relação às obras imobiliárias, merece destaque a construção do aterro da Enseada do Suá, que teve início em 1971, dentro de uma lógica de deslocamento dos aterros da área centro-sul de Vitória para a porção leste e norte da ilha.

²⁰ Sobre a concentração urbana ocorrida na Grande Vitória nas últimas décadas, um conjunto de trabalhos produzidos recentemente analisa esse processo e suas implicações: ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **O pólo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Université de Paris X, Nanterre, 1998; ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória: crescimento e metropolização**. 1999. **Quantidade de folhas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002; GOMES, Eduardo Rodrigues. **O processo de verticalização litorânea em Vitória: um estudo de caso do bairro Praia do Canto (1970-2000)**. 2004. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004; REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na grande Vitória-ES**. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; OLIVEIRA, Jeremias Vicente de. **As transformações espaciais ocorridas na Enseada do Suá – Vitória, a partir de 1990**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Buscamos neste capítulo desconstruir a idéia da “crise” e mostrar que, na verdade, essa idéia escondia uma intencionalidade. Como pudemos constatar o discurso desenvolvimentista de década de 1960 buscava desterritorializar a agricultura camponesa. Ao fazer isso, liberava terras para a introdução das monoculturas de exportação, como a silvicultura e a pecuária e, ao mesmo tempo, liberava mão-de-obra para os projetos industriais e as obras públicas de infra-estrutura e imobiliária na Grande Vitória.

Assim, a lógica capitalista que se inseriu no Espírito Santo e se alastrou por todo o território capixaba levou à expansão de monoculturas, a mudanças nas relações de trabalho e no modo de produzir a terra, à concentração fundiária, a perda de diversidade, ao esvaziamento das áreas rurais e à concentração industrial e urbana na Grande Vitória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que nos governos de Carlos Lindenberg (1959-1962) e de Christiano Dias Lopes Filhos (1967-1970) várias medidas foram conduzidas no sentido de acelerar o *desenvolvimento* do estado. Mas, para colocar em prática o projeto de *desenvolvimento* pensado para o Espírito Santo, várias idéias foram formuladas na década de 1960, as quais foram amplamente divulgadas nos estudos e relatórios produzidos na época.

A mais forte dessas idéias foi a de que a estrutura cafeeira do Espírito Santo estava em “crise”, e a “base agrária de pequena propriedade familiar” era a causa dessa “crise”, ou seja, o problema não estava no café, mas na “base agrária” do estado, concentrada em pequenas unidades familiares, onde era produzido o café. Assim, mesmo reconhecendo que a “crise” não era da produção, pois o Espírito Santo pouco contribuía para o problema da superprodução, e identificando que havia transferência de renda do produtor ao comércio exportador, o discurso desenvolvimentista da década de 1960 identificou na base agrária de pequena propriedade familiar a causa da “crise”.

A agricultura familiar também foi identificada como a causa do “atraso” do estado em relação “aos demais centros do país”, e o Espírito Santo foi localizado na periferia do desenvolvimento nacional.

O discurso racionalista, com vistas a promover o *desenvolvimento* do estado por meio de um novo padrão técnico também foi fundamental nas estratégias dos gestores do *desenvolvimento* capixaba. Vários termos identificados nos estudos analisados ao longo do trabalho reforçam essa idéia: “métodos racionais”, “bases científicas e tecnológicas”, “técnicas modernas de trabalho”, “assistência técnica adequada”, “aplicação sistemática”, “escala ótima”.

O discurso desenvolvimentista ainda apontou o recorte espacial por onde o *desenvolvimento* deveria se inserir no Espírito Santo. Esse recorte foi o norte do estado que, dentro da lógica desenvolvimentista, era uma área de “extensos vazios demográficos” e com “grandes áreas de terras devolutas”, onde a economia ainda se revestia de “caráter extrativo”. Por isso, essa área ainda procurava sua “vocaçã

econômica e social”, caracterizando-se, assim, como uma área de “expansão potencial”.

Ao caracterizar as áreas do norte do estado como “extensos vazios demográficos”, o discurso desenvolvimentista tornava invisível os inúmeros camponeses, posseiros, indígenas e quilombolas que viviam naquela região, abrindo caminho para o capital se instalar. Não foi por acaso que o norte foi eleito área prioritária para os investimentos em silvicultura e em pecuária, como pudemos constatar através da análise dos trabalhos *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* e *A Pecuária Bovina no Espírito Santo*.

A idéia da “crise”, porém, não ficou restrita ao discurso desenvolvimentista da década de 1960. Essa idéia ganhou força e legitimidade, sendo ainda reproduzida em muitas interpretações sobre o Espírito Santo.

Vimos que uma das esferas de circulação da idéia da “crise” foi o debate acadêmico. A análise dos trabalhos produzidos na época e mais recentemente nos permitiu identificar um conjunto de autores que reproduziu parcialmente a ideologia desenvolvimentista da década de 1960, reforçando o discurso oficial desse período, a saber, Bertha Becker, Haroldo Corrêa Rocha, Ângela Maria Morandi, José Antônio Buffon, Gabriel Bittencourt, Hildo Meirelles de Souza Filho, Maria da Penha Smarzaró Siqueira, Helder Gomes e Carlos Teixeira de Campos Júnior. Assim, ao se inserir no debate acadêmico, principalmente através de teses e dissertações defendidas em importantes Centros Universitários do Brasil, a idéia da “crise” ganhou força e legitimidade, sendo reproduzida até os dias de hoje.

Mas, como pudemos verificar a agricultura familiar não estava em “crise” e nem foi responsável por ela, apesar de o discurso desenvolvimentista ter identificado na “base agrária” do estado a raiz da “crise”. A “crise” da década de 1960 foi uma “crise” de preços, ou melhor, uma “crise” de extração da mais valia, uma vez que o núcleo central da acumulação capitalista nesse período era o comércio.

Como vimos, o café era o principal produto de exportação do Espírito Santo e, logo, a principal fonte de arrecadação do Estado. Era também o café que mantinha o comércio e a indústria nascente do Espírito Santo. Com a queda dos preços do café

na segunda metade da década de 1950 a acumulação capitalista se viu limitada, e isso teve uma grande repercussão sobre a arrecadação do Estado e sobre os lucros da elite urbana capixaba.

Diante desse quadro, a estratégia pensada foi a de romper com a dependência da economia cafeeira. Visando a integração do estado ao mercado nacional e internacional, a solução apontada foi a “diversificação” da estrutura produtiva, a qual deveria orientar-se pela indústria e pelos produtos de exportação, como a celulose, a pecuária, e a siderurgia.

Ao contrário da elite urbana capixaba, os agricultores familiares não sofreram com a “crise” dos preços, pois desenvolviam uma agricultura diversificada e possuíam um maior grau de autonomia em relação ao mercado, uma vez que não dependiam apenas do café para sua sobrevivência. Porém, como os agricultores familiares não tinham poder político, pois este estava concentrado nas mãos da elite urbana, acabaram sofrendo as conseqüências da “crise”.

Assim, por trás da idéia de “crise” o discurso desenvolvimentista escondia uma intencionalidade: desterritorializar a agricultura camponesa. Ao fazer isso, liberava terras para a introdução das monoculturas de exportação, como a silvicultura e a pecuária e, ao mesmo tempo, liberava mão-de-obra para os projetos industriais e as obras públicas de infra-estrutura e imobiliária na Grande Vitória.

Dessa forma, a erradicação foi o golpe que faltava nos camponeses. Com o corte dos cafezais enormes áreas foram liberadas para serem apropriadas pelo capital local e internacional.

Entre as atividades que se instalaram no Espírito Santo após a inserção da ideologia desenvolvimentista destacam-se a silvicultura, a cana-de-açúcar e a pecuária de corte e de leite.

O avanço das áreas de pastagens e a expansão das monoculturas de eucalipto e de cana-de-açúcar desenvolvidas em grandes extensões de terra e utilizando pouca mão-de-obra contribuíram consideravelmente para a formação de latifúndios no norte do estado, onde se localizam os municípios que apresentam as maiores

concentrações de terra do Espírito Santo, com destaque para os municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus, Montanha, Mucurici, Ecoporanga, Conceição da Barra e Pinheiros.

Outra consequência da especialização da produção com gêneros de exportação (eucalipto, cana-de-açúcar, pecuária e café, que já na década de 1970 voltou a apresentar crescimento) foi o declínio das lavouras tradicionais, como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, as quais têm apresentado redução da área colhida desde a década de 1960.

A erradicação também provocou um intenso movimento migratório em direção às áreas urbanas do Espírito Santo, provocando concentração urbana, principalmente na região da Grande Vitória, que passou a concentrar as principais atividades econômicas do estado.

A visão desenvolvimentista que se inseriu no Espírito Santo a partir da década de 1960 era fortemente influenciada pela conjuntura nacional, que se caracterizava pela adoção de políticas de superação das desigualdades regionais, combinadas à ideologia do desenvolvimento industrial e da cidade como *locus* privilegiado da produção de riqueza. Essas idéias encontravam-se fortemente enraizadas no pensamento dualista, que interpretava a economia através da coexistência de setores “modernos” (ligados à indústria e às atividades urbanas) e setores “atrasados” (geralmente associados ao campo), base de uma definição do rural em oposição à cidade, sendo esta sinônimo de progresso e de modernidade.

Dentro dessa interpretação, a agricultura camponesa, associada erroneamente à idéia de pobreza e atraso, é considerada um fator de estagnação, um obstáculo ao *desenvolvimento*. Assim, o discurso é elaborado no sentido de afirmar que a generalização da lógica urbano-industrial no campo é a via única para a superação dos “desequilíbrios” entre o meio rural e o meio urbano.

Assim, a lógica capitalista que se inseriu no Espírito Santo e se alastrou por todo o território capixaba nesse período marcou uma nova forma de produzir no campo, caracterizada pela expansão de monoculturas e pela mudança nas relações de trabalho e no modo de produzir a terra. As consequências não poderiam ser outras:

concentração fundiária, perda de diversidade, esvaziamento das áreas rurais, concentração urbana.

Apesar de tudo isso, a agricultura camponesa no Espírito Santo resiste. Camponeses, posseiros, indígenas, quilombolas, movimentos sociais e organizações do campo se articulam contra a implacável tirania do latifúndio, da monocultura e da agroindústria. No cerne das lutas que são travadas está o desejo de mudança, uma demonstração explícita de insatisfação com o projeto desenvolvimentista.

Assim, alguns movimentos e organizações ganharam força e expressividade nas últimas décadas no Espírito Santo o que comprova a insatisfação. Os principais grupos a atuarem no estado são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES) e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. A atuação desses movimentos e organizações dá vozes aos camponeses, quilombolas e indígenas na luta contra a exclusão e a invisibilidade imposta pelo modelo desenvolvimentista do período militar.

Neste contexto, assistiu-se a ascensão da luta camponesa pela Reforma Agrária no estado, trazendo a tona o problema da concentração de terras no Espírito Santo. A luta pela terra é uma disputa territorial, uma resistência contra a territorialização do capital no campo através das agroindústrias.

Além do problema da concentração de terras, os camponeses trazem para o debate a questão ecológica no Espírito Santo e seus desequilíbrios ambientais: empobrecimento do solo, perda de potencialidade hídrica, extinção da Mata Atlântica, perda de diversidade. Com suas crenças, costumes e saberes concebem outras formas de cultivar a terra, que vão além do modelo mecânico-químico-biológico da Revolução Verde, imposto pelo projeto desenvolvimentista como via única para a superação do campo atrasado. Defendem as práticas agroecológicas, os saberes populares e combatem o uso de agrotóxicos, de insumos químicos, de sementes geneticamente modificadas. Buscam um padrão produtivo estável e a

geração de excedentes suficientes para o consumo doméstico e para o mercado, mantendo, assim, sua autonomia.

Constata-se, portanto, que atualmente o Espírito Santo é composto por duas realidades bem distintas: de um lado, as grandes empresas monocultoras de eucalipto e de cana-de-açúcar; do outro, a agricultura camponesa que resiste na terra.

Este trabalho buscou questionar o projeto de *desenvolvimento* adotado no Espírito Santo na década de 1960 e mostrar como o campesinato foi excluído desse projeto e continua sendo, pois se a idéia da “crise” é constantemente atualizada, isso significa que ela ainda faz parte da leitura do presente.

Neste sentido, este trabalho se inscreve ao lado de outros produzidos recentemente na Geografia e nas demais Ciências Sociais que buscam dar visibilidade aos excluídos do projeto desenvolvimentista da década de 1960. Convêm assinalar o trabalho de Marilda Teles Maracci, *Progresso da morte, progresso da vida: a reterritorialização conjunta dos povos Tupiniquins e Guarani em luta pela retomada de seus territórios*; de Lídia Lúcia Antongiovanni, *Território como abrigo, território como recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo*; de Simone Raquel Batista Ferreira, *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo*; de Osvaldo Martins de Oliveira, *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras*; de Sandro José da Silva, *O tempo e o espaço entre os Tupiniquins*; e de Celeste Ciccarone, *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani*.

Assim, este trabalho representa um convite a professores, alunos e pesquisadores em geral a construir novas leituras sobre o projeto de *desenvolvimento* adotado no Espírito Santo e destruir os mitos, que como nos ensina Castoriadis “mais que o dinheiro e as armas, constituem o mais formidável obstáculo ao caminho de uma reconstrução da sociedade humana” (CASTORIADIS, 1987, p. 158).

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850/1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.

ASPLAN. **Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: Plano de diversificação e desenvolvimento agrícola do Espírito Santo**. [S.l.: s.n.], 1968. 2 v.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório: 3 anos da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo**. Vitória, 1969.

BECKER, Bertha. **O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação**. 1969. 130 f. Tese (Concurso para Livre-Docência) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1969.

BERNARDO NETO, Jaime. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. 2009. 177 f. Monografia – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização: do engenho as grandes indústrias (1535-1980)**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. 1992. 386 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

_____. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.

_____. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

CASTIGLIONI, Aurélio Hermínia. **Migration, urbanisation et développement: le cas de l'Espírito Santo – Bresil**. Bruxelas: Ciaco, 1989.

_____. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**, Vitória, n. 7, p. 93-109, 2009.

ECOTEC. **Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: Potencial florestal e silvicultura no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1967.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo:** construcción y reconstrucción del desarrollo. Santa fé de Bogotá: Norma, 1996.

GOMES, Helder. **Potencial e limites às políticas regionais de desenvolvimento no Estado do Espírito Santo:** o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agrícola de 1960:** Espírito Santo – Rio de Janeiro – Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo agropecuário de 1970:** Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Demográfico de 1950:** Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Demográfico de 1960:** Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Departamento de Assistência à Cafeicultura. **O programa de diversificação no Espírito Santo.** [s.n], 1967.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. **Diagnóstico para Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo.** [s.n.], 1966.

LINDENBERG, Carlos. **A economia espírito-santense em face do problema do café.** Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1961.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo – 1930/1970.** Vitória, 1984.

_____. **Antecedentes e Evolução Recente da Economia Capixaba.** Vitória, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Crítica a razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Leonardo Ribeiro de (Coord.). **Suppin, 35 anos:** apoio ao desenvolvimento do Espírito Santo. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo/ Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial, 2006.

PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do desenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SALLETO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996a.

_____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996b.

SERVIÇO SOCIAL RURAL. Conselho Regional do Espírito Santo. **Desenvolvimento municipal e níveis de vida no estado do Espírito Santo**. Vitória, 1962.

SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO. **Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: A pecuária bovina no Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1969.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: FCAA, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

SOUZA FILHO, Hildo Meireles de. **A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba**. 1990. 202 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.